

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

MARINA WÖHLKE

**A ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NO TURISMO ALTERNATIVO – ANÁLISE
DO DESEMPENHO DAS ONG'S AMBIENTALISTAS NO BRASIL**

Balneário Camboriú

2005

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

MARINA WÖHLKE

**A ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NO TURISMO ALTERNATIVO – ANÁLISE
DO DESEMPENHO DAS ONG’S AMBIENTALISTAS NO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Turismo e Hotelaria, curso de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí. Centro de Educação de Balneário Camboriú.

Orientador: Prof. Dr. Paulo dos Santos Pires

Balneário Camboriú

2005

AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo;

À minha família, em especial Roberto pela inspiração do tema, Cris e Ledo pela acolhida em Paranaguá, onde produzi muito deste trabalho, refugiada naquela “cidade”;

Ao meu amor, Rafael Cyrillo, que me ensinou o verdadeiro significado da vida e a quem devo todo o equilíbrio para finalizar este trabalho;

Aos amigos *de fato*, Rafael Moratelli, Wilson, Nando Correa, Juliane e Lourdes, por toda a força, compreensão e paciência;

Aos irmãozinhos de Joinville Valdir, Yoná e Débora, por todo apoio e confiança;

Ao Marcos Barbosa da Cruz, pela dedicação na pesquisa em sua fase de nascimento e desenvolvimento;

Ao Bremer pelas traduções, pela formatação metodológica do trabalho, pelas pesquisas na internet e design gráfico das figuras;

Ao grande e verdadeiro mestre, Professor Paulo dos Santos Pires, de quem tive o privilégio de ser orientanda, recebendo muita confiança, e com quem aprendo constantemente valores éticos e o verdadeiro sentido da pesquisa;

Ao professor Mário Carlos Beni, pela admiração e respeito;

Ao professor Carlos Alberto Tomelin, minha inspiração pessoal e profissional;

Ao professor Sérgio Luis Boeira, por todas as ricas contribuições feitas em minha qualificação;

Às 34 organizações não-governamentais que gentilmente responderam o questionário, mesmo na condição de assinalar somente a primeira questão – de que não atuavam com o turismo alternativo. Esta seriedade e compromisso com a pesquisa é que transformam o país;

E a todos os meus colegas, estudantes da Univali e da FCJ, que sempre depositaram em mim confiança, respeito e profunda admiração.

RESUMO

O turismo enquanto fenômeno da atualidade é entendido nesta reflexão como uma atividade de caráter global cujo processo transcorre de maneira sistêmica. Defende-se que o seu desenvolvimento deve nortear a preservação e conservação do espaço natural, o desenvolvimento socio-econômico e a garantia da diversidade cultural, exigindo assim uma atenção detalhada ao seu planejamento. Assim, uma das maneiras de se trabalhar o turismo de forma a minimizar seus impactos é por meio de práticas sustentáveis desenvolvidas por instituições do terceiro setor, difundidas no turismo alternativo, tema central desta dissertação. Este estudo contextualiza o processo de formação e desenvolvimento do terceiro setor no Brasil e analisa de forma geral a atuação destas instituições no contexto do turismo alternativo. Ainda inter-relaciona o fenômeno turístico com o primeiro, segundo e terceiro setor numa visão sistêmica; e, por fim, analisa a atuação do terceiro setor dentro do referencial metodológico do SISTUR. Por meio de um estudo qualitativo com objetivo exploratório, utilizou-se o método monográfico. Como instrumento de pesquisa aplicou-se 184 questionários e 9 entrevistas estruturadas com instituições do terceiro setor com sede no Brasil que atuam com o turismo alternativo. A análise qualitativa do conteúdo destes dados obtidos se deu com o emprego do modelo teórico do SISTUR e com o “Modelo de Análise da Atuação das Ong’s no turismo alternativo”, criado para análise desta pesquisa. Os resultados finais concluem que se torna muito importante o enquadramento destes trabalhos desenvolvidos pelo terceiro setor no processo de gestão do turismo, como forma de incentivo e reposicionamento de algumas comunidades receptoras neste espaço político e ambiental da sociedade pós-moderna, contribuindo para o processo de planejamento e gestão sustentável da atividade turística. A pesquisa não é conclusiva, mas aponta para a necessidade de aprofundamento no tema devido sua complexidade e abrangência.

Palavras-chave: Turismo alternativo; terceiro setor; desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The tourism while phenomenon of the present time is understood in this reflection as an activity of global character whose process elapses in systemic way. It is defended that its development should guide the preservation and conservation of the natural space, the socioeconomic development and the guarantee of the cultural diversity, thus demanding detailed attention to its planning. By this means, one of the ways of working the tourism in order to minimize its impacts is by means of sustainable practices developed by institutions of the third sector, spread out in the alternate tourism, central subject of the present dissertation. This study contextualizes the process of formation and development of the third sector in Brazil and analyses, in general form, the performance of these institutions in the context of the alternate tourism. It still interrelates the tourist phenomenon with the first, second and third sector in a systemic view; and, at last, analyses the performance of the third sector within the methodological referencial of the SISTUR. By means of a qualitative study with exploratory objective, the monographic method was used. As an instrument for research, 184 questionnaires and 9 structured interviews were applied with institutions of the third sector with headquarters in Brazil which deal with alternate tourism. The qualitative analysis of the data content obtained was accomplished with the usage of the theoretical model of the SISTUR and with "Analysis Model of the Performance of the NGOs in the alternate tourism", created for analysis of this research. The final results conclude that the framing of these works developed by the third sector in the process of the management of the tourism is very important, as a form of incentive and repositioning of some receiving communities in this political and environmental space of the after-modern society, contributing for the planning process and sustainable management of the tourist activity. The research is not conclusive, but it points to the necessity of deepening the subject due to its complexity and covering.

Key-Words: Alternative tourism; third sector, sustainable development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Diagrama 01:	Modelo de análise da atuação das ONG's: turismo alternativo – diretrizes para o turismo sustentável	72
Figura 01:	Curva de população, grupos psicográficos	33
Figura 02:	Ciclo de vida dos produtos turísticos	35
Figura 03:	Relação do turismo e o meio ambiente no turismo alternativo	45
Figura 04:	Conjunto das relações ambientais do SISTUR	45
Figura 05:	Modelo Referencial do SISTUR	62
Quadro 01:	Combinações resultantes da conjunção entre o público e o privado	17
Quadro 02:	Objetivos sustentáveis característicos do turismo alternativo	36
Quadro 03:	Componentes sustentáveis do ecoturismo	46
Quadro 04:	Critérios de sustentabilidade	56
Quadro 05:	Fatores fundamentais sobre quais métodos de um esquema de certificação devem ser julgados	57
Quadro 06:	Diretrizes para a melhoria da relação do turismo com o meio ambiente	58
Quadro 07:	Informações gerais da instituição ABONG	74
Quadro 08:	Informações gerais da Rede Gife	76
Quadro 09:	Informações gerais da instituição SOS Mata Atlântica	77
Quadro 10:	Informações gerais da instituição WWF – Brasil	80
Quadro 11:	Informações gerais do Centro Excursionista Brasileiro – CEB	81
Quadro 12:	Informações gerais do Grupo de Defesa Ecológica – GRUDE	83
Quadro 13:	Informações gerais do Instituto Ambiental Vale do Rio Doce	85
Quadro 14:	Informações gerais do Instituto Ecofuturo	86
Quadro 15:	Informações gerais do Instituto Pró-Natura	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 01:	Fases de andamento dos projetos turísticos, desenvolvidos pelas instituições analisadas	91
Tabela 02:	A ênfase da proposta destes projetos e seu grau de importância	93
Tabela 03:	Análise do processo participativo da comunidade	98
Tabela 04:	Percepção das ONG's em relação à aceitação da atividade turística pela comunidade local	99

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1	Entendimento conceitual e contextualização do terceiro setor no Brasil	14
2.1.1	Tipologias de estruturas do Terceiro setor	19
2.1.2	As redes	21
2.2	As ONG's Ambientalistas e o turismo alternativo	24
2.2.1	A formação e atuação do ambientalismo – reflexos do movimento no Brasil	24
2.2.2	Contextualização do turismo alternativo	30
2.2.3	Instituições do terceiro setor que atuam com o ecoturismo	36
2.2.4	Ecoturismo – atividade alternativa das organizações ambientalistas	42
2.3	O turismo sustentável e seus paradigmas	52
2.4	A atuação do terceiro setor diante do referencial metodológico do SISTUR, com enfoque no turismo alternativo	59
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	66
3.1	Estrutura do método adotado	66
3.2	Procedimentos e estratégias da pesquisa	67
3.3	Instrumentos de pesquisa	69
3.4	Sistema de análise	70
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	74
4.1	Entrevistas estruturadas	74
4.2	Resultados da pesquisa - aplicação de questionários	89
4.2.1	Identificação das fases dos projetos ligados ao turismo alternativo	90
4.2.2	Identificação das ênfases dadas aos projetos	92

4.2.3	As dificuldades encontradas no processo de articulação do terceiro setor com o governo, as empresas e a comunidade.....	93
4.2.4	Participação da comunidade nos projetos	97
4.2.5	Grau de aceitação da comunidade local em relação ao turista	98
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS	104
	APÊNDICES	109
	ANEXOS	167

1 INTRODUÇÃO

Estudar o turismo exige sempre uma compreensão deste fenômeno como um processo altamente dinâmico, interdisciplinar e dotado de características próprias da sociedade pós-industrial, numa perspectiva do tempo livre, do lazer e da aproximação do homem com a natureza.

Estudos e pesquisas recentes vêm tratando o turismo com maior profundidade, devido ao grande impacto que esta atividade exerce na sociedade como um todo. Ele é um grande propulsor de mudanças em diversos segmentos, seja no campo social como no cultural, econômico, ecológico, político. Envolve a sociedade, em níveis locais, regionais, nacionais e internacionais.

Enquanto fenômeno da atualidade é entendido nesta reflexão como uma atividade de caráter global cujo processo transcorre de maneira sistêmica. Seu desenvolvimento deve nortear a preservação e conservação do espaço natural, o desenvolvimento socioeconômico e garantia da diversidade cultural, exigindo assim uma atenção detalhada ao seu planejamento.

Assim, uma das maneiras de se trabalhar o turismo de forma a minimizar seus impactos é por meio de práticas sustentáveis, fundamentadas neste paradigma que é o tema a ser tratado neste trabalho com importância, pois é considerado o referencial teórico central. Ainda, por ser um fenômeno que ocorre de maneira sistêmica, sua política de planejamento e gestão prevê como fundamental a integração dos três setores da sociedade: o governo (Primeiro Setor), o mercado (Segundo Setor) e a sociedade civil organizada (Terceiro setor).

No entanto, a sociedade tem sofrido grandes mudanças com o processo de globalização. As distâncias se encurtaram, os valores humanos foram esquecidos, mudados, transformados. Neste dilema do novo século, o espaço e todos os seus componentes já possuem novas funções, e cada um dos setores da sociedade o seu papel. Porém, muitas falhas ainda persistem no processo de gestão, e o que acontece na maioria das vezes é o enfraquecimento do poder dos governos de desenvolver aquilo que lhes cabe, em benefício de todos. Considerando estas alterações sofridas na atualidade, a sociedade vem a cada dia modificando seus padrões éticos e estruturais. Dentre estas modificações, alguns aspectos promovem o

crescimento das desigualdades sociais e de problemas ambientais, que o Estado muitas vezes não consegue minimizar.

Este primeiro setor, o Estado (poder público), a partir do momento que não conseguiu conferir alguns dos deveres que lhe cabia, muitas vezes por conta de políticas não estruturadas para a causa social, abriu margem para que um novo segmento da sociedade se organizasse, em busca da gestão controlada de alguns processos para o benefício geral das comunidades locais, sob a esfera da saúde, educação, meio ambiente entre outras áreas de relevância básica para a sobrevivência humana. Este novo segmento vem ser o terceiro setor, que por diversas circunstâncias, nasceu e se desenvolveu no Brasil a partir da década de setenta, do século XX.

O crescimento deste setor se deu também no âmbito do turismo. Hoje é um dos fenômenos que mais influenciam as comunidades receptoras, em diversos aspectos: no meio ambiente (ecológico, a natureza), na sociedade e seus costumes (sua cultura), na economia e na política. A natureza da atividade turística é um complexo de inter-relações de diferentes fatores e um conjunto de elementos inter-relacionados que evoluem de forma dinâmica e sistêmica. Neste sentido, o turismo alternativo é percebido como uma maneira de desenvolver esta atividade de forma a preservar às gerações futuras, todos estes elementos naturais e culturais que são utilizados como matéria prima da atividade.

Assim, justifica-se levantar a realidade do terceiro setor no campo do turismo alternativo no Brasil, a partir desta nova face da conjuntura pós-moderna, de maneira a contribuir com a reflexão sobre as formas sustentáveis de se desenvolver o turismo.

A atividade turística no Brasil tem sofrido com os reflexos dos governos despreocupados com a manutenção da ordem econômica, social e ambiental como consequência de uma política pouco direcionada à cidadania, a ética social e a preservação do meio ambiente natural. Ainda assim, a partir da atuação das organizações não-governamentais ambientalistas, pode-se tomar o terceiro setor como alternativa de gestão desta atividade nas destinações, envolvendo os interesses da comunidade e considerando a natureza como matéria prima indissociável do turismo.

Dentro da temática das ciências sociais aplicadas, pesquisadores como Camargo (2001), Fernandes (1994), Oliveira (1995) e Gohn (2002) vêm apontando grandes modificações nas

estruturas de trabalho, por vezes através de projeções pessimistas indicando o aumento do desemprego, crises na sociedade e em suas relações, aumento da criminalidade e mudanças drásticas no cotidiano; ou projeções otimistas, que enxergam grandes e positivas mudanças sociais e políticas possibilitando a elaboração mais segura das alterações e adaptações necessárias da vida pessoal aos novos contextos sociais.

Neste panorama estes estudos e reflexões do Terceiro setor no Brasil, se apontam cada vez mais os benefícios alcançados nas áreas da educação, saúde, cultura, apoio à criança e ao adolescente; meio ambiente e turismo, estando estes dois muito interligados.

Esta relação intrínseca que existe entre o meio ambiente e a atividade turística pode ser analisada sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável e, neste ponto, cabe a busca pela informação que justifique e comprove que as ações do Terceiro setor têm se mostrado, de fato, fundamentais para o alcance desta sustentabilidade, em suas múltiplas dimensões.

Investigar o contexto do Terceiro setor na sociedade brasileira no turismo, conforme justificativa referenciada, dando então enfoque no Turismo alternativo (considerando ser este a concepção que mais se aproxima do turismo sustentável) é **objetivo geral** desta pesquisa, numa tentativa ainda tímida diante da complexidade do tema.

Assim, este estudo tem como **objetivos específicos** contextualizar o processo da formação e desenvolvimento do Terceiro setor no Brasil; analisar de forma geral a atuação de instituições do Terceiro setor no contexto do turismo alternativo no Brasil; inter-relacionar o fenômeno turístico com o primeiro, segundo e terceiro setor numa visão sistêmica; e, por fim, analisar a atuação do terceiro setor dentro do referencial metodológico do SISTUR.

A pesquisa que aqui se apresenta, compreende um estudo qualitativo, com objetivo exploratório, utilizando-se do método monográfico, por representar uma pesquisa na área das ciências sociais, que estuda a atuação de organismos não governamentais.

Foi utilizado como instrumento de pesquisa a entrevista estruturada e questionário (conforme técnicas explicadas na metodologia da pesquisa, posteriormente). A análise destes dados seguiu os critérios do modelo metodológico do SISTUR, bem como sob o enfoque do paradigma da sustentabilidade no desenvolvimento do Turismo alternativo no Brasil, com

base em modelos referenciados no contexto do trabalho e no “Modelo de Análise da Atuação das ONG’s no Turismo alternativo”, instrumento criado para análise sistemática dos dados desta pesquisa.

Das partes constituintes do trabalho, ressalta-se no seu início a fundamentação teórica que contextualiza o processo de formação e desenvolvimento do terceiro setor no Brasil, caracterizando as tipologias de estruturas e o processo dinâmico das redes. A discussão teórica continua com a análise do crescimento do terceiro setor no panorama do ambientalismo e sua relação com o turismo alternativo. Neste sentido, a pesquisa trabalhou com conceitos e abordagens de autores distintos numa corrente de pensamento, tentando assim, ainda que de maneira tímida, apresentar algumas convergências de pensamento.

Ao discutir o turismo alternativo, o paradigma da sustentabilidade é tratado no segundo capítulo, por meio de uma reflexão sobre os principais “postulados” já tratados em outros documentos, dando ensejo assim, à inter-relação do fenômeno turístico com o primeiro, segundo e terceiro setor, numa visão sistêmica, considerando as influências da globalização no turismo e a sociedade no seu processo cultural da pós-modernidade.

No terceiro capítulo o trabalho apresenta a metodologia da pesquisa com explicação do método e dos procedimentos da pesquisa, que no quarto capítulo é apresentada com seus resultados, análise e avaliação.

Por fim, é analisada a atuação do terceiro setor dentro do referencial metodológico do SISTUR, tomando com base principalmente os dados levantados nestes organismos não-governamentais à luz do Conjunto das Relações Ambientais deste sistema utilizado como marco teórico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sociedade como um todo, procura organizar sua gestão por meio de vários setores: o público – governamental, o setor privado que representa o mercado globalizado atual (seja na economia do setor primário, secundário ou terciário) e a sociedade civil organizada, que constitui então o terceiro setor. Neste contexto, a idéia deste capítulo é sintetizar este setor de atividade em seu nascimento no Brasil, contextualizando-o nos motivos que o fizeram surgir e se desenvolver bem como suas tipologias e interfaces com a atividade turística.

Esta abordagem inicial supre o primeiro objetivo desta dissertação, por meio de pesquisa bibliográfica em diversas fontes que analisam e discutem o terceiro setor. A linha trabalhada apresenta as várias faces discutidas sobre este tema, não havendo ainda um posicionamento crítico em relação aos ideais políticos e sociais sobre a influência deste setor no contexto da sociedade pós-moderna. O que se mostra são as faces referenciadas por autores de diferentes correntes de pensamento. A proposta de análise e discussão posterior como cumprimento do último objetivo específico da pesquisa proposto, é justamente unir essas reflexões com a análise estrutural do turismo por meio do SISTUR.

2.1 Entendimento conceitual e contextualização do terceiro setor no Brasil

Ao abordar um tema tão amplo como o terceiro setor, é importante considerar a prerrogativa de que, neste estudo, cabe a contextualização de forma geral, sob o ponto de vista histórico-político-social, do que foi e o que é o terceiro setor, analisando suas influências na sociedade atual e principalmente no fenômeno do turismo.

Ao esclarecer o termo utilizado neste trabalho, cabe a ressalva de que existem várias denominações empregadas com o mesmo sentido: “terceiro setor”, “ONG’s”, “organizações voluntárias” ou “sem fins lucrativos”. No entanto, vários autores têm discutido estas terminologias a fim de evidenciar que existem diferenças, e que, não possui relação com o “setor terciário” da economia, como muito se pensa. O termo tem origem a partir de uma subdivisão positivista, institucionalista ou estruturalista da realidade social: em “primeiro”, “segundo” e “terceiro” setor, se analisado de uma maneira crítica e de totalidade do conceito.

O terceiro setor é uma expressão recente no Brasil, que traduzida do inglês “*third sector*”, faz parte do vocabulário sociológico corrente. Foi utilizado pela primeira vez por pesquisadores nos Estados Unidos na década de 70, e a partir da década de 80 passou a ser usado também pelos pesquisadores Europeus¹. Fernandes (1994, p.27) define o terceiro setor como:

(...) um composto de organizações sem fins lucrativas, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentimento para outros domínios, graças, sobretudo à incorporação da cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Numa análise histórica, Oliveira (1995) coloca que o surgimento e a multiplicação das Organizações Não-governamentais

constitui, por um lado, uma vertente significativa do processo de auto-estruturação de uma sociedade civil no contexto da luta pelo restabelecimento do Estado de Direito e, por outro lado, representa a emergência de um tipo específico de organização, marcada por um forte viés anti-Estado e cuja evolução vai configurar um sub-conjunto bem delineado no interior do campo mais amplo das entidades sem fins lucrativos.

O desenvolvimento do terceiro setor no Brasil se deu no bojo da resistência à ditadura militar. No momento em que o regime autoritário impedia a participação dos cidadãos brasileiros na esfera pública, iniciativas pequenas na base da sociedade foram criando espaços de liberdade e reivindicação. Os modelos mentais traduziam a pressão do Estado e pouco do Mercado. Neste contexto, a solidariedade do povo inspira a ação de movimentos voltados para a melhoria de vida comunitária, defesa de direitos e luta pela democracia – o nascimento das ONG’s.

Gohn (2002, p.303), ao abordar a história dos movimentos sociais e as ONG’s no Brasil, coloca em síntese que, os novos atores sociais que emergiram na sociedade civil brasileira, após 1970, à revelia do Estado, e contra ele num primeiro momento, configuraram novos relacionamentos sociais. Estas relações foram se fortificando numa ordem cronológica pelos movimentos sociais, populares ou não (anos 70-80); e nos anos 90 pelas entidades sem fins lucrativos cujos objetivos maiores estão baseadas no exercício da cidadania.

¹ Informações em “Terceiro setor: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos” (COELHO, 2002).

Movimentos e ONG's cidadãs têm se revelado estruturas capazes de desempenhar papéis que as estruturas formais, substantivas, não têm conseguido exercer enquanto estruturas estatais, oficiais, criadas com o objetivo e o fim de atender a área social. (GOHN, 2002, p..303).

Numa análise sobre o desenvolvimento dos movimentos sociais urbanos no Brasil, Ottmann (1995) reflete que estes não só foram bem sucedidos no estabelecimento de estruturas democráticas fundamentais propícias à participação popular, como também tiveram um impacto substancial sobre a arena política formal.

Cabe destacar que existe uma diferença estrutural em relação ao terceiro setor e os movimentos sociais. Na realidade, este último, não possui uma estrutura formal para atuação ao longo do tempo (por isso não se podem considerar os movimentos sociais como sendo o Terceiro setor), pois são episódicos e contextuais, ainda que alguns (fóruns, campanhas) se institucionalizaram parcialmente.

Não somente do Estado, o terceiro setor faz contraponto também às ações do mercado. Segundo Fernandes (1994), a presença de um “terceiro setor” sinaliza, contudo, que o mercado não satisfaz à totalidade das necessidades e dos interesses efetivamente manifestos, em meio aos quais se movimenta. O mercado gera demandas que não consegue suprir, lança mão de recursos humanos, simbólicos e ambientais que não consegue repor. Uma parte substancial das condições que viabilizam o mercado precisa ser atendida por investimentos sem fins lucrativos. Ao Estado, com certeza, mas também à própria iniciativa particular cabe zelar para que estes investimentos sejam efetivamente feitos. As entidades que “dão vida” ao Terceiro setor pressionam a cultura empresarial para que se torne mais consciente de suas limitações e mais aberta àquela dimensão difusa, porém decisiva.

Porém, tanto quanto o Estado, o terceiro setor não existiria sem o mercado, tão forte é sua dependência deste. Sem o segundo setor, os bens e serviços produzidos no terceiro setor, tenderiam a reduzir-se às dimensões tradicionais da caridade e do mecenato. A dinâmica expansiva das organizações sem fins lucrativos é complementar à dinâmica do mercado.

Nesta reflexão, (Id., 1994), comenta que na discussão sobre a denominação do terceiro setor, existem aqueles que advogam que, na realidade, este *setor* deveria ser o *primeiro* na medida

que a sua antecedência lógica e histórica prevaleceria sobre o Estado e o capital. Por sua vez, Tenório (1997) diz que as dicotomias organizações “não-lucrativas” *versus* “lucrativas” e “público” *versus* “privado”, são também estimuladoras dessa discussão. No primeiro caso, “organizações não-lucrativas” estariam diretamente arrolados órgãos do setor público estatal, a burocracia pública, assim como aquelas organizações como sindicatos, partidos políticos, fundações empresariais por exemplo, que desempenham muitas vezes um papel importante na sociedade civil, mas que atuam estrategicamente, desenvolvendo suas ações de maneira calculada e utilitarista. No segundo caso, “público” *versus* “privado”, a diferenciação pode ser entendida na disposição a seguir:

AGENTES		FINS		SETOR
privados	para	privados	=	mercado
públicos	para	públicos	=	Estado
privados	para	públicos	=	Terceiro setor
públicos	para	privados	=	(corrupção)

Quadro 01: Combinações resultantes da conjunção entre o público e o privado
 Fonte: Fernandes, 1994; p.21

Montaño (2002, p.15) reflete que o debate dominante sobre “o terceiro setor” torna-se, assim, funcional ao processo de reformulação do padrão de resposta às seqüelas da “questão social”, propiciado no interior da estratégia neoliberal² de reestruturação do capital. Ao contrário de muitos autores, ele reflete o tema pelo processo de reestruturação do capital pós-70, orientado segundo os princípios neoliberais. Então, define o Terceiro setor numa visão mais crítica:

Fenômeno que, promovido por setores ligados ao capital e/ou à esquerda resignada e possibilista, se encaixa perfeitamente no projeto de desmonte da atividade social estatal, de reformulação das responsabilidades sociais no trato da “questão social”.

Na realidade, a crítica do autor se baseia na premissa de que as reflexões sobre o terceiro setor, por escamotear e mistificar os reais processos de transformação social, por criar uma

² O projeto/processo neoliberal representa a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital, face à crise, ao avanço tecno-científico, à reorganização geopolítica e às lutas de classes que se desenvolvem no pós-70, e que se desdobra basicamente em três frentes articuladas: o combate ao trabalho (às leis e políticas trabalhistas e às lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “reestruturação produtiva” e “reforma do Estado” (MONTAÑO, 2002, p. 26).

resignada cultura do “possibilismo”, desenvolve um campo fértil para o avanço da ofensiva neoliberal de retirar e esvaziar as históricas conquistas sociais e dos trabalhadores, gerando maior aceitação e menor resistência a este processo.

Já autores como Fernandes (1994), Landim (2002), Montañó (2002) e Tachizawa (2002) refletem o processo evolutivo do terceiro setor evidenciando a ausência de uma responsabilidade social por parte da gestão pública, o que, de certa forma transfere para os cidadãos, alguns problemas que não são de sua responsabilidade, mas que, se não forem considerados, vêm a prejudicar sua posição na sociedade.

Neste contexto, cabe destacar que

o terceiro setor surge como um mercado social formado pelas ONG's e outras organizações congêneres. Este setor ocupa espaços não preenchidos pelo Estado (Primeiro Setor) e pela atuação do setor privado, que enfatiza a comercialização de bens e serviços, a fim de atender expectativas de um mercado comercial – o Segundo Setor. (TACHIZAWA, 2002,p.18)

A revolução tecnológica veloz, a preocupação das ciências sociais com a produção de novas teorias com vistas às “agendas sociais”, as tendências reveladoras do futuro da sociedade e do planeta, com toda certeza têm influenciado o terceiro setor, cujas organizações pertencentes atuam hoje mais pelos princípios de mercado, que somente pelos ideológicos.

O uso de canais não-governamentais torna-se sobremodo importante na ausência de governos com mentalidade reformista. Nesses casos, a assistência internacional tem condições de fomentar a sociedade aberta, mediante o fornecimento de valiosos contrapesos a governos dominantes e ineficientes. Mas o apoio ao setor público está imbuído de mentalidade reformista. Os governos democráticos devem estimular o uso de canais não-governamentais (SOROS, 2003, p.100).

Ser o Terceiro setor, numa visão crítica de Camargo *et al*, (2001) é mais do que assistencialismo, cuidar dos menores carentes, distribuir donativos natalinos ou agasalhos no inverno. Ser o terceiro setor é atuar como agente transformador social, que, com sua missão ímpar de prestar um benefício coletivo, constrói uma nova consciência caracterizada pela urgência de reverter indicadores sociais paradoxais à grandeza econômica e à diversidade imensa de recursos naturais que detém o Brasil. Principalmente este último item, para o

turismo é a garantia da atividade e a principal fonte de riqueza, que deve ser cuidada e respeitada, para garantia de sua sobrevivência às gerações futuras.

2.1.1 Tipologias de estruturas do terceiro setor

Ao trabalhar com o Terceiro setor e distingui-lo do Estado e do Mercado, é indispensável enxergar onde atua cada entidade que o compõe, a fim de visualizar melhor as diferenças concretas, históricas e conceituais. Toma-se como base alguns conceitos trabalhados por Camargo *et al*, (2001).

- Associações

Associação é a congregação de certo número de pessoas que expõe em comum conhecimentos e serviços voltados a um mesmo ideal e movidos por um mesmo objetivo, seja a associação econômica ou não, com capital ou sem, mas jamais com intuito lucrativo. Sua finalidade pode ser altruística – como uma associação beneficente que atende a uma comunidade sem restrições qualificadas – ou egoística, que se restringe a um grupo seletivo e homogêneo de associados. A constituição de uma associação ocorre por meio do estatuto social, um conjunto de cláusulas contratuais que relaciona a entidade com os seus fundadores, dirigentes e associados, atribuindo-lhes direitos e obrigações entre si;

- Fundações

Fundação é um patrimônio que, associado a uma idéia do instituidor, é colocado a serviço de um fim determinado. Qualquer função será sempre sinônimo de patrimônio destinado à consecução de um fim não-egoístico, em benefício da comunidade (ou parte dela), em decorrência de um estatuto previamente aprovado. A finalidade de uma fundação, além de não ser egoística, também não pode ser genérica, mas sim a mais específica possível. É necessário que o próprio instituidor – ou executor da sua vontade – exprima o desejo de que o fim seja realizado por uma entidade jurídica expressamente criada, e que essa entidade tenha organização adequada;

- Sindicatos

Entidades de direito privado, que exercem atividades de interesse público com uma autonomia que varia de acordo com a estrutura política do país e segundo o papel que lhe

é atribuído. Na Constituição Federal, o tratamento dos sindicatos está descrito no art. 8º e em seus incisos, cujo teor considera direito a livre associação profissional ou sindical, atribuindo à entidade a exclusividade da defesa dos direitos individuais e coletivos de uma categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas;

- Cooperativas

A cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma sociedade democrática e coletiva. As empresas cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia e participação. Tradicionalmente, os cooperantes acreditam nos valores éticos de honestidade, responsabilidade social e preocupação pelo semelhante. A cooperativa diferencia-se dos demais tipos de sociedade por ser, ao mesmo tempo, uma associação de pessoas e também um negócio. Para conseguir bons resultados deverá equilibrar essa dupla característica – o aspecto social e o econômico -, buscando sempre o aperfeiçoamento de suas atividades e filosofia;

- Organizações não-governamentais

Trata-se de um agrupamento de pessoas estruturado sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara ser sem fins lucrativos, tendo como objetivo lutar por causas coletivas e/ou apoiá-las. São as formas mais modernas de participação na sociedade brasileira, porque se organizam em torno dos chamados direitos sociais modernos (direito à qualidade de vida, à felicidade, à não-discriminação, à preservação do meio ambiente etc.); buscam combinar valores individuais com valores coletivos, a racionalidade individual (dada pelos desejos e aspirações das pessoas) com a racionalidade científica (de estudos e análises técnicas do problema em questão) e por fim, constituem espaços coletivos de participação na sociedade civil, a partir de interesses de grupos determinados, tendo como referência movimentos e organizações sociais.

Ainda, existe no Brasil, uma certificação do terceiro setor, denominada OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. A qualificação como OSCIP, foi instituída pela Lei nº 9.790, de 23/03/1999, também concedida pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça, apresenta-se como resultado de uma nova concepção jurídica contemporânea, que contempla as OSC's – Organizações da Sociedade Civil, como agentes legítimos dos interesses coletivos.

Com efeito, esta lei, regulamentada pelo Decreto 3.100 de 30/06/1999, traz no seu bojo uma série de novidades. Ainda que não represente certamente a solução de alguns problemas enfrentados pelo terceiro setor, desponta como uma relevante conquista inicial porque estabelece novos critérios como a transparência na prestação de contas e nos critérios de qualificação para certificação, obrigando todas as instituições a ter conselho fiscal, entre outros pressupostos que a qualificam.

O terceiro setor possui inevitáveis vínculos com a economia capitalista, podendo dela extrair vantagens competitivas, como ocorre na globalização³. A facilidade de se comunicar sem considerar limitações geográficas permite a elaboração de uma rede de entidades, permutando experiências e congregando agentes de mesmos interesses. (CAMARGO *et al*, 2001, p.20).

Atualmente se confunde o termo “redes” com “ONG’s”. Na realidade, ambas possuem o mesmo conceito associativo, participação voluntária, autonomia e diversidade, porém, em tese, as redes não podem ser vistas como estrutura estáticas. As redes recebem muita influência de entidades do Terceiro setor, que em geral contribuem com o processo produtivo de suas ações.

2.1.2 As redes

O conceito de “Redes” pode ser visto em algumas reflexões de Fritjof Capra⁴, autor de “A Teia da Vida” e “As conexões ocultas”, obras estas que refletem bem a temática em questão.

Onde quer que encontremos sistemas vivos – organismos, partes de organismos ou comunidades de organismos – podemos observar que seus componentes estão arrançados à maneira de rede. Sempre que olhamos para a

³ Manuel Castells (1942) em sua obra “A Sociedade em rede” analisa e de certa forma estabelece críticas à globalização e aos conceitos da sociedade pós-industrial, propondo novas maneiras de refletir nossos problemas atuais, como a negação entre homogeneização social (reflexos da globalização dos padrões de interação organizados em redes que ignoram fronteiras e nacionalidades) e diversidade cultural, as mudanças no mundo do trabalho, as conseqüências dos novos processos de gestão empresarial na inclusão e a exclusão social da mão-de-obra.

⁴ Físico austríaco, que estuda em sua obra “A Teia da vida”, a contribuição da física, da matemática e da biologia para a compreensão dos sistemas vivos e seu padrão de organização (em redes).

vida, olhamos para redes. (...). O padrão da vida, poderíamos dizer, é um padrão capaz de auto-organização (CAPRA, 2001, p.78).

Ainda, Manuel Castells, cientista social espanhol, que em sua obra “Sociedade em rede”, busca esclarecer a dinâmica econômica e social da nova era da informação, define:

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. (...) São estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação. Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. (CASTELLS, 1999, p.498)

Kelly (1995) faz uma análise das propriedades da lógica das redes afirmando que a única organização capaz de crescimento sem preconceitos e aprendizagem sem guias é a rede. Todas as outras topologias são restritivas. A rede é uma organização menos estruturada da qual, na visão do autor, pode-se dizer que não tem nenhuma estrutura, porque de fato, uma pluralidade de componentes realmente divergentes só pode manter-se coerente numa rede. Nenhum outro esquema – cadeia, pirâmide, árvore, círculo, eixo- consegue conter uma verdadeira diversidade funcionando como um todo.

Num estudo recente, a WWF-Brasil (Fundo Mundial para a Natureza)⁵, apresenta um trabalho sobre “redes” e nesta visão, refletida por Castells, analisa que é esse mesmo momento histórico que acelera a fundação de uma sociedade civil global, da qual são expressões marcantes as manifestações de Seattle, Praga e Gênova contra a Organização Mundial do Comércio e a globalização capitalista (mobilizações organizadas por meio de redes) e o Fórum Social Mundial, de Porto Alegre. Do mesmo modo que o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação permitiu o desvairado e incontrolável fluxo de capitais pelo planeta, agilizou também a articulação de uma variedade enorme de movimentos sociais e organizações da sociedade civil – a começar, pelo seu pioneirismo, as redes ambientalistas, principal foco neste estudo.

As redes tornaram-se a principal forma de expressão e organização coletiva, no plano político e na articulação de ações de grande envergadura, de âmbito nacional ou internacional, das ONG's e dos novos movimentos sociais (COSTA *et al*, 2003, p.16).

⁵ Posteriormente o WWF-Brasil será apresentado e caracterizado neste trabalho.

Quanto ao seu funcionamento, Id. (2003, p.87) define que o “ambiente de relacionamento” e os “processos de comunicação” sustentam um dos princípios do funcionamento das redes: a democracia, que é o pressuposto lógico da desconcentração de poder, do respeito à autonomia e à diversidade e da multiliderança. Aqui, o aspecto mais evidente se refere aos mecanismos de resolução de conflitos, de construção coletiva de consensos e de decisão compartilhada. Não haveria outro modelo possível de tomada de decisão numa rede. E é por meio dessa via democrática, também múltipla, de co-ordenação e co-decisão, que a rede “controla” as ações que realiza.

A exemplo de atuação das redes no terceiro setor, pode-se citar a RITS⁶ – Rede de Informações para o Terceiro setor. É uma organização privada, autônoma e sem finalidade lucrativa, fundada em 1997 com a missão de ser uma rede virtual de informações, voltada para o fortalecimento das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais. A RITS busca realizar a sua missão principalmente ao fomentar e dar suporte para o compartilhamento de informações, conhecimento e recursos técnicos entre as organizações e os movimentos sociais. Também tem como missão promover a interação de iniciativas e projetos por meio do uso efetivo de Tecnologia da Informação e Comunicação, em especial a Internet.

Para se ter o conhecimento de como uma rede pode ter dimensões às vezes infinitas, pode-se tomar como exemplo o *site* da RITS onde são divulgadas informações importantes para o fortalecimento institucional das Organizações da Sociedade Civil, nas áreas de Legislação, Gestão e Articulação de Redes. No catálogo da RITS estão disponíveis informações sobre mais de 40 mil organizações, o que evidencia a grande quantidade de envolvidos numa só rede.

Outro exemplo que se pode citar é o da Rede de ONG’s da Mata Atlântica. A partir da década de 80, a sociedade brasileira começou a se mobilizar pela preservação da Mata Atlântica. Na Eco-92, já havia um conjunto de entidades em todo o país interessado pela causa e com esse espírito formou-se a Rede de ONG’s da Mata Atlântica (RMA), composta hoje por 195 filiadas nos 17 Estados por onde se estende a Mata Atlântica. A ação articulada a partir de uma coordenação nacional representada por entidades de todas as regiões do domínio da Mata

⁶ Informações obtidas pelo site da RITS – Rede de Informações para o terceiro setor - www.rits.org.br em Julho de 2004.

Atlântica (Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste) está voltada principalmente para a luta contra o desmatamento, pela aprovação do projeto de lei da Mata Atlântica, pela efetividade das áreas protegidas legalmente (parques nacionais, estaduais etc.) e pela criação de corredores ecológicos.

As redes ambientalistas, que, anteriormente, emergiam do relacionamento entre os atores sociais e das situações políticas que exigiam resposta coletiva, mas que mantinham uma existência episódica, transformaram-se, prioritariamente, numa das principais formas de organização permanente desses novos movimentos sociais.

É perceptível, então, que refletir e agir “em rede” é desafiador em nossa sociedade, porque é uma quebra nos modelos mentais pré-existentes e matrizes de aprendizagem, provocando mudança na sociedade. No terceiro setor, mais especificamente, este processo é mais evidente.

2.2 As ONG's Ambientalistas e o turismo alternativo

Visto o quão importante tem se tornado o papel do terceiro setor no contexto da atividade turística no Brasil, é fundamental esclarecer qual a relação existente entre as organizações ambientalistas e o turismo alternativo.

2.2.1 A formação e atuação do ambientalismo – reflexos do movimento no Brasil

Nos dias atuais, a questão ambiental circunscreve o pensamento na formação básica do indivíduo, uma vez que este passa a se entender como elemento vivo da natureza, influenciando o pensamento contemporâneo e de certa forma recebendo apoio da mídia, o que vem comprometendo a política e os processos de gestão estratégica de órgãos públicos e privados, como também da sociedade civil organizada.

Porém, o desconhecimento das bases filosóficas e históricas do movimento ecológico tem levado, muitas vezes, empresas, governos e cidadãos à uma generalização idealista do que é ser ambientalista, servindo muitas vezes como uma “máscara da boa intenção” para o domínio mercadológico da sociedade pós-moderna e neoliberal. Na realidade, trata-se de uma questão de cidadania.

Neste sentido, Minc (apud Mc CORMICK, 1992, p.7) afirma que a cidadania ecológica supõe movimento e consciência ecológica. As bases constitutivas do pensamento ecológico são múltiplas e antigas. Ganharam consistência com o conhecimento científico adquirido no século passado sobre as formas de vida e os complexos equilíbrios dos ecossistemas. As origens do ambientalismo britânico, por exemplo, se encontram na era das descobertas científicas também. O romantismo (movimento filosófico nascido na Alemanha no início do século XIX tendo como um dos principais precursores Hegel) serviu de certa forma para criar uma nova leitura da relação do ser humano com a natureza.

No mundo todo, o ambientalismo surgiu no Caribe, na Índia, na África do Sul, na Austrália, na América Latina, ou seja, onde estavam sendo implantadas práticas de exploração colonial massivas e predatória, segundo relatos de Pádua (1997).

Como um marco de referência, este movimento trouxe a proposta de uma reflexão diferente dos eventos que o ser humano desenvolve no planeta. Acima de tudo, pode tornar quase que óbvio o conceito de que a existência humana é dependente de um meio ambiente natural saudável, e precisa se readaptar ao legado da tecnologia que desenvolveu ao longo do tempo.

Assim, autores como Ophuls (1977), Pirages (1977), Milbrath (1986), Simon e Kahn (1982) tratam o ambientalismo à luz das reflexões:

- muitas crenças sociais dominantes, gestadas em tempos de abundância necessitavam ser redimensionadas à luz da crescente penúria ecológica;
- os problemas ambientais na sociedade industrial tinham suas raízes no Paradigma Social Dominante, um conjunto de crenças e valores que incluía os direitos de propriedade privada, a fé na ciência e na tecnologia, o individualismo, o crescimento econômico, a sujeição da natureza e a exploração dos recursos naturais;
- a poluição, a carência energética e até mesmo a inflação, a recessão econômica e o desemprego desafiaram o Paradigma Social Dominante;
- o temor acerca dos limites do crescimento e das implicações da má administração ambiental deram lugar a uma nova visão de mundo, mais compatível com os limites ambientais;

- os ambientalistas constituem uma vanguarda que utiliza educação, persuasão e política para tentar atrair as pessoas para sua visão de uma sociedade nova e mais sustentável.

Assim, um aspecto significativo do ambientalismo, na visão de Mc Cormick (1992) reside no desafio que faz o movimento aos modelos ortodoxos de crescimento econômico, seja capitalista ou socialista. Nos países mais desenvolvidos é um desafio frontal à produção e aos consumos impensados e não regulamentados; nos menos desenvolvidos trata-se de um desafio à presunção de que o modelo industrial seja a estrada mais efetiva para um desenvolvimento rápido e igual.

Em seu estudo sobre o ambientalismo americano, Petulla (1980) classifica o movimento sob três óticas distintas, considerando algumas linhas destas bases filosóficas e históricas do movimento: a biocêntrica (natureza em si para si), a ecológica (baseada numa compreensão científica da inter-relação e interdependência entre as partes das comunidades naturais) e a econômica (a utilização otimizada dos recursos naturais).

Embora os movimentos ambientalistas no mundo todo datem do pós-guerra, a destruição ambiental tem uma longa linhagem, desde sempre o ser humano quando faz mal uso dos recursos naturais que o sustentam no planeta, este vem causando impactos perceptíveis para os mais sensíveis (da época do surgimento deste movimento) e hoje para a comunidade científica. Essa luta constante de domínio do ser humano sobre a natureza (da qual esquece que faz parte) deve ser planejada para um equilíbrio, principalmente quando na exploração turística, como se analisará posteriormente neste trabalho.

O instrumento ativo de transformação do pensamento ambientalista foram os movimentos de massa popular. Segundo Mc Cormick (1992) à medida que as preocupações privadas se tornaram públicas os esforços desse movimento se refletiam crescentemente na legislação, na política pública, na criação e operação de organismos ambientais públicos, e nas mudanças dos valores sociais, econômicos e políticos.

Habermas (1989) em sua Teoria da Ação Comunicativa reconhece os movimentos ambientalistas analisando que a situação da sociedade moderna contribui para a causa sistemática de luta dessas linhas. Assim, afirma que:

A intervenção da indústria de larga escala nos balanços ecológicos, a crescente escassez de recursos naturais não-renováveis, tanto quanto desenvolvimentos demográficos, apresentam às sociedades industrialmente desenvolvidas problemas importantes; mas esses desafios são abstratos e chamam por soluções técnicas e econômicas que devem, por sua vez, ser globalmente planejadas e implementadas por meios administrativos.

Giddens (1991) reflete que numa resposta às características da modernidade, aparecem, segundo o autor, quatro reações de adaptações do ser humano no seu espaço ambiental:

- a aceitação pragmática da vida considerando a única ação possível frente aos “impossibilitismos” da sociedade dado ao tamanho descontrolado da situação;
- o otimismo sustentado, na perspectiva constante da superação dos problemas pela utilização dos recursos e técnicas racionais;
- o pessimismo cínico, numa perspectiva contrária ao otimismo sustentado, como resposta direta e incrédula do mundo e
- o engajamento radical, na ação contestadora das atitudes ameaçadoras percebidas, possuindo essa reação, ligação direta com os movimentos sociais.

O movimento ambientalista foi e é acima de tudo um movimento do Terceiro setor de grande mobilidade social. No geral, os movimentos populares por reformas sociais, no mundo todo emprestaram técnicas uns aos outros. Nos anos de 50 e 60, o movimento ambientalista se misturou por algum tempo aos protestos contra os testes nucleares, a injustiça racial e a guerra do Vietnã. Todas essas relações fizeram fortalecer ainda mais os esforços da sociedade civil organizada para luta por esses ideais, vistos muitas vezes contrários ao pensamento governamental e “privado” da época.

Numa seqüência do tempo e contextualizando este na realidade brasileira, Pires (2002) reflete que a história contemporânea do ambientalismo pode ser abordada a partir do momento em que começam a serem geradas as pesquisas científicas voltadas para as questões ambientais e com a preocupação nos recursos naturais do planeta.

Na sua origem, entre 1820 e 1920, o ambientalismo brasileiro se caracterizou exatamente por possuir uma clara preocupação política. Ainda, o autor reflete que

O ambientalismo brasileiro original, porém, se ocupou especialmente da política, do rumo coletivo da sociedade. Este viés político foi particularmente marcante no Brasil, a despeito do que se verificou em outros países na mesma época, como nos Estados Unidos, onde a formação do movimento ganhou maior impulso através da problemática “ética e estética” (1997, p.14).

Numa visão histórica, os relatos do crescimento deste fenômeno no Brasil apontam que na década de 1970 cresce o movimento numa perspectiva atual, ainda motivada pelo acelerado crescimento econômico da época, que fez indagar sobre alguns aspectos decisivos para o meio ambiente natural.

De certa forma, o movimento se manteve à margem da sociedade, que discriminava os adeptos talvez rotulados como “rebeldes” pois eram considerados excêntricos todos os que manifestavam interesse pelas árvores, pelos animais, pelo meio ambiente no seu conceito amplo.

Já na década de 80, por força da estagnação do então “acelerado crescimento econômico do Brasil” gerou um período de grande impacto sobre todo o tecido social quanto à produção de idéias. No entanto, inicia o reconhecimento do movimento: este penetra em outras áreas dinâmicas organizacionais (ONG’s, Universidades, mídia, agências governamentais, e empresas). Para Ferreira (1997), alguns autores reconhecem que o ambientalismo caracteriza-se por um “movimento social”, portador de um projeto histórico-social de transformação da sociedade como um todo. Outros segmentos ambientalistas visam preferencialmente uma mudança radical nas condutas, códigos e valores que caracterizam a modernidade e o projeto de modernização que lhe conferiu sentido.

No Brasil, Eduardo Viola e Héctor Leis (1995) classificam o ambientalismo considerando:

Esse ambientalismo está constituído por cinco setores (os dois primeiros existentes previamente e os outros três novos): 1) as associações e os grupos comunitários ambientalistas; 2) as agências estatais de meio ambiente; 3) o socioambientalismo constituído por organizações não-governamentais e movimentos sociais que têm outros objetivos precípuos, mas incorporam a proteção ambiental como uma dimensão relevante de sua atuação; 4) os grupos e as instituições científicas que realizam pesquisas sobre a problemática ambiental; 5) um reduzido setor de gerentes e do empresariado que começa a pautar seus processos produtivos e investimentos pelo critério da sustentabilidade ambiental.

Nesta pesquisa as linhas abordadas mais intensivamente serão as associações e os grupos comunitários ambientalistas dentro do socioambientalismo constituído por organizações não-governamentais e movimentos sociais que têm outros objetivos precípuos (principalmente o turismo), mas incorporam a proteção ambiental como uma dimensão relevante de sua atuação.

Essas classificações antes referenciadas não objetivam definir padrões e tipologias, mas referenciar a existência de estudos como os de Viola e Leis, que refletem o Terceiro setor e sua atuação nesta área.

Ao analisar o movimento ambientalista e a modernidade, considerando a sociabilidade como questão da análise, Tavolaro (2001) coloca em sua discussão a hipótese de que

as associações ambientalistas emergem em resposta aos déficits de integração social característicos de um momento em que concepções de mundos tradicionais mostram-se ineficazes na tarefa de proporcionar o acervo cultural com base no qual as situações cotidianas possam ser interpretadas; num momento em que laços tradicionais foram rompidos e o quadro normativo deixa de criar expectativas de comportamento com base em determinações tradicionais; e num momento em que a dinâmica dos subsistemas economia e administração e sua lógica de funcionamento extravasam os âmbitos sociais em que se realizam as tarefas de reprodução material e administração das sociedades modernas, instrumentalizando, com isso, as esferas próprias à reprodução cultural, integração social e busca de identidades.

Pires (2002, p.47) ao refletir a origem e trajetória deste movimento, afirma que o ambientalismo contemporâneo, bem como as linhas do pensamento ecológico que lhe servem de suporte filosófico, “é fator de grande influência na geração e difusão de um senso comum pela proteção e valorização dos ambientes naturais”. Assim, progrediu-se, transformando os modelos mentais atuais para uma consciência mais harmoniosa com a natureza, passando a encará-la como parte de um conjunto onde o ser humano possa estar “co-existindo”.

Certamente o ambientalismo impulsionou uma reavaliação dos princípios e prioridades deste crescimento econômico, social e político dos países ditos “desenvolvidos”. Na visão de McCormick os ambientalistas argumentam que não se pode mais considerar o meio ambiente como garantido. Já é tarde demais para salvar muitas espécies e *habitats*, e outras mais irão sem dúvida sofrer em função do desenvolvimento irrefletido. A poluição foi obstada ou reduzida em algumas partes do mundo, mas tornou-se pior em outras. Florestas e terras férteis

estão sendo perdidas em algumas partes e restauradas em outras. Mais cedo ou mais tarde, um equilíbrio praticável deve ser consumado entre as necessidades do ser humano e as da natureza. Não importa quanto tempo isso demore, o relacionamento entre os humanos e seu meio ambiente jamais voltará a ser como já foi, e isso foi assegurado pela ascensão do movimento ambientalista.

Os reflexos deste movimento intenso abrangem principalmente a estruturação prática destes ideais por meio da institucionalização das idéias, formatadas em organismos não governamentais que trabalham com ações ligadas ao meio ambiente ecológico. Neste sentido, a atividade turística (alternativa) é uma das linhas de trabalho de muitas destas figuras jurídicas do terceiro setor, e esta atuação será estudada após contextualização deste “turismo alternativo”.

2.2.2 Contextualização do turismo alternativo

O turismo alternativo neste estudo será refletido dentro do conceito trabalhado por Pires (2002, p.111), no qual considera-se como sendo todas as opções de turismo que compartilham diferenças comuns em relação ao turismo convencional, devido a fatores como localização da oferta turística em ambientes naturais e/ou rurais; participação ativa (física, mental e emocional) do turista; geração de benefícios socioeconômicos para anfitriões e valorização de sua cultura.

Cabe esclarecer, todavia que o que está sendo adotado como turismo alternativo nesta pesquisa é uma concepção desta atividade diferenciada e “alternativa” ao turismo convencional, e não um segmento de atuação mercadológica no turismo, o que seria o caso do “Ecoturismo”, por exemplo.

Compreendendo a atividade turística com seus impactos negativos no ambiente social, econômico, cultural e ecológico⁷ é possível verificar que muitos pesquisadores e planejadores da atividade, conscientes da necessidade de preservação dos recursos disponíveis para sua

⁷ Estes ambientes aqui referenciados são compreendidos na concepção do SISTUR – Sistema de Turismo (posteriormente explicado neste trabalho) como o “Conjunto das Relações Ambientais do Sistur, pois, enquanto sistemas isolados na sua concepção maior estão fora do sistema, ao mesmo tempo em que, como antecedentes e controladores, com ações específicas que influenciam decisivamente a atividade de turismo, acham-se dentro do sistema”. (BENI, 2002, p.46)

utilização de forma sustentável procuram maneiras de se desenvolver a atividade de forma a minimizar consideravelmente seus inevitáveis impactos. Assim, o conceito de “turismo alternativo” vem sendo discutido por muitos autores, conforme referencial apresentado. Numa linha de reflexão social, Krippendorf (1987) refletiu esta nova modalidade afirmando que

O turismo alternativo não é ainda um conceito bem definido, mas o termo está começando a ser usado cada vez mais para vários tipos de viagens: educacionais, de aventura, de caminhadas ou viagens solitárias realizadas pelos “*globe totters*”. (...). O princípio norteador dos turistas alternativos é o de colocar tanta distância quanto possível entre eles mesmos e o turismo massivo. Eles tentam evitar a trilha batida (os lugares comuns), eles querem ir a lugares onde ninguém pôs os pés antes deles; querem fazer coisas que lhes trarão uma sensação de aventura e os ajude a esquecer a civilização por um tempo. Turistas alternativos tentam estabelecer um contato maior com a população local, eles tentam passar sem infra-estrutura turística, e eles usam as mesmas acomodações e meios de transporte dos nativos. Eles também querem obter mais informações antes ou durante as férias. Viajam sozinhos e em grupos pequenos.

Esta abordagem explica de maneira clara e objetiva, as principais características comportamentais do turista, que caracterizam a própria essência do conceito de turismo alternativo.

Cabe destacar, que em termos conceituais existe muitas semelhanças entre os conceitos de “turismo alternativo”, “turismo participativo” e “turismo endógeno”. Tanto o ecoturismo como o turismo participativo possuem forte ligação pela interação que mantém com o meio ambiente natural. De maneira geral, ambos aprofundam a simples “contemplação da natureza” exercida pelo turista, propiciando à esta experiência turística, uma vivência com maior entendimento das questões ecológicas. Mourão (2004) explica que o turismo participativo define melhor o grande ramo do turismo dito “especializado”, no qual o turista, mais do que contemplar passivamente, faz viagens “participativas” – viagens organizadas em torno de uma atividade ou interesse principal, como passeios, cruzeiros fluviais, observação de animais silvestres, pesca etc; em geral associadas a atividades e interesses secundários, como acampamentos, caminhadas ou fotografias, numa combinação de lazer, estudo e trabalho.

Nesta reflexão, Beni (2002) reflete que hoje se observa uma tendência de crescimento destacado do turismo interno e de viagens internacionais com predomínio de motivação de reencontro com a natureza de caráter familiar e bem intimista nas relações do turismo com o meio ambiente.

Por essa razão, principia a desenvolver-se a demanda de roteiros com essas peculiaridades (o chamado turismo endógeno), deslocando em grande parte o fluxo turístico dos grandes centros urbanos e cosmopolitas para áreas locais com expressivo patrimônio histórico-étnico-cultural, em que podem ser vivenciadas experiências mais autênticas e genuínas, sem interferência do cunho comercial, da opressão da obrigação de consumir, das tensões dos conglomerados urbano-industriais, do ter para ser, com o apelo simples de viver ainda não impregnado por artificialismos e tensões dialéticas.

Sobre isso, pode-se refletir também o estudo de Plog (1987) que explica o desenvolvimento da atividade turística (vide figura 2) tendo como base o comportamento do turista e a sua motivação. Plog sugere que no começo do processo de desenvolvimento, um espaço turístico⁸ é visitado por um pequeno número de “alocêntricos” que significam para o autor, turistas autoconfiantes, expansivos, aventureiros e curiosos. Estes geralmente preferem áreas (ou espaços) não turísticos, porque gostam de experimentar a sensação de descobrimento e prazer em novas experiências antes de outros terem visitado a área. Depois, quando uma destinação se torna mais conhecida, passa a atrair mais e mais “mesocêntricos”. Finalmente, a destinação torna-se saturada e um número crescente de “psicocêntricos” ocupam o espaço turístico. Na definição do autor, os psicocêntricos são turistas ansiosos, não aventureiros e inibidos, que preferem destinações familiares e pacotes turísticos. As características dos alocêntricos e dos psicocêntricos são tão diferentes que nunca procuram as mesmas destinações.

⁸ Conceito de espaço utilizado com adaptação pela pesquisadora, com base em Boullón em sua “Teoria do Espaço Turístico” (2002), caracterizando as partes da crosta terrestre em que predomina as espécies do reino vegetal, animal, mineral sob as condições que o homem estabeleceu.

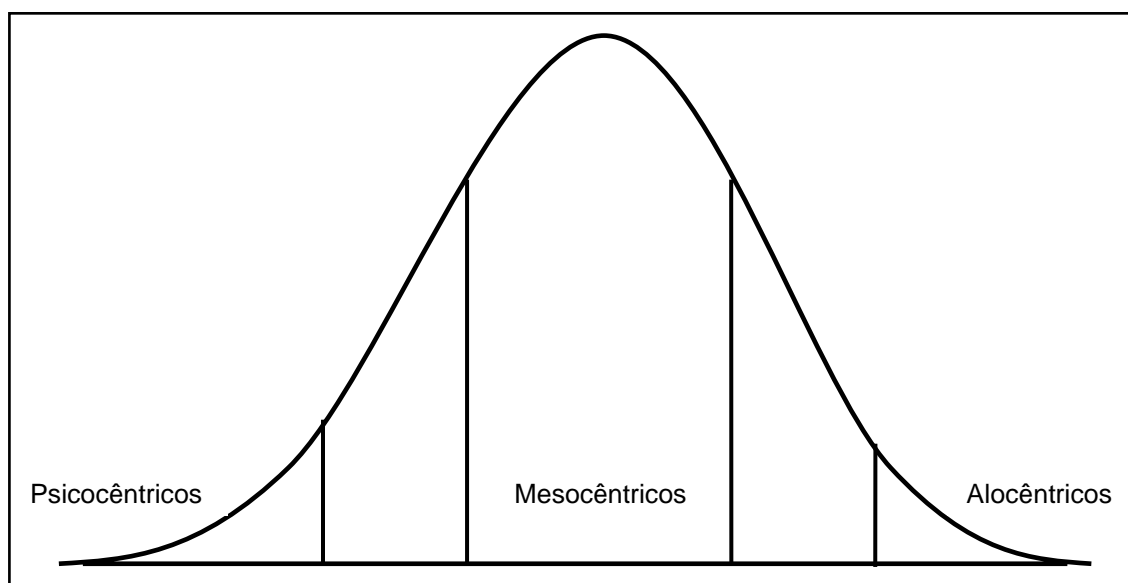


Figura 01: Curva de população, grupos psicográficos.

Fonte: Adaptado de Plog, 1974.

Neste raciocínio, o turismo alternativo foi refletido na visão do autor, como o a prática ou experiência vivida pelos “alocêntricos”, principalmente pelo caráter de “mínimo impacto”, contrário à grandes massas e aquilo que é do mercado turístico comum.

Smith e Eadington (1992, p. 3) afirmam que o desenvolvimento da atividade turística não progrediu sem controvérsias; desilusões com o turismo de massa e com muitos problemas que foram desencadeados levaram muitos observadores e pesquisadores a criticar vorazmente os métodos antigos e direcionamentos do desenvolvimento do turismo oferecendo, em contrapartida, um “turismo alternativo”, de maneira geral definido como formas de turismo que são compatíveis com o meio natural e social, bem como com os valores da comunidade. Ainda que possibilite a ambos, hóspedes e clientes, apreciar positivamente a enriquecedora interação e a troca de experiências.

Neste sentido, formas alternativas de turismo vêm na contra-mão do turismo (de massa) em que apresenta o fator econômico como premissa básica para seu crescimento. De acordo com Kadt (1992, p.50) o turismo alternativo deve ter como sua primeira referência a comunidade hospedeira ou sociedade, o turismo (massivo), a “indústria” do turismo nacional ou transnacional.

Geralmente têm-se estabelecido uma comparação, ainda que discutível, com o turismo convencional, atribuindo-lhe muitas vezes o caráter de “não planejado”. Na realidade, mesmo

massivo e impactante, esta tipologia pode ser planejada, dentro de suas características e limitações.

Refletindo o tema de maneira mais crítica Järviluoma (1992) defende e argumenta que comparações não deveriam ser feitas entre Turismo alternativo e turismo massivo, mas também entre turismo alternativo e o não turismo. O turismo alternativo tem sido criticado como elitista porque as atividades turísticas concentram-se – ao menos em alguns casos – em pessoas ricas e altamente instruídas. Além disso, turismo alternativo é acusado de ser a pior forma de turismo porque ele desenvolve e incentiva o turismo por áreas que não estão ainda degradadas pelo turismo.

Plog define estas “fases” do desenvolvimento turístico numa comunidade como algo presente na “motivação turística”, conforme visto anteriormente, já Butler (1991) entende uma destinação como um produto turístico com ciclos claros de nascimento, desenvolvimento e declínio, conforme estudo publicado na revista *Tourism Management*.

Na visão do autor, a evolução de uma área turística geralmente passa por seis diferentes estágios. O primeiro estágio é o de exploração que é caracterizado por pequenos números de visitantes aventureiros que representam os “alocêntricos” de Plog. No estágio de desenvolvimento o número de turistas aumenta rapidamente e companhias externas reduzem o envolvimento local com o controle do desenvolvimento. No estágio de consolidação, a taxa do aumento de visitantes declina, embora números totais aumentam. Conforme a área entra no estágio de estagnação, os números picos de visitantes terão sido alcançados. A destinação pode agora ter problemas ambientais, sociais e econômicos conforme seu nível de capacidade é excedido. O tipo de visitante muda para o turista psicocêntrico trabalhado por Plog. Conforme o mercado turístico diminui, entra-se no estágio de declínio. Alternativamente, o rejuvenescimento pode ocorrer, embora seja quase certo, na visão do autor, que este estágio quase nunca será alcançado sem completa mudança na atração onde o turismo é fundamentado.

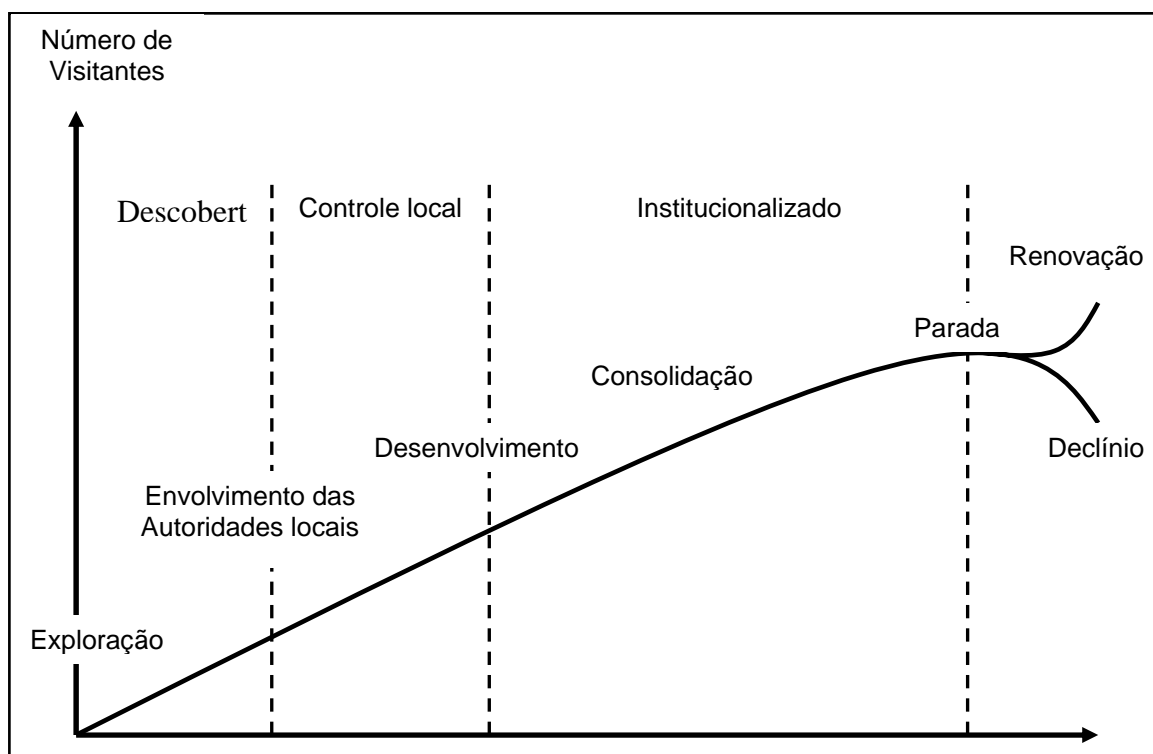


Figura 02: Ciclo de vida dos produtos turísticos.
Fonte: Butler, 1989.

O turismo alternativo poderia ser interpretado como sendo a atividade principal do primeiro estágio deste ciclo de vida tratado por Butler. Porém, acredita-se que com a utilização de critérios de sustentabilidade para o planejamento turístico da destinação, com o adequado controle do fenômeno, sua capacidade de carga e seus “limites sustentáveis” o ciclo apenas mantém seu estágio num permanente estágio de rejuvenescimento, não estabelecendo assim, a relação tempo *versus* demanda, como propõe Butler (vide figura 3). Essa permanente busca por formas alternativas de um turismo massificado e estagnado faria crescer a destinação como um produto diferenciado.

Na compreensão de Järviluona (1992), o turismo alternativo será sempre um “segmento” razoavelmente menor do turismo que o turismo internacional e nunca poderá substituir o turismo de massa. Ao invés disto, há boa razão para suspeitar que turismo alternativo impulse a atividade e, ao mesmo tempo, problemas culturais, sociais e ambientais à novas áreas frágeis. Segundo o autor

isso não significa que turismo alternativo e outros esforços honestos para melhorar turismo deveriam ser condenados. O maior benefício desta discussão de turismo alternativo é ainda a possibilidade de que através dela a idéia de desenvolvimento sustentável pode, ao menos até uma certa extensão, ser transferida para formas convencionais de turismo. É esperado

que no futuro turismo alternativo não seja desenvolvido em isolamento, mas a tendência seria preferencialmente ser em direção a fazer todo o turismo mais humano (idem).

Jones (1992) discute que, paradoxalmente, algumas soluções do turismo alternativo podem ser usadas para práticas e políticas de informação e aconselhamento no desenvolvimento e gerenciamento do turismo de massa. Por exemplo, manuais úteis que podem emergir, os quais podem ajudar a uma série de “objetivos sustentáveis⁹”, conforme mostra quadro a seguir.

- Firmar uma apropriação de escala e servir entre comunidades e ambiente de turistas e anfitriões;
- Salvar os interesses das pessoas locais, enquanto capacitando contatos de solidariedade com locais em seu próprio chão;
- Assegurar que o turista tenha a oportunidade de entender a cultura genuína da destinação;
- Instituir tratamento responsável do meio ambiente por visitantes e residentes;
- Assegurar benefício econômico local através da ênfase no uso de transporte local, acomodações, comida e produtos artesanais e instalações locais apropriadas;
- Assegurar que as novas instalações turísticas estejam em harmonia com as estruturas locais (social, cultural, econômica e física).

Quadro 02: Objetivos sustentáveis característicos do turismo alternativo

Fonte: Adaptado de JONES, A. 1992

Estes “objetivos sustentáveis” são os princípios que norteiam muitas das tipologias de turismo dentro desta proposta de um turismo alternativo, dentre elas, o ecoturismo.

2.2.3 Instituições do terceiro setor que atuam com o ecoturismo no âmbito do turismo alternativo

Num panorama mundial, existem muitas entidades que atuam com o ambientalismo de maneira a atingir programas em diversas comunidades que necessitam de apoio e desenvolvimento, e assim, muitas vezes o ecoturismo é incentivado como a prática que mais se aproxima do que se entende por “sustentável”. Assim, cabe destacar algumas destas instituições:

⁹ Termo utilizado pela pesquisadora para definir as sugestões de Arwel Jones em seu artigo “*Is there a real ‘alternative’ tourism?*” UK, 1992.

► *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources - IUCN*

Em 1948, na França, foi fundada a União Internacional para Proteção da Natureza (IUPN). A organização mudou seu nome à União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) em 1956. Sua matriz está localizada em Gland, Suíça.

A IUCN é uma organização da sociedade civil e é uma das maiores e mais importantes redes de conservação do mundo. Traz consigo 82 Estados, 111 agências de governo, mais de 800 organizações não governamentais (ONG's) e, aproximadamente, 10.000 cientistas e peritos, estruturados em seis comissões, de 181 países.

As prioridades e o trabalho da união, são ajustados por membros que se encontram a cada quatro anos no congresso de conservação mundial, o último congresso foi realizado em Bangkok, na Tailândia, em novembro de 2004. Nesses congressos também são ajustadas as prioridades de trabalho das comissões, que por sua vez se dividem em:

- Gerência de Ecossistema;
- Instrução e Comunicação;
- Política ambiental, econômica e social;
- Lei Ambiental;
- Áreas Protegidas; e
- Sobrevivência de Espécies

A missão da união é influenciar, incentivar e ajudar as sociedades do mundo todo a conservar a integridade e diversidade da natureza e assegurar-se de que todo o uso de recursos naturais seja equilibrado e ecologicamente sustentável.

A união justifica a necessidade de sua existência afirmando que os povos ainda entendem mal e até ignoram os bens que a natureza, a biodiversidade e os ecossistemas nos fornecem. Ressaltam, como exemplo, que 15.589 espécies de animais e plantas são ameaçados de extinção, e muitos dos ecossistemas, *wetlands* e florestas estão sendo degradados e destruídos quando, ao mesmo tempo, se sabe que os ecossistemas naturais fornecem aos seres humanos uma grande escala de benefícios valiosos.

Em seus projetos, a união busca controlar e restaurar ecossistemas e em melhorar a qualidade de vida das pessoas. Ajudou 75 países a preparar e executar estratégias de conservação da biodiversidade, através de conhecimentos, políticas e ações.

O enfoque da IUCN é integrar nas decisões e ações dos gestores de política locais, nacionais e internacionais de todos os setores, o conhecimento de que o bom funcionamento dos ecossistemas ajuda na redução da pobreza e melhora a subsistência nas sociedades, bem como a economia fica cada vez mais desobstruída aos cientistas.

► ***Conservation International - CI***

Atuando no Brasil desde 1988, a *Conservation International* (CI) é uma organização privada, sem fins lucrativos, dedicada à conservação e uso sustentado da biodiversidade. Busca estratégias que promovam o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis, compatíveis com a proteção dos ecossistemas naturais, levando em consideração as realidades locais e as necessidades particulares das comunidades.

A CI tem como missão conservar a herança natural da vida na terra, a biodiversidade global, e mostrar que os seres humanos são capazes de viver harmoniosamente com a natureza.

Os programas de conservação da *Conservation International* abordam: ciência; políticas ambientais; agronegócios; negócios em conservação; ecoturismo; parcerias comunicativas; comunicação; educação ambiental; e prêmios. Para estes programas a CI atua em:

- Grandes Regiões Naturais;
- Hotspots¹⁰;
- Corredores de Biodiversidade;
- Megadiversidade; e
- Workshops.

¹⁰ O ecólogo inglês Norman Myers, em 1988, definiu o termo com sendo toda área prioritária para conservação, isto é, de rica biodiversidade e ameaçada no mais alto grau. É considerada Hotspot uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha perdido mais de ¾ de sua vegetação original. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br/como/>>, acesso em 30 de junho de 2005.

Em 1990, no Brasil, a CI se transformou em uma entidade nacional autônoma, denominada Instituto *Conservation International* do Brasil (CI do Brasil). Quatro programas englobam os diversos projetos da CI do Brasil: economia da conservação; biologia da conservação; políticas de conservação; e planejamento e capacitação em conservação. A mesma tem se destacado pela colaboração e parceria com organizações não governamentais (ONG's) locais e regionais, instituições de pesquisa, órgãos governamentais e a iniciativa privada na condução de seus projetos.

Em 1997, a CI do Brasil foi reconhecida como Entidade de Utilidade Pública Federal, por meio de Decreto do Presidente da República, datado de 16 de setembro de 1997.

A CI atua, com projetos, nos mais diversos biomas brasileiros: caatinga, cerrado, mata atlântica, pantanal, Amazônia e ecossistemas marinhos.

Os projetos da *Conservation International* estão divididos por biomas e da seguinte maneira:

Amazônia:

- Biodiversidade da Amazônia;
- Áreas protegidas da Amazônia;
- Corredor do Amapá;
- Corredor Central;
- Corredor Sul-Amazônico;
- Corredores Ecótonos Sul-Amazônicos.

Cerrado:

- Corredor Araguaia;
- Corredor Jalapão;
- Corredor Uruçuí - Mirador;
- Corredor Emas – Taquari;
- Corredor Cerrado – Pantanal;
- Cerrado do Norte;
- Workshop de áreas Prioritárias.

Mata Atlântica:

- CEPF (*Critical Ecosystem Partnership Fund*), no Brasil chamado de Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos;
- Corredor Central da Mata Atlântica;
- Conservação da Biodiversidade do Nordeste;
- Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar;
- Aliança para Conservação da Mata Atlântica;
- RPPN Feliciano Miguel Abdala (Reserva Particular do Patrimônio Natural);
- Áreas Prioritárias para Conservação.

Pantanal:

- Fazenda Rio Negro;
- Projeto Carne Orgânica;
- Corredor Cerrado Pantanal.

Caatinga:

- Workshop de Áreas Prioritárias.

Ecossistemas Marinhos:

- Programa Marinho.

► *Nature Conservancy* - NC

A instituição *Nature Conservancy* (NC) é uma organização internacional sem fins lucrativos, fundada em 1951, cuja missão é preservar as plantas, os animais e as comunidades naturais que representam a diversidade da vida na terra.

A NC tem aproximadamente 1 milhão de membros e 1.500 voluntários, onde opera mais de 100 projetos marinhos em vinte e um países e em vinte e dois Estados dos EUA, e já protegeu mais de 117 milhões de acres de terra.

A maior ferramenta da *Nature Conservancy* para com a preservação da terra e da água é uma aproximação colaborativa, ou seja, a união com comunidades, governos, organizações, povos indígenas, corporações, entre outros.

► ***Conservation Foundation***

Estabelecido em 1972, a *Conservation Foundation*, é uma fundação sem fins lucrativos, situada em Naperville, Illinois - EUA. A missão da fundação é realçar a qualidade de vida preservando o espaço aberto, protegendo terras naturais e melhorando rios e *watersheds*¹¹.

A *Conservation Foundation* mantém uma base de mais de 3.000 membros e doadores e 500 voluntários pelos condados de DuPage, Kane, Kendall e Will Counties, todos em Illinois. A fundação tem sua organização dividida sob quatro pilares que ajudam a guiar as tomadas de decisão e a manter o trabalho focado na missão.

Esses pilares estão divididos da seguinte forma:

- **Preservação da Terra:** visa preservar e realçar terras abertas e naturais, onde a atividade preliminar é devotada a facilitar e intermediar transações de terra entre proprietários de propriedades e agências públicas de preservação de terra;
- **Rio e melhoria do *Watershed*:** protege rios e *watersheds*, melhorando a qualidade de ecossistemas e córregos de água. Preserva corredores do córrego e visa aumentar a consciência dos cidadãos;
- **Advocacia da Política Pública:** incentiva políticas ambientais e práticas sadias do uso de terra;
- **Instrução Ambiental:** promove uma compreensão e apreciação do ambiente, isto é feito ao se trabalhar com as crianças e adultos, nas escolas e residências.

► ***WWF – World Wildlife Fund*** (WWF – Brasil - Fundo Mundial para a Natureza)

Apresenta-se como uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, reconhecida pelo governo federal como entidade pública, cuja missão é conservar a natureza.

¹¹ Um *watershed* é definido como toda a área acima e abaixo da superfície da paisagem que drena em um corpo de água tal como um córrego, um lago ou um *wetland*.

A sede brasileira fica na capital federal, e atua em todo território nacional, sendo que na maioria das vezes, atua em parceria com organizações não-governamentais, governamentais ou com o setor público, desenvolvendo mais de 70 projetos que integram 11 programas: sete em âmbito nacional, dois no bioma Amazônia, um no bioma Mata Atlântica e um no bioma Pantanal. (Vide resumos Anexo 1).

Com atuação no Turismo alternativo por meio de seus projetos de ecoturismo, o objetivo do WWF é permitir que um número cada vez maior de pessoas, empresas e governos possam se beneficiar das alternativas propostas e testadas nesses projetos, permitindo uma mudança - para melhor - na forma de conviver com a natureza.

Pode-se perceber na entrevista que na opinião do WWF, a participação do Terceiro setor no desenvolvimento de projetos de proteção ao meio ambiente já é algo muito ativo no país e no mundo, e que infelizmente a desestruturação governamental é que proporciona isto.

As principais dificuldades apontadas para atuação no Brasil situaram-se na esfera da participação “ideológica” popular, que voluntariamente poderia estar contribuindo ainda mais com os projetos, bem como, captação de recursos para manutenção da entidade.

2.2.4 Ecoturismo – atividade alternativa das organizações ambientalistas

Ao menos potencialmente, formas alternativas de turismo penetram mais a fundo no espaço pessoal dos residentes, os envolve em uma escala muito maior, expõem freqüentemente recursos frágeis a uma visitação mais planejada, e podem causar maiores mudanças políticas em termos de controle sobre desenvolvimento local contrário a situação do tradicional turismo de massa.

Pode-se considerar como elementos positivos para o turismo alternativo (adaptado de PIGRAM, 1992, p.78):

- Desenvolvimento dentro de cada localidade de um senso especial de lugar, refletido nas características da arquitetura e no desenvolvimento de estilos, sensível às únicas heranças do ambiente;
- Preservação, proteção, e aumento da qualidade dos recursos que são a base do turismo;

- Cuidados com o desenvolvimento das atrações do visitante adicional, com raízes nos seus próprios locais;
- Desenvolvimento de serviços ao visitante com crescimento da herança ambiental.

Ao contextualizar o ecoturismo como opção de turismo (alternativo) mais expressiva da atualidade, Pires (2002) reflete que

Ele despontou justamente no espectro de alternativas ao turismo de massas, incorporando naturalmente em sua concepção todos os princípios do Turismo alternativo e adquirindo identificação própria ao buscar na natureza sua fonte maior de inspiração, afirmando-se como uma das mais importantes opções de Turismo alternativo da atualidade. O arcabouço histórico no qual repousa o cenário em que se revela o surgimento do ecoturismo remete aos anos 1960 e 1970, quando grandes temas ambientais, já suficientemente difundidos pelas instituições de pesquisa e por personalidades do mundo científico começaram a sensibilizar a opinião pública nos países desenvolvidos, onde alguns segmentos se mobilizam em torno de causas como a defesa do meio ambiente, a proteção dos ecossistemas naturais e dos processos ecológicos do planeta.

Por ser uma consequência do movimento ambientalista da década de 70, na visão do WWF (2003), as primeiras definições de ecoturismo associavam a atividade apenas ao papel de preservação do ambiente natural. Este conceito passou a ser reelaborado a partir da evolução o conceito de desenvolvimento sustentável e da consequente inclusão do ser humano no processo de sustentabilidade. Portanto, a definição brasileira de ecoturismo acompanhou uma nova tendência do ecoturismo mundial ao incorporar a população envolvida nos benefícios da atividade turística (WHELAN, 1991; BORGES, 1995), onde o maior ou menor grau de atendimento às necessidades socioculturais das regiões receptoras parece ser o maior diferencial entre as diversas definições.

Neste sentido, Salvati (2002) considera que três grandes eixos temáticos sustentam o conceito brasileiro de ecoturismo: a sustentabilidade, a educação do visitante e os benefícios às comunidades locais.

Na interpretação de Crosby e Moneda (1996) o ecoturismo é o

segmento turístico em que a paisagem é a principal variável como ponto de confluência dos fatores ambientais e antrópicos. O objetivo é a integração do visitante com o meio natural e humano, e a população local participa dos

serviços prestados aos turistas. O ecoturismo prioriza a preservação do espaço natural em que é realizado e seu projeto contempla a conservação antes de qualquer outra atividade. O termo “ecoturismo” está estritamente vinculado ao conceito de turismo verde, não sendo incorreta a identificação. A diferença, mais que conceitual, é histórica, no sentido de que turismo verde é uma terminologia anterior ao ecoturismo e atualmente muito menos utilizada.

A tentativa de mudar para o turismo “verde” tem se tornado uma ferramenta para a solução dos problemas desta atividade em países que apresentam rendimento na exploração sustentável de novas áreas, envolvimento da comunidade, e preocupação ambiental e educacional. Esta nova aproximação é a continuação do turismo que vai além de aproveitar a natureza ou as férias, busca defender e respeitar áreas naturais assim como as comunidades que ali vivem. Acredita-se que o ecoturismo é uma das formas de turismo que mais se aproxima destes ideais. Western (1999, p. 16) afirma que o “ecoturismo é mais do que uma pequena elite de amantes da natureza, é, na verdade, um amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social”.

Ao refletir em seus estudos a relação turismo-ambiente, Buckley (1994) estabelece uma relação que se torna fundamental no desenvolvimento da atividade turística desta natureza, na qual alimenta a idéia de que os recursos naturais e seu potencial turístico, a sustentabilidade econômica e ambiental, aliadas à educação estão intimamente ligadas. Assim, esses elementos (vide figura 3) no geral são contemplados na maioria dos conceitos e reflexões sobre o ecoturismo.

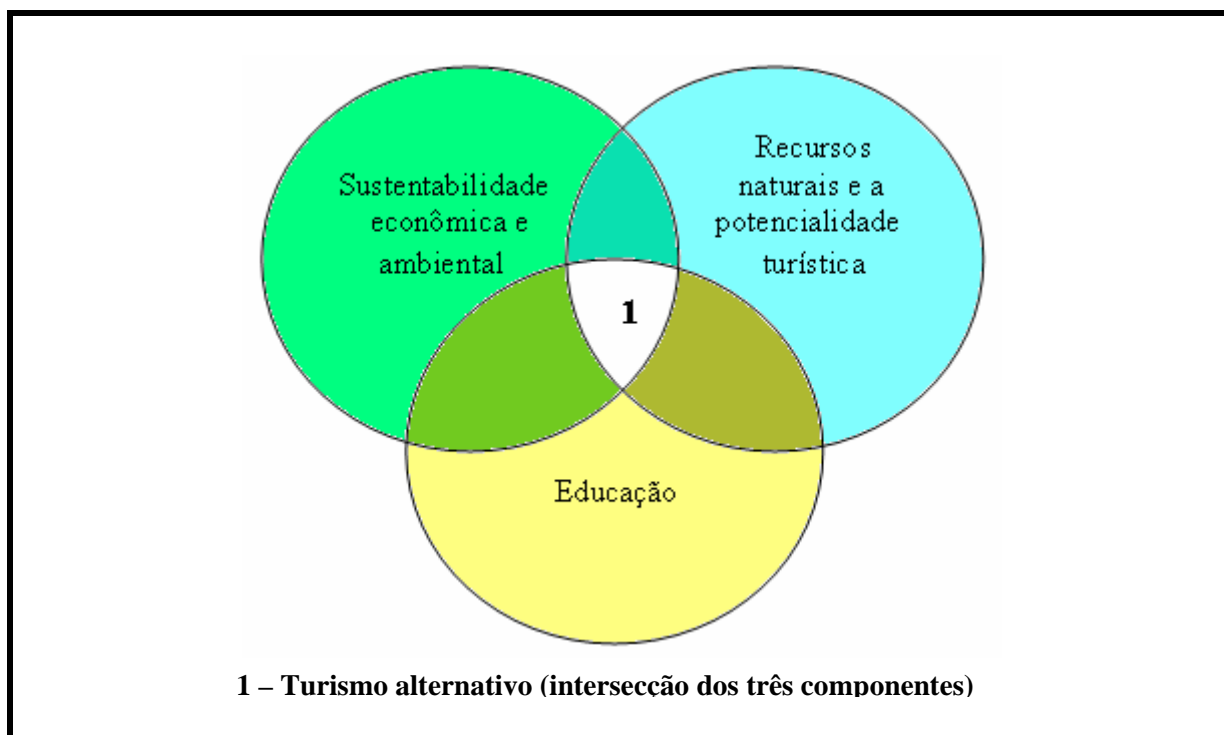


Figura 03: Relação do turismo e o meio ambiente no Turismo alternativo
 Fonte: Adaptado dos conceitos de Buckley para interpretação sistêmica.

Pode-se inclusive, estabelecer uma conexão com o Conjunto das Relações Ambientais do SISTUR, que considera fundamental a intersecção da sustentabilidade econômica e ambiental, acrescida dos aspectos sociais e culturais, que para Buckley estão ponderados na questão educacional.

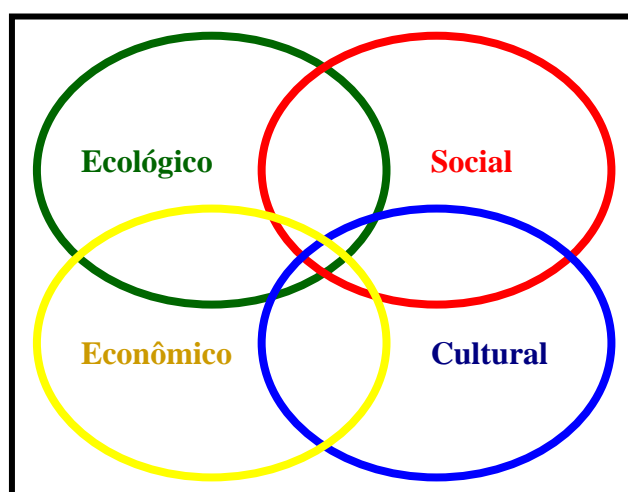


Figura 04: Conjunto das Relações Ambientais do SISTUR.
 Fonte: Beni, 2002.

Ao tratar desta relação dos ambientes do SISTUR, Beni (2002) ressalta a importância de cada um dos elementos no contexto da atividade turística como um todo, de maneira que cada

ambiente influência e sofre influências numa sinergia característica dos modelos sistêmicos de análise.

Nesta mesma estrutura de análise, Mowforth (1993) também considera que o ecoturismo, para ser considerado uma atividade de fato sustentável, deve obedecer alguns critérios para sua aplicação (tanto no planejamento de destinações, quanto implantação de equipamentos de infra-estrutura etc). Estes critérios também estão na ordem da garantia de uma sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica; a educação juntamente com a participação da comunidade local.

Os elementos estabelecidos pelos estudos de vários pesquisadores na área defendem o ideal de uma sociedade sustentável, que considere como comportamento adequado às práticas que viabilizem a atividade e o próprio bem estar da humanidade com a natureza, ao longo dos anos, para garantia das gerações futuras. Desta maneira, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) ao tratar do ecoturismo, o insere como uma “versão sustentável do turismo de natureza” no qual se incluem elementos culturais e rurais. Assim, o próprio programa define componentes para o ecoturismo desenvolver-se como uma atividade sustentável:

- Capacidade de carga turística;
- Plano de Manejo Sustentável;
- Monitoramento da atividade;
- Conservação da biodiversidade;
- Estímulo ao consumo mínimo de recursos não renováveis;
- Garantia do bem-estar das populações locais;
- Responsabilização do turista na atividade;
- Fomento ao negócio turístico em pequena escala para pequenos grupos e preferencialmente em populações rurais;
- Adequação da experiência turística com interpretação ambiental e aprendizagem ambiental.

Quadro 03: Componentes sustentáveis do Ecoturismo

Fonte: Adaptado do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), 2005.

Os conceitos na pesquisa no Brasil, já são tratados com algumas adaptações, porém, não se diferem do que já vem sendo discutido no panorama mundial. Mourão (1996), em seu estudo do “turismo participativo” – termo que utiliza para definir formas alternativas ao turismo massivo – define o ecoturismo pelo viés da interação com o meio ambiente, cuja atividade inclui programas com ligação ao meio ambiente, em geral amadoras, em que os participantes mantêm contato com a natureza.

Conceitualmente, Beni (2002, p.428), define o termo “ecoturismo” como

Denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços naturais delimitados e protegidos pelo estado ou controlados em parceria com associações locais e ONG's. Pressupõe sempre uma utilização controlada da área com planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e suporte do local, monitoramento e avaliação constantes, com plano de manejo e sistema de gestão responsável.

Esta atividade pode ser entendida como uma opção de lazer, voltada para a valorização do ócio, e que o homem busca, por necessidade e por direito, a revitalização da capacidade interativa e do prazer lúdico nas relações com a natureza. A chave para a problemática turística num novo modelo de desenvolvimento sustentado em bases ecológicas parece estar contida em três alternativas: no tempo livre dos cidadãos; na introdução de uma variável altamente educativa ou cultural; e na contribuição que pode dar para reaproximar o homem das fontes naturais da sua existência.

A sustentabilidade defendida pelos princípios do ecoturismo não deve ser entendida como um fim a ser alcançado em planos, programas e projetos. Na verdade devemos perceber a sustentabilidade como as condições ótimas de desenvolvimento do ecoturismo, e atentar aos seus princípios, os quais podem não estar presente em todos os momentos. (MITRAUD, 2003, p. 33).

A grande interação que há entre os paradigmas ambientalistas que se fundamentam nos princípios da sustentabilidade também paradigmáticos, nutre os ideais das organizações que trabalham com o ecoturismo, conforme mostra a própria pesquisa realizada neste estudo.

No entanto, nem os esforços governamentais, nem os privados foram suficientes para ultrapassar as barreiras, até hoje existentes, entre a teoria – principalmente em relação aos modelos nacionais – e a prática do ecoturismo.

A relação que se pode estabelecer dos movimentos ambientalistas no Brasil e sua interferência com o ecoturismo, caracteriza-se principalmente por sua raiz histórica de mesma data, pela inquietude filosófica de ambos – um na sua medida social outro nos reflexos ideológicos com a atividade de lazer – em que ambos se integram: o ambientalismo se vê nas ações (práticas), entre elas o ecoturismo, e este, se difunde pelos ideais defendidos no movimento.

Alguns modelos já vêm sendo desenvolvidos por organizações não governamentais, conforme mostra os resultados da pesquisa analisados neste estudo. A prática do ecoturismo necessariamente precisa estar fundamentada em padrões de conduta aceitáveis numa “tolerância” deste tempo livre que os cidadãos da pós-modernidade precisam, ampliando sua cultura e história, tomando como base sua relação íntima com a natureza, fazendo parte dela e integrando-se de uma maneira que se torne indissociável.

O Brasil ainda não tem levado em consideração, em todos os seus projetos, tanto na área governamental quanto na iniciativa privada, o crescimento mundial da demanda por destinos ecoturísticos e o excepcional atributo de belezas naturais que possui. Assim, percebe-se uma defasagem de políticas que promovam e fortifiquem tal atividade. No entanto, já foram definidas em 1994, as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo.

Na época, o então Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, instituíram pela Portaria Interministerial nº 001, de 20 de Abril de 1994 um grupo de trabalho integrado por representantes desses ministérios, do IBAMA e EMBRATUR para desenvolver e propor uma Política e um Programa Nacional de Ecoturismo. O grupo de trabalho promoveu durante seus encontros, uma discussão acerca do ecoturismo, criando assim este documento que objetiva nortear o desenvolvimento regional do ecoturismo e servir de base para a implantação de uma Política Nacional de Ecoturismo que possa assegurar, na visão do grupo:

- à comunidade: melhores condições de vida e reais benefícios;
- ao meio ambiente: uma poderosa ferramenta que valorize os recursos naturais;
- à nação: uma fonte de riqueza, divisas e geração de empregos;

- ao mundo: a oportunidade de conhecer e utilizar o patrimônio natural dos ecossistemas onde convergem a economia e a ecologia, para o conhecimento e uso das gerações futuras.

Este grupo conceituou então, o ecoturismo como

(...) um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas. (BRASIL / EMBRATUR, 1994)

O Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB), uma organização do Terceiro setor que nasceu da iniciativa da sociedade civil organizada e trabalhou muito ativamente na discussão dos caminhos do ecoturismo no país, principalmente organizando por diversos anos o Congresso Brasileiro de Ecoturismo, por ocasião e resultado de um destes eventos, em 1996 divulgou o que definiram como ecoturismo

A prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que utiliza forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formação da consciência ambientalista e garante o bem-estar das populações envolvidas.

Já Tulik (1993) ao pesquisar a relação da atividade turística com a natureza, trata do ecoturismo com o enfoque do “turismo ecológico”, considerando ser aquele que

Atrai aqueles que procuram a natureza para desfrutar de seus recursos no tempo livre; este, o turismo de aventura e outras formas criativas são modalidades dirigidas para uma demanda específica e têm sua procura apoiada em recursos naturais primários e pouco explorados [...] na esteira do ambientalismo, essas atividades buscam áreas “redescobertas” ou “reavaliadas” no atual contexto da ecologia. As atrações predominantes são os elementos paisagísticos isolados ou em conjunto, porém, e principalmente, diferenciados do usual.

A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais Renováveis – IUCN (1984), uma entidade ambientalista que também discute o ecoturismo enquanto prática para manutenção sustentável dos recursos naturais, define o ecoturismo como sendo

Viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente sem distúrbios, para desfrutar e apreciar a natureza –

juntamente com as manifestações culturais do passado ou do presente que possam existir. Ao mesmo tempo, promove a conservação e proporciona baixo impacto pelos visitantes, contribuindo positivamente para o envolvimento socioeconômico ativo das populações locais.

A definição de Wallace e Pierce (1996) também é bastante abrangente, reconhecendo a importância de um amplo número de variáveis. Para esses autores, o ecoturismo é

A viagem a áreas naturais relativamente intocadas, para o estudo, o divertimento, ou a assistência voluntária. É a viagem em que há preocupação com a flora, a fauna, a geologia e os ecossistemas de uma área, assim como com as pessoas (guardiães) que vivem nas vizinhanças, suas necessidades, sua cultura e seu relacionamento com a terra. O ecoturismo encara as áreas naturais como “a casa de todos nós” num sentido global (“eco” significando “casa”), mas também especificamente a “casa dos habitantes das vizinhanças”. Ele é visto como uma ferramenta para a conservação e o desenvolvimento sustentável – especialmente nas áreas onde a população local é solicitada a abrir mão do uso predatório dos recursos naturais em favor de outros tipos de uso.

Wallace e Pierce sugerem que esse turismo pode ser considerado o verdadeiro ecoturismo se forem observados os seguintes princípios:

- Vincula-se a um tipo de uso que minimiza os impactos negativos no meio ambiente e na população local;
- Aumenta a consciência e a compreensão em relação aos sistemas naturais e culturais da área e o consequente envolvimento dos visitantes nas questões que afetam esses sistemas;
- Contribui à conservação e à gestão de áreas legalmente protegidas e outras áreas naturais;
- Maximiza a participação prévia e alongo prazo da população local nas decisões que determinam o tipo e a quantidade de turismo a ser implantado;
- Direciona os benefícios econômicos e outros tipos de benefício à população local, que pode assim complementar a renda decorrente das práticas tradicionais em vez de eliminar ou substituí-las (a agricultura, a pesca, os sistemas sociais etc);
- Oferece oportunidades especiais para a população local e os funcionários do turismo na natureza de utilizarem e visitarem as áreas naturais e aprenderem mais sobre aquelas maravilhas que os outros visitantes vem conhecer.

Outro conceito bem fluente na atualidade é o de Ceballos Lascuráin (1987) que entende o ecoturismo como a realização de uma viagem à áreas naturais que se encontram relativamente sem distúrbios ou contaminação com o objetivo específico de estudar, admirar e usufruir a paisagem juntamente com suas plantas e animais silvestres, assim como qualquer manifestação cultural (atual e passada) que ocorra nestas áreas.

Molina (1998) reflete que durante muitos anos não houve uma definição de ecoturismo. Em termos gerais, pode-se entender que é um turismo que tem como matéria prima o próprio ecossistema, com o uso de ambientes naturais e por outro lado, que está orientado a favorecer o conhecimento e a aprendizagem das manifestações naturais, mediante certas interações de baixo impacto do ser humano.

Quintão (1990), ao discutir o ecoturismo como uma alternativa do novo modelo de desenvolvimento, afirma que este deve ser entendido como atividade de lazer, voltada para a valorização do ócio, em que o homem busca, por necessidade e por direito, a revitalização da capacidade interativa e do prazer lúdico nas relações com a natureza. Para o autor, a chave da problemática turística num novo modelo de desenvolvimento sustentado em bases ecológicas parece estar contida em três alternativas: no adequado aproveitamento do tempo livre dos cidadãos, na introdução de uma variável altamente educativa ou cultural, e na contribuição que pode dar para reaproximar o homem das fontes naturais da sua existência.

Cabe destacar ainda, que o ecoturismo enquanto atividade turística de mínimo impacto, dentro da visão de um Turismo alternativo, não está sendo refletido neste estudo, no âmbito conceitual sobre os reflexos que permeiam seus interesses na mídia, no “*trade turístico*”¹² e na visão do turista consumidor. Acredita-se que todos estes atores são influenciadores da atividade e que merecem consideração num estudo que direcione somente esta reflexão.

Deste segmento aqui discutido, o ecoturismo, surgiram no Brasil focos de movimentação da sociedade civil organizada, reunidas principalmente em forma de organizações não governamentais e associações ambientalistas que, ao longo de sua história passaram a incorporar em seus projetos de ação, o ecoturismo, incentivando e difundindo assim, esta atividade como ferramenta alternativa e sustentável de cuidado da natureza. Destas

¹² Expressão utilizada para definir todas as instituições que participam diretamente com o fenômeno turístico numa destinação, entendendo a oferta de equipamentos e serviços turísticos.

organizações, algumas serão refletidas neste trabalho, no âmbito de sua atuação, como representantes diretas do Terceiro setor na sua relação com o turismo.

Pires (2002) neste sentido, ressalta que

as organizações não-governamentais juntamente com os órgãos congêneres que atuam na esfera governamental, vêem o ecoturismo como um meio útil e, não raro, primordial para se lograr o desenvolvimento conservacionista de regiões marginalizadas do interior do país; nesse sentido, incorporam ao seu conceito os princípios éticos orientadores desse grande objetivo, princípios relacionados à autodeterminação das populações anfitriãs, à geração de benefícios locais, ao manejo sustentado do patrimônio natural e à difusão da consciência ecológica pela educação ambiental de todos os envolvidos.

A atuação destes organismos não-governamentais converge de uma relação ideológica dos anos de 1970 conforme visto anteriormente e muito mais a partir da publicação do Relatório Brundtland, conhecido como “Nosso Futuro Comum”, em 1987, pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que de fato refletiu a existência humana na terra e sua sobrevivência, dando origem assim à discussão sobre o paradigma desenvolvimento sustentável.

2.3 O turismo sustentável enquanto paradigma para o turismo

O turismo sustentável, e, antes dele, todos os paradigmas e conceitos sobre o “desenvolvimento sustentável”, são temas que refletem a preocupação constante do ser humano com os cuidados necessários que este possui com o meio ambiente ecológico, a sobrevivência econômica da sociedade e os aspectos sócio-culturais que o fazem interagir com o espaço onde este se encontra.

A medida que se entra neste novo século, vai ficando mais evidente o crescimento das ações “neoliberais”, regras e políticas econômicas estabelecidas pelos países desenvolvidos e “dominadores” e suas instituições financeiras (Banco Mundial, FMI e OMC). No entanto, é preciso analisar que esta “nova economia” está gerando de forma progressiva uma série de efeitos prejudiciais à própria sobrevivência humana no planeta terra. Se formos considerar alguns destes efeitos, citaríamos sem dúvida o aumento da desigualdade e exclusão social, deteriorização rápida e extensa do espaço natural em função desta economia “áspera” e incentivadora da livre exploração de capital.

Capra (2002) ao criticar este sistema econômico afirma que o mesmo capitalismo põe em risco e destrói inúmeras comunidades locais pelo mundo inteiro; e, o exercício de uma biotecnologia mal-pensada, violou o caráter sagrado da vida e procurou transformar a diversidade em monocultura, a ecologia em engenharia e a própria vida numa mercadoria.

O termo “sustentabilidade” vem sendo discutido há mais de 40 anos, e neste sentido cabe a reflexão global e paradigmática¹³ de que o ser humano não está destruindo a terra (o planeta), mas inviabilizando sua existência nele.

Assim, a atividade turística pode fazer com que o ser humano conheça ainda mais o planeta e entenda que deve tentar continuar nele de maneira que possa sobreviver em condições dignas de sobrevivência para as gerações futuras.

Assim, o pensamento em torno da sustentabilidade na visão de Ruschneinsky (2004) obriga a enfrentar um redimensionamento das instituições, dos Estados nacionais, no sentido da centralização ou descentralização das decisões ao que diz respeito à polarização do processo de formulação de políticas públicas, ou ainda da abolição de direitos sociais, bem como descartando o combate à pobreza como um princípio que nutre o bem estar ambiental.

Boff (2003) apresenta a Carta da Terra¹⁴ como documento mais importante desta reflexão mundial por tratar-se de “um eixo articulador da categoria da inter-retro-relação de tudo com tudo”. Isso lhe permite sustentar o destino comum da terra e da humanidade e reafirmar a convicção de que formamos uma grande comunidade terrenal e cósmica. As perspectivas desenvolvidas pelas ciências da Terra, pela nova cosmologia, pela física quântica, pela biologia contemporânea e os pontos mais seguros do paradigma holístico da ecologia subjazem ao texto da Carta. Assim, discute o autor, um novo pensar sobre o desenvolvimento sustentável:

¹³ O conceito de paradigma é entendido como exemplo que serve como modelo, padrão, estabelecido pela e para a sociedade conforme entendimento da pesquisadora.

¹⁴ “A Carta da Terra está concebida como uma declaração de princípios éticos fundamentais e como um roteiro prático de significado duradouro, amplamente compartilhado por todos os povos. De forma similar à Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a Carta da Terra será utilizada como um código universal de conduta para guiar povos e as nações na direção de um futuro sustentável”- Secretaria Internacional del

Essa categoria é oficial em todos os documento internacionais. Foi a fórmula pela qual o sistema mundial imperante conseguiu incorporar as exigências do discurso ecológico. Mas ele é profundamente contraditório em seus próprios termos. Pois o termo *desenvolvimento* vem do campo da economia; não de qualquer economia, mas da economia do tipo imperante, que visa à acumulação de bens e serviços de forma crescente e linear mesmo à custa de iniquidade social e depredação ecológica. Esse modelo é gerador de desigualdades e desequilíbrios, inegáveis em todos os campos em que ele é dominante.

Neste sentido, o autor afirma que a sustentabilidade provém do campo da ecologia e da biologia. Ela afirma a inclusão de todos no processo de inter-retro-relação que caracteriza todos os seres em ecossistemas. A sustentabilidade afirma o equilíbrio dinâmico que permite todos participar e se verem incluídos no processo global. Entendido nestes termos vê-se na visão do autor (*idem*), a expressão *desenvolvimento sustentável* como prática inexecutável porque os termos se contrapõem e não revelam uma forma nova e alternativa de relação entre produção de bens necessários à vida e à comunidade humana e natureza com seus recursos limitados.

Discussões epistemológicas a parte, é possível analisar o quanto o turismo, enquanto atividade marcante da sociedade pós-industrial¹⁵ pode estar se apropriando destes conceitos amplos de sustentabilidade para chegar a ser uma atividade que produza o conhecimento adequado do ser humano e sua relação com o ambiente. Desta forma, o turismo alternativo se projeta como a maneira mais próxima de se estabelecer essa relação de forma harmônica.

Sachs (2002) ao apresentar em sua obra o entendimento de que a civilização é baseada em “biomassa”, faz refletir que todas as principais civilizações do passado dependiam exclusivamente de produtos da biomassa para a sua vida material: alimentos, ração animal (como é o caso até hoje), e também combustível, fibras para vestimentas, madeira para construção de abrigos e mobiliários, plantas curativas. Assim, o autor argumenta que

Proyecto Carta de La Tierra. *La Carta de la Tierra; valores y principios para un futuro sostenible*. San José, Costa Rica, 1999. p.12.

¹⁵ É importante esclarecer os conceitos de “pós-indutrial” e “pós-moderno”. Segundo Trigo (1998, p. 44) trabalhando com os conceitos, para o nível econômico, a sociedade atual recebe o nome de pós-industrial, ao passo que, nos níveis culturais e filosóficos, essas sociedades são denominadas pós-modernas. O que nos remete ao mundo pós-moderno melhor compreendido é o fato de conseguirmos evidenciar as mudanças de um capitalismo industrial para um “capitalismo de serviços”, alterando todo um vasto espaço na sociedade do trabalho, criando novos valores, quebrando paradigmas e fortalecendo a mudança constante.

Ainda hoje, milhões de “pessoas dos ecossistemas” – habitantes das florestas e população rural – lutam por sua subsistência nos ecossistemas próximos, geralmente de modo criativo, baseado em conhecimento profundo sobre as ocorrências da natureza.

Assim, o autor propõe que é preciso transformar o conhecimento dos povos dos ecossistemas, decodificando e recodificando pelas etnociências, como um ponto de partida para a invenção de uma moderna civilização de biomassa, posicionada em ponto completamente diferente da espiral de conhecimento e progresso da humanidade. O argumento é que tal civilização conseguirá cancelar a enorme dívida social acumulada com o passar dos anos, ao mesmo tempo em que reduzirá a dívida ecológica.

Na visão de Kothari *et al* (1995) o respeito à diversidade do fluxo da natureza, emana o respeito à diversidade de culturas e de sustentação da vida, base não apenas da sustentabilidade, mas também da igualdade e justiça.

Ruscheinsky (2004) neste sentido, faz refletir que a sustentabilidade consiste

num conceito, a bem da verdade, bastante amplo e admite variações de acordo com interesses e posicionamentos, além do que ainda é recente e por isso mesmo sujeito a ambigüidades e dilemas quanto ao seu uso e significado. Entre cientistas e formuladores de políticas públicas costuma ser sinônimo de controvérsia. Antes de arriscar qualquer definição, vale prestar um pouco de atenção ao significado puro e simples da palavra: sustentável é o que sustenta alguém ou alguma coisa. Talvez esteja aí a raiz da leviandade com que ele vem sendo aplicado a todo tipo de discurso e de projeto, inclusive aos casos mais obscuros ou controvertidos, em que os únicos a serem sustentados são os charlatões travestidos de ambientalistas.

O autor neste momento faz a crítica aos conceitos muitas vezes utilizados como força de expressão à uma sociedade que ainda recusa a alteração de padrões e quebra de paradigmas, utilizando-se de “jargões” para esconder atitudes ainda conservadoras e preconceituosas.

Os critérios de sustentabilidade propostos por Sachs (vide quadro 04) são abrangentes e complexos para uma análise imediata, no entanto, as oito áreas propostas como “diretrizes” para um desenvolvimento sustentável são absolutamente possíveis de serem direcionadas à qualquer atividade econômica, cultural, social ou ecológica são refletidos no turismo neste estudo como itens fundamentais para a prática de qualquer projeto do Terceiro setor, ainda que com muitas limitações como mostrará a pesquisa.

1. Social:

- Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social;
- Distribuição de renda justa;
- Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente;
- Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

2. Cultural:

- Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação);
- Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas);
- Autoconfiança combinada com abertura para o mundo.

3. Ecológica:

- Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis;
- Limitar o uso dos recursos não-renováveis.

4. Ambiental:

- Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

5. Territorial:

- Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público);
- Melhoria do ambiente urbano;
- Superação das disparidades inter-regionais;
- Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).

6. Econômico:

- Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado;
- Segurança alimentar;
- Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica;
- Inserção soberana na economia internacional.

7. Política (nacional):

- Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos;
- Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores;
- Um nível razoável de coesão social.

8. Política (internacional):

- Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional;
- Um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco);
- Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade;
- Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Quadro 04: Critérios de Sustentabilidade

Fonte: Sachs, 2002.

Quanto aos critérios da sustentabilidade social pontuados por Sachs, cabe destacar que atividade turística neste sentido, se bem planejada e administrada com seriedade pode

empregar a sociedade em diversas funções dentro do Sistema de Turismo na busca de um patamar razoável de homogeneidade social, conforme postulado.

A sustentabilidade cultural no turismo alternativo estabelece critérios que, para mesmo para um processo de certificação do turismo, conforme proposta do WWF-Brasil (vide quadro 05) deve ser trabalhada, segundo Sachs respeitando o equilíbrio entre a tradição e inovação da comunidade.

- Harmonia com um sistema internacional de certificação e monitoramento;
- Viabilidade econômica do programa de certificação;
- Viabilidade da unidade de certificação (i.e., roteiros, destinos, companhias);
- Aplicabilidade em nível local;
- Acessibilidade e utilidade, principalmente para pequenas e médias empresas;
- Contribuição e envolvimento dos principais atores e tomadores de decisão;
- Transparência;
- Presença e envolvimento do mercado;
- Interatividade na revisão dos critérios e na melhoria progressiva dos padrões;
- Credibilidade entre todos os principais atores e grupos de interesse (*stakeholders*);
- “Terceira verificação” independente;
- Enfoque em desempenho tanto quanto em processo;
- Enfoque em critérios ambiental e sócio-cultural.

Quadro 05: Fatores fundamentais sobre quais métodos de um esquema de certificação devem ser julgados.

Fonte: Certificação em Turismo - WWF-Brasil, 2001.

No ensejo da discussão entre a harmonia ideal da relação turismo e meio ambiente já descritos por Sachs, reforçado pela WWF em seus critérios operacionais para a certificação, a Organização Mundial do Turismo publicou e utiliza um documento da *International Union for Conservation of Natural Resources* (IUCN) intitulado “Diretrizes para a melhoria da relação do turismo com o meio ambiente”. Neste documento (vide quadro 06), sete itens indispensáveis para o desenvolvimento de projetos turísticos são apresentados como instruções, de forma clara e objetiva, tomando como tema centralizador os argumentos mais diretos para a preservação e conservação da natureza como um todo.

1. As considerações ambientais devem ser completamente incorporadas aos planos de desenvolvimento turístico, principalmente com referência à qualidade do ar e da água (potável e para fins recreacionais), conservação do solo, proteção do patrimônio natural e cultural e qualidade dos povoamentos humanos.
 2. As metas do turismo devem basear-se na capacidade de carga dos locais e na sua sustentabilidade ambiental, além de serem compatíveis com o desenvolvimento regional, com as preocupações sociais e com o planejamento do uso da terra.
 3. As decisões devem basear-se nas mais completas informações disponíveis referentes às suas implicações ambientais. A avaliação do impacto ambiental (AIA) deve ser aplicada aos grandes desenvolvimentos propostos para avaliar os danos ao meio ambiente à luz do crescimento turístico previsto e da demanda máxima. Devem-se considerar locais alternativos para o desenvolvimento, levando-se em conta os limites do local e a sua capacidade de carga. Essa capacidade abrange fatores físicos, ecológicos, sociais, culturais e psicológicos.
 4. Medidas ambientais adequadas em todos os níveis de planejamento devem ser definidas e implementadas. Deve-se prestar uma atenção especial à demanda máxima, ao sistema de esgotos, ao descarte de resíduos sólidos, à poluição sonora e ao controle de densidade de tráfego. Nas zonas mais ameaçadas, programas abrangentes de melhorias devem ser formulados e implementados.
 5. Esquemas de incentivo devem ser aplicados tanto aos setores públicos quanto ao privado como forma de estender a demanda no tempo e no espaço, afim de que se consiga o maior aproveitamento das hospedagens.
 6. O poder regulador deve ser empregado para limitar os desenvolvimentos em áreas sensíveis, e a legislação deve ser redigida para proteger os ambientes raros, ameaçados e sensíveis.
 7. Como parte dos esforços gerais para evitar a degradação ambiental, porém também em seu próprio interesse, a indústria turística e de viagens deve se opor (recusando-se a participar de desenvolvimentos não-sustentáveis), retirando investimentos através de *lobby* com governos e órgãos da indústria, trabalhando em conjunto com as ONG's às seguintes práticas:
 - despejo de esgoto não-tratado no mar;
 - pesca não-sustentável, incluindo a com o uso de explosivos, com linha de pescar longa e a pesca de baleias;
 - uso de minas explosivas em corais e coleta destes;
 - silvicultura não-sustentável, derrubada das florestas tropicais e desmatamento;
 - métodos de construção não-sustentáveis;
 - instalação de usinas de energia nuclear perto de áreas turísticas;
 - instalação de rotas de navegação para navios-pretroleiros perto de praias balneáveis;
 - uso contínuo de produtos com CFC.
- E conceder apoio financeiro, com investimentos complementares, através de campanhas para:
- esforços por parte dos governos e de ONG's no sentido de proteger o meio ambiente;
 - medidas para reduzir as emissões das usinas de energia elétrica e das fábricas;
 - instalação de equipamento de retenção de óleo e de limpeza em posições estratégicas para combater os derramamentos de óleo;
 - negociações diretas com representantes dos povos nativos antes de assumir qualquer desenvolvimento que possa afetar sua terra ou seu modo de vida.

Quadro 06: Diretrizes para a melhoria da relação do turismo com o meio ambiente.

Fonte: *Tourism, Ecotourism, and Protected Areas*. Hector Ceballos-Lascurain. *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN). Cambridge, UK, 1996 (*apud* Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – OMT, 2003).

Outro documento que relata de maneira prática as ações necessárias para se estabelecer uma prática sustentável do turismo, é a Declaração de Ecoturismo de Quebec (vide anexo 2) que estabelece universalmente uma agenda preliminar com recomendações para o crescimento das atividades de ecoturismo implementadas sob o conceito do desenvolvimento sustentável.

Todos estes documentos e muitos outros existentes e não mencionados nesta pesquisa traduzem a necessidade emergente de incorporação de critérios sustentáveis na prática das atividades desenvolvidas pelo ser humano, dentro da complexidade da atividade turística. A pesquisa que se apresenta nos capítulos seguintes foi aplicada no âmbito de análise destes critérios apresentados, mediante estratégia metodológica que pudesse dimensionar a reflexão na amplitude destes conceitos e idéias, de forma clara, objetiva e prática, por estar investigando justamente ações, das organizações do Terceiro setor que atuam com o Turismo alternativo, de maneira a integrá-las ao contexto do Conjunto das Relações Ambientais do SISTUR.

2.4 A atuação do terceiro setor diante do referencial metodológico do SISTUR, com enfoque no turismo alternativo

Em meados da década de 30, o biólogo alemão Ludwing Von Bertalanfy criou a “Teoria Geral dos Sistemas” cuja, a ênfase é dada à inter-relação e interdependência entre os componentes que formam um sistema, numa totalidade integrada, sendo impossível estudar seus elementos isoladamente. Para Churchmann, “os sistemas são constituídos de conjuntos de componentes que atuam juntos na execução do objetivo global do todo” (1972, p.27).

A Teoria geral de sistemas tem por objetivo uma análise da natureza dos sistemas e da inter-relação entre eles em diferentes espaços, assim como a inter-relação de suas partes. Ela ainda analisa as leis fundamentais dos sistemas.

Um sistema, ou seja, um conjunto de várias partes é formado de componentes ou elementos. Este, não vive isolado, é sempre parte de um todo e é geral para as partes que o compõe bem como é parte da composição de outro sistema mais geral de um todo.

A partir da Teoria Geral dos Sistemas, Beni (2002) constituiu um referencial de análise do fenômeno do turismo intitulado Sistema de Turismo – SISTUR (vide figura 05), a fim de

conhecer a estrutura dessa atividade, que compreende diversos e complexos conjuntos de causas e efeitos que devem ser considerados.

O objetivo geral deste sistema é organizar o plano de estudos da atividade de Turismo, levando em consideração a necessidade, há muito tempo demonstrada nas obras teóricas e pesquisas publicadas em diversos países, de fundamentar as hipóteses de trabalho, justificar posturas e princípios científicos, aperfeiçoar e padronizar conceitos e definições, e consolidar condutas de investigação para instrumentar análises e ampliar a pesquisa, com a conseqüente descoberta e desenvolvimento de novas áreas de conhecimento em Turismo.

Especificamente, o SISTUR objetiva o alcance das seguintes etapas:

- Identificar características e classificar os fatores que determinam as motivações de viagens e a escolha das áreas de destinação turístico-recreativa;
- Inventariar, de forma estruturada e sistêmica, o potencial de recursos turísticos naturais e culturais do território para exploração racional da atividade de turismo e recreação;
- Dimensionar a oferta existente e/ou projetada de transportes e equipamentos, instalações e serviços para o processo de ocupação turístico-recreativa do território;
- Qualificar e determinar a demanda existente e/ou projetada de bens e serviços turísticos;
- Diagnosticar deficiências, pontos críticos, de estrangulamento e desajustes entre a oferta e a demanda;
- Permitir a previsão do comportamento do mercado através da análise de tendências;
- Formular diretrizes de reorientação de programas de ação para determinar o planejamento estratégico do desenvolvimento do setor;
- Planejar e executar o desenvolvimento do produto turístico, mediante a preparação de um plano integral de marketing;
- Avaliar e executar campanhas de promoção do produto turístico;
- Analisar o significado econômico do turismo e seu efeito multiplicador no desenvolvimento nacional;
- Organizar a atividade de turismo na estrutura administrativa do setor público;
- Elaborar a estrutura otimizada do órgão nacional de turismo;

- Indicar procedimentos de execução e de controle de gestões setorial e global e políticas ágeis em seus subconjuntos;
- Criar modelos formais e matemáticos das matrizes de relações das funções e operadores.

O ambiente deste sistema é tratado no Conjunto das Relações Ambientais (vide figura 05), caracterizando assim que o ambiente de um sistema não só está fora do controle do sistema, como também determina em parte seu funcionamento. Os componentes do sistema nada mais são do que os subsistemas identificados nos conjuntos das Relações Ambientais, da Organização Estrutural e das Ações Operacionais do SISTUR, quais sejam, os subsistemas ecológico, econômico, social, cultural, da superestrutura, da infra-estrutura, do mercado, da oferta, da demanda, de produção, de distribuição e de consumo. O processo de controle deste sistema é feito através do subsistema da superestrutura, que, na realidade e em essência, constitui o instrumento de administração do sistema global.

Ao entender então que a atividade turística pode ser analisada (e então se poderia afirmar ser esta a maneira mais completa de se analisar) de maneira global, sob o ponto de vista sistêmico, em linhas gerais pode-se caracterizar o fenômeno como uma relação intrínseca de processos que se inter-relacionam entre si, desde que haja a oferta de bens e serviços turísticos para uma demanda real (e assim, uma demanda potencial também) consumir, cujo esforço de aproximação de ambas as partes transcorre por operadores de mercado fomentadores desta atividade (ou relação) que ocorre sempre num espaço geográfico.

A abordagem de sistemas é dinâmica e interpretativa. Não é apenas a descrição da situação, mas tende a evidenciar os mecanismos pelos quais os vários estágios do desenvolvimento turístico têm sido alcançados e as relações que existem entre os componentes do processo. O resultado é uma análise global, multidimensional, multicompreensiva e multidisciplinar da atividade.

Neste sentido o fenômeno do turismo que ocorre, utilizando-se e apropriando-se de uma “filosofia” de encontro com a natureza, com o estabelecimento de relações de mínimo impacto e controle do processo de forma a executá-lo das mesmas (ou aproximadas) circunstâncias, seria o turismo alternativo, como já visto antes.

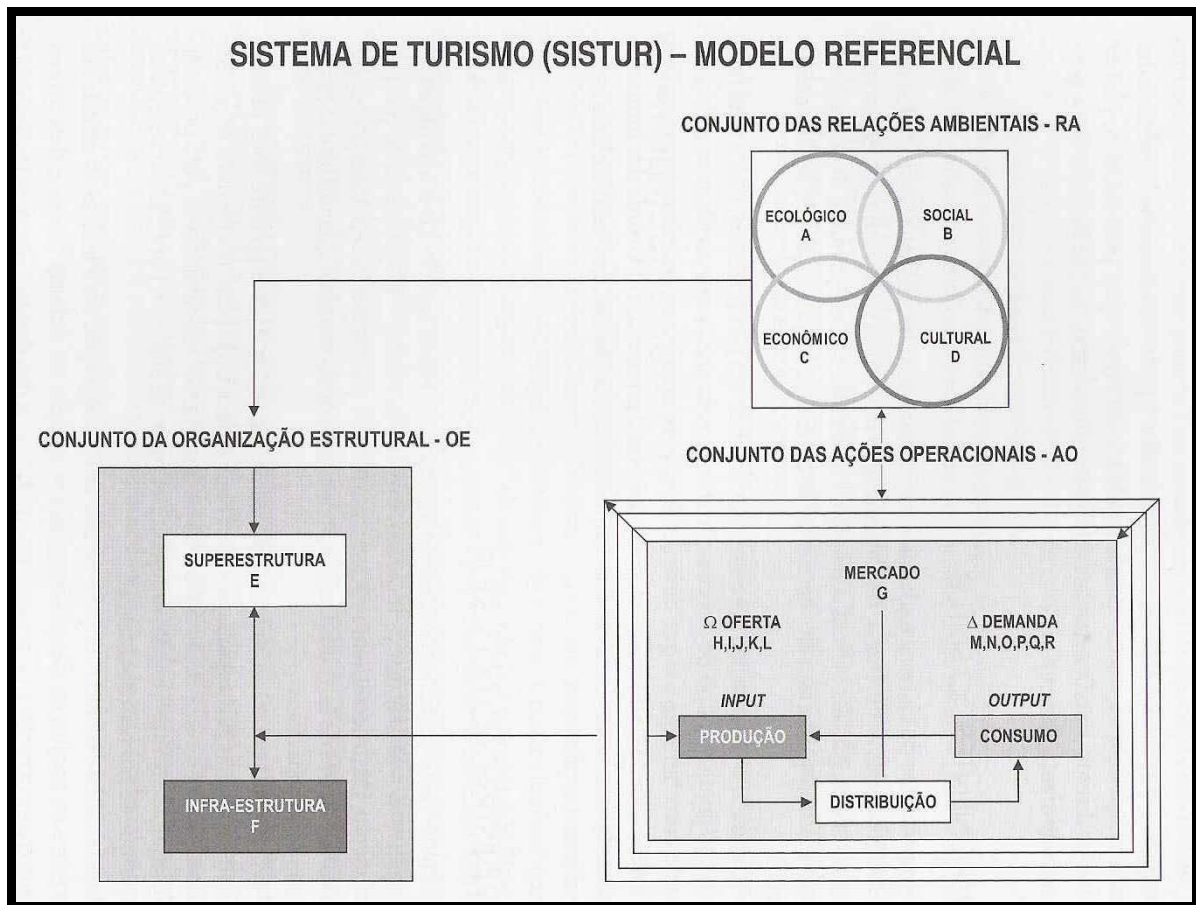


Figura 05: Modelo Referencial do SISTUR.
Fonte: Beni, 2002.

Compreendendo o Terceiro setor como a manifestação da sociedade civil organizada frente às questões mais importantes das comunidades, numa busca de equilibrar as ações do Estado com as da iniciativa privada, é importante analisar onde o turismo enquanto fenômeno social que interfere nas relações econômicas, culturais e ecológicas da sociedade, se encontra.

Na atuação destes organismos instituídos, seja por organizações não-governamentais, associações, institutos ou OSCIP'S, não importando neste caso a tipologia, pode-se perceber muitos projetos que num caminhar constante começam a somar dentro da cadeia produtiva, uma série de ações que interferem direta e indiretamente no desenvolvimento sustentável da destinação onde o fenômeno do turismo ocorre.

Segundo Anjos (2003), “o planejamento do turismo é um processo que visa minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, desta forma, estimular a comunidade positivamente em relação à atividade turística”. Para isto, é

preciso conciliar o esforço do poder público, o do poder privado e o do “público-privado”, denominado “terceiro setor”.

O envolvimento do Primeiro Setor, o Estado, deve dar-se a partir das políticas estabelecidas para controle da atividade turística, certamente interligadas aos demais componentes de um espaço: a infra-estrutura básica de qualquer destinação. Para o Segundo Setor, a oferta de uma destinação passa a ser o fator de grande movimentação privada de capital, contribuindo economicamente para o sistema onde está inserido. Ao terceiro setor, a participação implica na gestão de todo este processo, pois, na ótica de Hall (2001, p.42) a abordagem comunitária:

É uma forma de planejamento que envolve a comunidade no processo de tomada de decisão, proporcionando uma estrutura para elevar o padrão de vida dos residentes locais por meio dos benefícios econômicos gerados pelo turismo. Busca desenvolver uma infra-estrutura e oferecer instalações recreativas para residentes e visitantes. Assegura que os avanços ocorridos em centros de visitantes sejam adequados aos objetivos dessas áreas. Nesta direção criam-se programas de desenvolvimento coerentes com as filosofias culturais, sociais e econômicas do governo e das pessoas que vivem na região visitada, otimizando a satisfação dos visitantes. Entretanto, uns dos maiores problemas para a implementação desta abordagem é a natureza política do processo de planejamento e das divergências que podem surgir na estrutura governamental.

Como forma de “minimizar” os possíveis problemas sugeridos por Hall, com relação a natureza política do processo de planejamento, o terceiro setor pode facilitar a articulação entre os atores envolvidos com a atividade, o que pode-se comprovar através de uma prática “inter-espacial”, no sentido de união dos espaços turísticos para articulação integrada, como na formação de clusters.

A palavra conjunto (cluster), implica que as unidades possuem propriedades comuns, ou seja, o estado de cada unidade é controlado, condicionado ou dependente do estado das outras unidades. Assim, o conjunto (cluster) encontra-se organizado em virtude das inter-relações entre as unidades, e seu grau de organização permite que assuma a função de um todo que é maior do que a soma de suas partes, seja em municípios, estados, países ou continentes.

Neste sentido, ao analisar este fenômeno na ótica da percepção sistêmica, há de verificar como o Terceiro setor se inter-relaciona com os conjuntos deste sistema.

No Conjunto das Relações Ambientais do SISTUR, pode-se perceber que cada um dos itens que o compõem evidenciam a preocupação constante de muitos organismos do Terceiro setor enquanto linha de atuação. Se fossemos considerar somente o Sub-Sistema ecológico, por exemplo, todas as suas implicações na sociedade sob o ponto de vista das variáveis endógenas e exógenas, são característicos da linha de trabalho e “razão de ser” de muitas (se não todas) as organizações que participaram desta pesquisa. O Sub-sistema social, utilizando-se de outro exemplo, quando pontua a questão do turismo enquanto mobilidade social e integração, reflete o arcabouço de intenções que mobilizam o Terceiro setor: justamente a integração, ação participativa e exercício pleno da cidadania.

No Conjunto da Organização Estrutural do SISTUR, pode-se localizar de forma estrutural, o Terceiro setor no Subsistema da Superestrutura que interage no sistema como o “conjunto gestor” da atividade, e, assim, pode estar como num sistema político administrativo de turismo instituído na administração pública direta, indireta e “fundacional”, nos níveis federal, estadual e municipal, bem como, em instituições e entidades de representação dos agentes privados do sistema de turismo. A atenção para a formulações de políticas públicas de turismo perpassam também uma discussão articulada da sociedade, de maneira a unir os interesses dos três setores para que o desenrolar do fenômeno cumpra e atenda o interesse coletivo.

No Conjunto das Ações Operacionais, o próprio processo de formação de clusters por meio da institucionalização de entidades, constitui a *maneira* de trabalho do terceiro setor. A relação de competitividade presente no mercado, se institui por cooperação em redes de sinergia. Na definição de Beni (2002), “Clusters” é um conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico, dotado de equipamentos e serviços de qualidade, com excelência gerencial, concentrado num espaço delimitado. Apresenta-se aos distintos mercados consumidores de turismo como produto acabado, final, com tarifas diferenciadas na forma de *package tours* (pacotes) em alto nível de competitividade internacional. (Ex.: Caribe, Bariloche, Cancún). Os clusters competem entre si em diferentes segmentos de mercado, e cada um deles enfrenta concorrentes também diferentes.

O trabalho que o terceiro setor vem desenvolvendo no âmbito das organizações que atuam com o turismo alternativo, principal foco de análise deste estudo, pode de fato, evidenciar que os projetos por elas desenvolvidos refletem substancialmente na sociedade nas quais estão inseridas, contribuindo assim, para o desenvolvimento de um turismo alternativo, que possa

enriquecer as comunidades, sob o ponto de vista econômico, social, cultural e principalmente ecológico, a partir da formação de uma consciência mais sensível a estas questões fundamentais.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Estrutura do método adotado

Para investigar o desenvolvimento do terceiro setor no contexto da sociedade brasileira com enfoque no turismo alternativo, utilizou-se como marco teórico o SISTUR – Sistema de Turismo. Esta abordagem considera o fenômeno do turismo como um conjunto de inter-relações que interagem como uma rede¹⁶. Resulta de estudos e reflexões adaptadas por Beni (2001), tendo como estrutura de pensamento o modelo sistêmico. Para Churchmann, “os sistemas são constituídos de conjuntos de componentes que atuam juntos na execução do objetivo global do todo” (1972, p.27).

Ainda, a pesquisa apropria-se de referencial teórico para a análise dos dados à luz do paradigma do turismo sustentável por meio de um estudo qualitativo de caráter exploratório.

O método monográfico foi utilizado como norteador do processo da pesquisa. Este método, conforme explica Lakatos e Marconi (1986) foi criado por Le Play¹⁷, que o empregou ao estudar famílias operárias na Europa.

Partindo do princípio de que qualquer caso que se estude em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou até de todos os casos semelhantes, o método monográfico consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. A investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos, conforme explica estes autores.

Neste sentido, o método monográfico aqui empregado permite que possa ser entendido o processo de articulação das organizações não-governamentais que atuam no turismo alternativo dentro de sua totalidade, entendendo a ação destas entidades como um processo sistêmico, evitando, a prematura dissociação de seus elementos, levantados neste estudo.

¹⁶ O SISTUR está contextualizado e explicado na fundamentação teórica (vide capítulo 2).

3.2 Procedimentos e estratégias da pesquisa

Apresenta-se, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica, para conceituar e contextualizar de forma geral o processo da formação e desenvolvimento do terceiro setor no Brasil; o ambientalismo e a inter-relação com o fenômeno do turismo alternativo numa visão sistêmica, dentro do paradigma da sustentabilidade. Para Fachin (2001, p.125),

a pesquisa bibliográfica diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras. Tem como base conduzir o leitor a determinado assunto e a produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa.

Após o levantamento teórico dos temas trabalhados, apresenta-se como objeto de reflexão para esta pesquisa, projetos diversos das organizações não-governamentais ambientalistas, que atuam com o turismo alternativo, conforme cadastro formatado.

A metodologia de pesquisa para o desenvolvimento do cadastro destas organizações estudadas então, é de caráter exploratório, utilizando-se de uma grande quantidade de dados de fontes secundárias, extraídos da Internet nos meses de dezembro de 2003 a maio de 2004, por meio de uma amostra intencional (organizações do terceiro setor que lidam com o turismo alternativo).

Como base nesta pesquisa inicial, foi utilizado o banco de dados de quatro associações que apresentam grande representatividade em caráter nacional pelos parâmetros de confiabilidade que já registram na sociedade; e, assim, suas ações e projetos se baseiam na busca do intercâmbio e cadastramento das organizações da sociedade civil para dispor ao conhecimento do público seus projetos, objetivos, missões, âmbitos de ação.

Estas associações que tiveram papel fundamental na contribuição dos dados são:

- a ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais que pode mostrar um panorama geral do Terceiro setor;

¹⁷ Sociólogo e engenheiro francês, Frederic Le Play (1806 -1882), criou o Sistema Monográfico, métodos e técnicas que permitem a análise de dados da pesquisa social por meio da observação de grupos em instituições como por exemplo a família.

- Rede Gife (ambas apresentam disponível em seus respectivos *sites* uma listagem das associadas, com os enfoques que cada associada apresenta, suas áreas de atuação, endereços, objetivos, etc.);
- RMA - Rede Mata Atlântica, com listagem de 196 organizações que atuam das mais diferentes formas para a conservação da Mata Atlântica e
- ONG Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais, que desenvolveu a “Ecolista” no ano 1996, contendo informações sobre 1.891 instituições, sendo 1.533 ONG’s e 358 órgãos governamentais que atuam na área.

Deve-se ressaltar, porém, que a construção do banco de dados do presente estudo, não se restringiu aos dados disponibilizados por estas quatro associações. Foi realizado também um rastreamento geral na Internet, por meio de “*sites* de busca”, utilizando-se algumas palavras chave, a fim de se conseguir o máximo de informações possíveis, dentre as quais apresentaram-se com mais frequência: ONG’s, turismo alternativo, ecoturismo, ambientalismo, organizações do terceiro setor, associações.

A união de todas estas instituições levantadas, resultou numa população aproximada de 1753 organizações ambientalistas do terceiro setor. Porém, na formatação deste cadastro, houve um decréscimo bem acentuado porque grande parte das instituições cadastradas não possuía seus dados atualizados, bem como uma relação direta com a área da pesquisa (turismo alternativo), assim, o redimensionamento da amostra inicial resultou em 400 organizações.

Por meio de uma análise criteriosa deste cadastro (avaliando dados básicos para contato, ligação com o turismo alternativo em projetos ativos e funcionamento *de fato* da organização), com cruzamento de dados disponibilizados na internet e contato telefônico estabelecido para confirmação destes, mais instituições foram excluídas reduzindo a amostra para 193 organizações, que verdadeiramente se apresentavam dentro do contexto desejado para este estudo, atingindo então, um cadastro com endereços, *sites*, e-mails, projetos, entre outros dados que qualificam este banco de dados (vide APÊNDICE A).

Das 193 instituições cadastradas, nove foram investigadas por meio das entrevistas estruturadas com a visita pessoal nos meses de Junho e Julho de 2004. A seleção destas nove instituições se deu por indução intencional, considerando que na sua grande maioria, a localização geográfica destas estava em São Paulo –SP ou Rio de Janeiro – RJ, principais

cenários do crescimento do turismo alternativo na base histórica ambientalista. Ainda, destas principais instituições entrevistadas (ABONG, Rede Gife, SOS Mata Atlântica e WWF-Brasil), surgia sempre à indicação do trabalho de outra organização, que, por conveniência (em termos de disponibilização de recursos financeiros para visita e tempo disponível) foi incluída no roteiro das entrevistas.

Para as 184 restantes foram enviados questionários durante os meses de maio a novembro de 2004, inicialmente via e-mail (para aquelas que o tinham) e posteriormente o envio de cartas para toda a amostra, via correio no final do mês de julho.

Destes 184 questionários enviados:

- 115 não retornaram (estipulou-se data limite para envio até agosto de 2004 no primeiro contato e abril de 2005 no segundo contato via e-mail);
- retornaram 35 cartas via correio com informações do tipo: “número inexistente”, “mudou-se”, “desconhecido”, “não procurado”, “recusado”;
- 34 retornaram com respostas. A primeira pergunta do questionário (pergunta filtro) investigava se a instituição atuava com o turismo em algum dos seus projetos. Nove responderam que não, excluindo-se assim da análise deste estudo, reduzindo a amostra final para 25 organizações.

3.3 Instrumentos de pesquisa

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista estruturada e o questionário.

- Entrevista Estruturada – por meio de visita pessoal conversou-se com os representantes e/ou gestores da instituição pesquisada, para perceber o entendimento do entrevistado (enquanto representante da instituição) sobre a participação do terceiro setor no desenvolvimento de projetos de proteção ao meio ambiente; do conhecimento de algum projeto que atue com o turismo alternativo; das dificuldades encontradas na atuação do terceiro setor no Brasil e da opinião em relação a possibilidade de auxílio no processo de gestão da atividade ecoturística. Foram feitas no total nove entrevistas (vide APÊNDICE B);

- Questionário – este instrumento serviu para caracterizar de maneira objetiva a atuação das organizações do terceiro setor no turismo alternativo do Brasil. O questionário investigou os projetos desenvolvidos pelas instituições; sua fase de desenvolvimento; a ênfase destes em relação aos critérios de desenvolvimento sustentável (vide “Modelo de Análise da Atuação das ONG’s no turismo alternativo”); a participação da comunidade e a relação entre o primeiro, o segundo e o terceiro setor. Foram analisados no total 25 questionários. (vide modelo no APÊNDICE C)

3.4 Sistema de análise

A análise qualitativa do conteúdo, segundo Flick (2004) é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, neste caso, as entrevistas e os questionários. Um de seus aspectos essenciais é o emprego de categorias, obtidas, com frequência, de modelos teóricos: neste caso o SISTUR e o “Modelo de Análise da Atuação das ONG’s no turismo alternativo”.

O procedimento da análise qualitativa do conteúdo, na visão de Mayring *apud* Flick (2004), inicia com a definição do material a ser levantado de acordo com os objetivos da pesquisa, a seleção das entrevistas e dos questionários (neste caso se enquadra justamente por possuir perguntas abertas). Na segunda etapa, analisa-se a situação da coleta de dados (considerando variáveis como perfil do entrevistado, instrumento de coleta, tempo e espaço para realização da pesquisa), seguida de uma caracterização formal do material e o direcionamento dos textos selecionados com base nas teorias que argumentam e justificam o tema central.

O processo de análise destes dados continuou então com uma descrição e interpretação (tanto as entrevistas quanto os questionários) seguida de uma avaliação da atuação geral de todas as instituições.

Esta avaliação, como terceira etapa, se deu de maneira comparativa ao “Modelo de Análise da Atuação das ONG’s no turismo alternativo”, montado com base nos principais documentos que estabelecem critérios de desenvolvimento sustentável da atividade turística. Estes documentos são:

- Critérios de sustentabilidade de Ignacy Sachs (2002);

- Declaração de Quebec (2002);
- Diretrizes para melhoria do turismo com o meio ambiente – IUCN/OMT (2003);
- Agenda 21 para indústria de viagens e turismo (1999);
- Fatores fundamentais para certificação em turismo do WWF-Brasil (2001).

Este modelo de análise considera na sua totalidade, cinco pontos essenciais para o desenvolvimento de qualquer projeto ligado à atividade turística alternativa. Estes pontos, se inter-relacionam de maneira sistêmica numa convergência de ações necessárias para sustentabilidade de cada item. Assim, numa rede de relações, pode-se considerar como essenciais para o desempenho do turismo alternativo na gestão das ONG's:

- *a integração da comunidade local e turistas*- numa convivência pacífica, de forma a garantir que a experiência turística vivenciada pelo ser humano numa destinação fora do seu lugar de convivência cotidiana não interfira radicalmente nos hábitos e costumes locais. Considerando a ética da hospitalidade como o procedimento básico e fundamental desta integração necessária, a empatia torna-se fator chave para a revelação desta prática moral incidente nas culturas e manifestações históricas de um povo ou comunidade ao longo do tempo. Esta ética pressupõe relação de interesses que possam sustentar a relação de ambos;
- *a conservação e preservação do ambiente natural* como pressupostos indissociáveis da atividade turística, considerando a natureza como matéria prima desta. O turismo alternativo busca justamente a manutenção deste equilíbrio para a garantia, ao menos parcial, do espaço natural adequado para as gerações futuras;
- *a promoção e valorização do patrimônio cultural* - O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio cultural são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania, itens fundamentais para o desenvolvimento do turismo alternativo;
- *o comprometimento político e exercício da cidadania de forma integrada* – todas as ações integradoras de uma comunidade, seja na economia, nas políticas públicas institucionalizadas ou nos seus aspectos culturais e ambientais convergentes, a prática social pela discussão democrática do processo político e da ação cidadã são

fundamentais para a gestão de qualquer atividade e pressuposto ideológico que se queira desenvolver na comunidade, afim de beneficiar o turismo e a sociedade.

- *o desenvolvimento econômico e social equitativo* – por ser o turismo uma atividade econômica do chamado “setor terciário – prestação de serviços” esta deve ocorrer (ainda que num sistema capitalista de produção) de forma equitativa, para que todos os setores da sociedade se beneficiem economicamente, excluindo-se assim a possibilidade de ganhos somente para uma minoria.

De forma gráfica, este modelo se apresenta abaixo, onde evidencia por meio da integração, a atuação em redes.

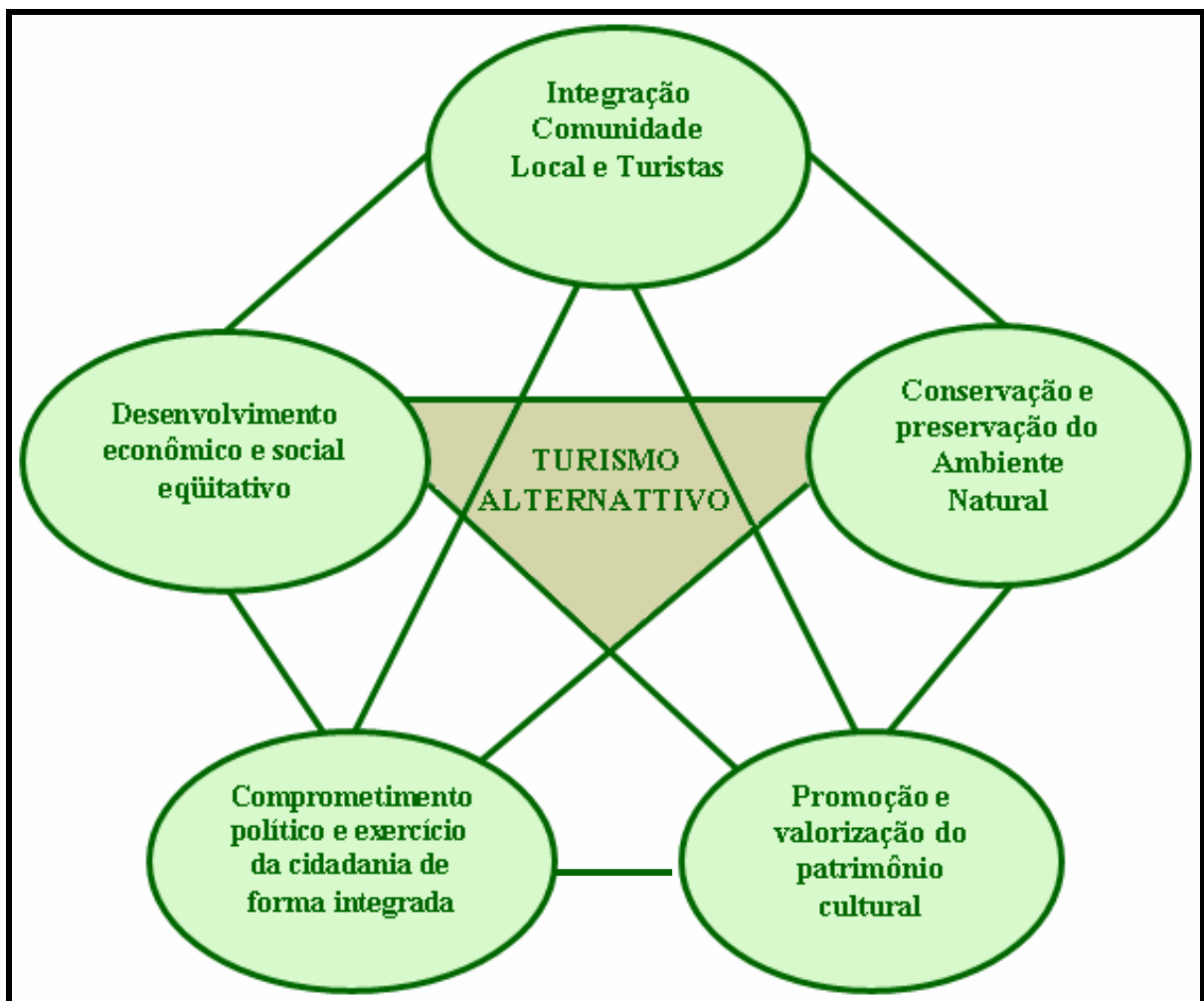


Diagrama 01: Modelo de Análise da Atuação das ONG's: turismo alternativo – diretrizes para o turismo sustentável.

Fonte: elaborado pela própria pesquisadora, 2005.

Para esta pesquisa, este modelo serviu como instrumento de análise dos dados levantados, uma ferramenta metodológica base para a reflexão sistemática de todos os amplos temas levantados na pesquisa (entrevistas e questionários).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Ao definir os instrumentos de coleta de dados, que pudessem permitir a satisfação dos objetivos propostos desta pesquisa, a entrevista estruturada foi elaborada para aplicação nas organizações não-governamentais cuja expressiva atuação na área de turismo, meio ambiente ou articulação do Terceiro setor não seria devidamente aproveitada com o questionário.

Assim, selecionou-se as principais instituições¹⁸ – ABONG, Rede Gife, SOS Mata Atlântica e WWF-Brasil, que gentilmente receberam a visita para entrevista e que, além de atenderem parcialmente (*algumas*) ou totalmente (*outras*) os objetivos propostos, indicaram mais instituições para contribuir com a pesquisa: Centro Excursionista Brasileiro, Grupo de Defesa Ecológica, Instituto Ambiental Vale do Rio Doce, Instituto Ecofuturo e Instituto Pró-Natura.

4.1 Entrevistas estruturadas

- **ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais**



Rua General Jardim, 660 - 77 - Vila Buarque - São Paulo -SP 01223-010

(55 11) 3237-2122 abong@uol.com.br www.abong.org.br

Objetivos: representar e promover o intercâmbio entre as ONG's empenhadas no fortalecimento da cidadania, na conquista e expansão dos direitos sociais e da democracia.

Missão: forma de representar coletivamente as ONG's junto ao Estado e aos demais atores da sociedade civil

Âmbito de atuação: Nacional

Quadro 07: Informações Gerais da Instituição ABONG.

Fonte: Roteiro de entrevista elaborado pela pesquisadora.

¹⁸ Conforme critérios pontuados na metodologia do trabalho (vide cap. 3)

A Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais – ABONG foi fundada em 1991 e com base nos seus objetivos busca ser veículo de expressão, nos âmbitos nacional e internacional, de opiniões, contribuições, propostas e alternativas das ONG's diante do desafio do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Desde sua constituição, a ABONG vem representando um determinado conjunto de organizações sociais que tem seu perfil político caracterizado por: tradição de resistência ao autoritarismo; contribuição à consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais; busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; compromisso de luta contra a exclusão, a miséria e as desigualdades sociais; promoção de direitos, construção da cidadania e da defesa da ética na política para a consolidação da democracia.

Hoje a associação congrega 248 filiadas¹⁹, atuantes em diversas áreas entre elas o ambientalismo.

Pode-se evidenciar que, na realidade, a ABONG não atua diretamente com o turismo alternativo, porém é a associação que congrega outras organizações, que serviram de referência para base desta pesquisa. Na entrevista realizada, pode-se entender, na visão desta instituição, como se dá a participação do terceiro setor no desenvolvimento de projetos ao meio ambiente, por meio de ações integradas com a realidade das comunidades, mas separadas, de certa forma, pelos grupos mais radicais “ativistas” e os grupos mais pacifistas “ambientalistas de projetos”.

Ainda, a discussão em relação a atuação do terceiro setor no Brasil se deu de forma crítica, com a argumentação de que, ao contrário das hipóteses sugeridas no início da pesquisa, a ABONG não representa a maioria das organizações não-governamentais do país, ao contrário, representa uma minoria, principalmente porque seus objetivos convergem para a prática dos movimentos sociais em si, conforme princípios apresentados anteriormente.

Em relação à atuação do turismo alternativo pelas vias do terceiro setor, a impressão revelada foi a de que se o turismo pretende ser desenvolvido para a busca da sustentabilidade da

¹⁹ Informações obtidas também pelo Perfil e Catálogo das Associadas à ABONG, 2002.

sociedade em si, com certeza a ABONG apoiaria instituições que de fato, estivessem fomentando este tipo de desenvolvimento, considerando sua linha de atuação e “militância”.

- **Rede Gife - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas**



Av. Dr. Cardoso de Melo, 1666, andar 9, São Paulo-SP 04548-005
55 11 3849 2022 www.gife.org.br

Objetivos: influenciar as políticas públicas por meio de parcerias e do compartilhamento de idéias, ações e aprendizados com o Estado e outras organizações da sociedade civil.

Missão: aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum.

Área de atuação: social, ambiental e cultural

Âmbito de atuação: Nacional

Quadro 08: Informações Gerais da Rede Gife.

Fonte: Roteiro de entrevista elaborado pela pesquisadora.

Esta é a primeira associação da América do Sul a reunir organizações de origem privada que financiam ou executam projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Esta instituição não atua diretamente com projetos de turismo ou ambientalismo, na realidade sua atuação é forte na busca de soluções para a superação das desigualdades sociais brasileiras, tendo como objetivo estratégico influenciar políticas públicas por meio de parcerias e do compartilhamento de idéias, ações e aprendizados com o Estado e as organizações da sociedade civil.

Para alcançar este objetivo, o GIFE baseia seu trabalho no fortalecimento político-institucional, na capacitação e no apoio à atuação estratégica de seus associados e de institutos e fundações, especialmente de origem empresarial.

Pode-se perceber na análise dos questionários com as ONG's que atuam diretamente com o Turismo alternativo, que uma problemática ainda presente é a falta de engajamento

empresarial privado na busca de melhorias por meio de projetos do terceiro setor. O que ficou bastante claro na entrevista com o GIFE é de que sua atuação visa “quebrar” esse paradigma existente no meio empresarial, fomentando a união de setores na busca de um bem comum.

Com relação à atuação na área específica de identificação deste objeto de pesquisa, o GIFE mantém parcerias com a Fundação SOS Mata Atlântica além de outros organismos que atuam direta ou indiretamente com ações de cunho ambiental e turístico. Um exemplo a ser citado, como projeto que o GIFE apoiou é o da Fundação ACESITA de Minas Gerais. Esta Fundação para o desenvolvimento social promove ações conjuntas com o Projeto Oikós de Educação Ambiental (vide Anexo 3).

Acredita que o terceiro setor pode e muito, auxiliar no processo de gestão da atividade turística de maneira a fomentar nas empresas o desenvolvimento destas ações como prática de responsabilidade social nos funcionários e colaboradores deste “sistema”.

- **SOS MATA ATLANTICA – Fundação SOS Mata Atlântica**



Rua Manoel da Nóbrega 456, Paraíso São Paulo-SP 01330-000

(11) 3055-7888 info@sosmatatlantica.org.br www.sosmatatlantica.org.br

Região de atuação: Nordeste; Sudeste; Sul

Âmbito de atuação: Nacional

Missão: Defender os remanescentes da Mata Atlântica, valorizar a identidade física e cultural das comunidades que os habitam, conservar o rico patrimônio cultural, natural, existentes nessas regiões, buscando seu desenvolvimento sustentável.

Área de atuação: Educação; Meio ambiente

Quadro 09: Informações Gerais da Instituição SOS Mata Atlântica.

Fonte: Roteiro de entrevista elaborado pela pesquisadora

A fundação SOS Mata Atlântica é uma entidade ambientalista privada, sem vínculos partidários ou religiosos e sem fins lucrativos. Criada em 1986, tem como missão promover a conservação dos ricos patrimônios natural, histórico e cultural existentes nos remanescentes da Mata Atlântica, assim como valorizar as comunidades humanas que os habitam.

Desenvolve campanhas de apoio a mobilizações que estimulem a participação da sociedade, órgãos públicos e privados na implementação de ações para a conservação e proteção da Mata Atlântica, interagindo com instituições públicas e privadas na formulação, implementação e avaliação de legislação, programas e ações.

Planeja e executa projetos voltados ao desenvolvimento sustentável, proteção e manejo de ecossistemas: programas, projetos e atividades que visem à proteção da biodiversidade, a manutenção da diversidade cultural, a criação, a gestão e consolidação de unidades de conservação e o uso sustentado de recursos naturais.

A SOS Mata Atlântica é uma das mais tradicionais ONG's ambientalistas que atua no Brasil, desenvolvendo projetos também vinculados a organizações não governamentais, conforme relatos e percepções obtidas com a entrevista. Entende a participação do terceiro setor como algo inevitável na sociedade brasileira contemporânea, uma vez que ainda persistem políticas públicas pouco estruturadas principalmente na área ambiental. Por ser estritamente difícil em termos econômicos, muitas vezes, levar a frente projetos, a SOS procura trabalhar em parcerias, podendo multiplicar o número de voluntários (programa no qual está desenvolvendo).

A SOS desenvolve muitos projetos que atingem direta ou indiretamente o desempenho da atividade turística (caso ocorra nas destinações):

– *Centro de Referência e Monitoramento da Mata Atlântica*

Com a produção, a organização e a disseminação de informações atualizadas sobre a região e sua biodiversidade, o Centro tem como objetivo assessorar e avaliar as atividades de conservação direcionadas ao "Desmatamento Zero" e "Perda de Biodiversidade Zero". O Atlas, com dados integrados de cobertura vegetal e biodiversidade para todo o bioma, é um

dos novos produtos voltados para orientar ações efetivas de conservação.

– *Comunicação e Educação Ambiental*

O objetivo desse programa é oferecer produtos educacionais de qualidade e o acesso a informações sobre a Mata Atlântica a todos os setores da sociedade é. O Projeto “Mata Atlântica Vai à Escola”, por exemplo, traz como novidade um enfoque especial ao tema biodiversidade, levando jovens a valorizar as riquezas naturais enquanto atuam em sua comunidade pela proteção da natureza. Já o Prêmio de Reportagem sobre a Biodiversidade da Mata Atlântica, em sua segunda edição, premia as três melhores reportagens ambientais da imprensa escrita a cada ano. Atualmente, o Prêmio é desenvolvido em seis países (Guatemala, Guiana, Colômbia, Bolívia, Gana e Brasil), sempre com o objetivo de promover o jornalismo ambiental e reconhecer a excelência profissional de jornalistas que cobrem esses temas.

– *Conservação de Áreas Protegidas Públicas e Privadas*

A valorização das unidades de conservação é o principal alvo deste programa. A grande inovação dessa estratégia está no planejamento regional, com a aplicação dos conceitos de corredores ecológicos e incentivos a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Desta forma, as ações para a manutenção de áreas estratégicas são associadas a esforços para aumentar a conexão entre elas, envolvendo, assim, todos os setores da sociedade.

– *Conservação de Espécies*

Os esforços desse componente estão centrados no fornecimento de informações sobre quais espécies estão presentes no ecossistema e onde ocorrem. Em destaque está o monitoramento das espécies ameaçadas de extinção e das novas descobertas feitas pela Ciência. "Espécies-bandeira" como o muriqui, pelo seu apelo diante da opinião pública e pela sua fragilidade, também são importantes meios de divulgação e indicadores do estado de conservação da Mata Atlântica.

– *Políticas Públicas*

Este programa está voltado principalmente para a implementação da legislação de uso e de proteção da Mata Atlântica, bem como a divulgação e elaboração de modelos de gestão

ambiental regional e local através do desenvolvimento de novos mecanismos para acompanhar e aprimorar os instrumentos jurídicos e institucionais relativos às questões ambientais.

– *Opções Econômicas para a Conservação da Mata Atlântica*

O alvo desse programa é identificar novas oportunidades econômicas ligadas à manutenção da cobertura florestal em áreas privadas. As estratégias são centradas especialmente na implantação de atividades como ecoturismo e de alternativas de uso da fauna e da flora, que buscam trazer benefícios para população, proprietários e empresas, enquanto promovem a conservação da biodiversidade.

- **WWF – Brasil**



SHIS EQ QL 06/08 - Conj. E - 2º andar, Lago Sul Brasília - DF

61 364-7400 panda@wwf.org.br www.wwf.org.br

Região de atuação: Nacional

Objetivos: preservar a diversidade genética, de espécies e de ecossistemas. Buscar o uso sustentável dos recursos naturais. Reduzir a poluição ambiental e evitar o desperdício de recursos naturais

Área de atuação: Conservação natural, educação ambiental, ecoturismo.

Quadro 10: Informações Gerais da Instituição WWF – Brasil.

Fonte: Roteiro de entrevista elaborado pela pesquisadora

Apresenta-se como uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, reconhecida pelo governo federal como entidade pública, cuja missão é conservar a natureza.

A sede brasileira fica na capital federal, e atua em todo território nacional, sendo que na maioria das vezes, atua em parceria com organizações não-governamentais, governamentais ou com o setor público, desenvolvendo mais de 70 projetos que integram 11 programas: sete

em âmbito nacional, dois no bioma Amazônia, um no bioma Mata Atlântica e um no bioma Pantanal. (Vide resumos Anexo 1).

Com atuação no turismo alternativo por meio de seus projetos de ecoturismo, o objetivo do WWF é permitir que um número cada vez maior de pessoas, empresas e governos possam se beneficiar das alternativas propostas e testadas nesses projetos, permitindo uma mudança - para melhor - na forma de conviver com a natureza.

Pode-se perceber na entrevista que na opinião do WWF, a participação do terceiro setor no desenvolvimento de projetos de proteção ao meio ambiente já é algo muito ativo no país e no mundo, e que infelizmente a desestruturação governamental é que proporciona isto.

As principais dificuldades apontadas para atuação no Brasil situaram-se na esfera da participação “ideológica” popular, que voluntariamente poderia estar contribuindo ainda mais com os projetos, bem como, captação de recursos para manutenção da entidade.

- **CEB – Centro Excursionista Brasileiro**



Av. Almirante Barroso, 2 - 8º Andar - Centro Rio de Janeiro-RJ 20031-000 (021) 262 6360

Objetivos: Prática do montanhismo em sentido amplo

Projetos: Curso de formação de guias / Curso básico de montanhismo

Quadro 11: Informações Gerais do Centro Excursionista Brasileiro – CEB.

Fonte: Roteiro de entrevista elaborado pela pesquisadora.

Fundado em 1º de Novembro de 1919 o instituto foi reconhecido de Utilidade Pública Estadual – Lei nº 345 em 19 de agosto de 1980. Apresenta-se como uma Sociedade Civil sem fins lucrativos, inserindo-se como um dos mais tradicionais e ativos clubes de montanhismo do país, e o mais antigo da América do Sul. Ao longo de sua existência, o CEB vem oferecendo uma vasta programação direcionada ao montanhismo, em diversos locais do Brasil

e, eventualmente, no exterior. A primeira excursão oficial do CEB foi uma travessia Gávea – Tijuca, via Furnas, em 23/11/1919. A sede atual própria passou a ser ocupada em 12/11/1950.

O CEB apresenta-se como um Clube de Excursionismo, que visa à integração de pessoas com interesses comuns, voltados aos esportes de aventura; sejam estes, escaladas, montanhismo, ecoturismo, visitação em espaços naturais, enfocados principalmente nos sócios, entretanto todas as visitas, cursos e palestras são abertas ao público.

O público externo ao clube, ou seja, os não-sócios, se diferenciam pela necessidade de se pagar uma taxa para participar das atividades propostas pelo Clube, já para os sócios, as atividades já estão incluídas nas mensalidades, as exceções estão relacionadas as visitas de longa distância e/ou tempo, e a alguns cursos que exigem a utilização de equipamentos específicos. A renda que viabiliza a operacionalização do CEB é provinda exclusivamente dos sócios, portanto não há nenhum tipo de incentivo do setor privado ou do Governo.

Algumas atividades são oferecidas na própria sede, como as reuniões sociais realizadas todas as quintas-feiras, aulas teóricas, palestras com vídeos, slides; e quando necessário em espaços determinados correlacionados aos temas em desenvolvimento, sendo que os cursos mais freqüentes são: escalada, básico de montanhismo, avançado de escalada, material móvel, muro de escalada; e geralmente são feitas caminhadas subdividas em leve, leve-superior, semi-pesada e pesada.

Mensalmente o clube planeja e agenda novos destinos e o dispõe via internet e pelo Boletim Informativo, que constitui o principal meio de divulgação do CEB, com tiragem mensal, levando aos associados, entre outras informações a programação dos eventos praticados pelo clube.

Os guias e as pessoas que cooperam com o planejamento e execução dos passeios são geralmente voluntários, entretanto recebem certo incentivo financeiro quando as atividades proporcionam lucro, havendo a participação da divisão destes.

As visitas são realizadas de forma que se promova um conhecimento e interação dos visitantes nas localidades, havendo o acompanhamento do guia disponibilizado pelo Clube,

sendo que a contratação dos serviços de guias locais ocorre somente nos casos que implicam em riscos para o grupo, dependendo do trajeto e local a serem percorridos.

Outro item que contribui para a redução dos custos das excursões se deve principalmente a utilização de barracas para acampamento (dos próprios participantes) de forma que raramente pagam por hospedagem, e dependendo da disponibilidade destes turistas, optam por viajar com veículos próprios não exigindo o fretamento de condução para o grupo.

No período de visitação, há preocupação por parte dos guias em incentivar e abordar a conscientização ambiental, explanando sobre o meio natural, tipologias de plantas e animais, coleta de lixo, e de uma forma geral busca-se trabalhar com grupos menores para minimizar os impactos.

Esta instituição entende que a participação do terceiro setor é, nos dias atuais uma realidade que auxilia no processo de gestão da atividade turística, porque desta forma passa a ser organizada para fins sociais com base em diversos preceitos sustentáveis da atividade.

- **GRUDE – Grupo de Defesa Ecológica**



Estrada de Jacarepaguá, 7818 sala 201, Jacarepaguá Rio de Janeiro –RJ 22753.045

(21) 2436-1786 / 2447-3693 grude@grude.org.br www.grude.com.br

Missão: melhorar a qualidade de vida da população através da defesa e proteção do meio ambiente, da biodiversidade, dos recursos naturais, de áreas ecologicamente importantes, estimulando a implementação efetiva de unidades de conservação.

Área de atuação: sócio-ambiental

Âmbito de atuação: Nacional

Quadro 12: Informações Gerais do Grupo de Defesa Ecológica – GRUDE.

Fonte: Roteiro de entrevista elaborado pela pesquisadora

Associação civil, de caráter sócio-ambientalista, sem fins lucrativos, fundada em 05/06/1986, considerada de Utilidade Pública Estadual: Lei nº 0523 na cidade do Rio de Janeiro.

Apresenta projetos junto à iniciativa privada, entretanto a grande maioria dos financiamentos são originários da prefeitura municipal por meio de licitações, principalmente devido ao sucesso apresentado pelos projetos anteriormente desenvolvido pela Organização. Percebe-se aí a relação que a instituição mencionou em torno dos três setores.

Na sede da Organização existe uma outra organização do Terceiro setor que participa em conjunto, principalmente em destaque na parte operacional e de execução na maioria dos projetos, denominada CREAM - Centro de Referência em Educação Ambiental, que apresenta de forma geral os mesmos enfoques que o GRUDE.

O GRUDE apresenta seu enfoque nas problemáticas sociais da cidade do Rio de Janeiro, e por tanto desenvolve diversos projetos ligados a este tema, principalmente direcionados a favelas, e áreas carentes.

O turismo, principalmente o social, se manifesta como uma alternativa a mais para a formação e capacitação dentro destes programas sociais, inserindo-se como fator de destaque na maioria dos projetos executados, que busca levar jovens de áreas carentes para conhecerem determinados pontos no Rio do Janeiro, que em muitos casos, nunca tiveram a oportunidade de conhecê-los anteriormente.

Dentre os projetos, foi dado especial enfoque no que se refere ao redirecionamento de jovens que fizeram o curso de monitores ambientais no Parque da Cidade, para capacitação de guias-mirins em caminhadas ecológicas, que vem conseguindo trazer resultados extremamente positivos.

Como consequência deste projeto de guias-mirins, notou-se o incentivo à preservação do Parque da Cidade pela própria vizinhança, que desde então vem prezando pela sua limpeza e zelo para aumentar a visitação, que resulta, neste sentido, alternativas de empregos, com o incremento de comércio e por conseguinte, geração de renda (multiplicadores do turismo).

Outro projeto está sendo desenvolvido, buscando experiências e aprimoramentos pela defesa de uma área de vegetação de Mata Atlântica com a uma ampla mobilização comunitária para criação e para a consolidação do Bosque da Freguesia, que apresenta-se como um programa

de visitação a esta futura Unidade de Conservação, para sensibilizar a população na proteção dos recursos naturais ali existentes. o Bosque da Freguesia é uma área de lazer de 31 hectares. Há trilhas para caminhadas (2,5Km), quadras com atividades esportivas, oficinas, biblioteca, auditório, anfiteatro.

Merece referenciado destaque, conforme visto na entrevista, o projeto “Guardiões do Parque Estadual da Pedra Branca” realizado em parceria com o WWF-Brasil, Fundação Roberto Marinho e Instituto Estadual de Floresta no período de 2002-2003, implementando Educação Ambiental, Proteção e Ecoturismo, trabalhando com mobilização comunitária, vigilância, orientação turístico-ecológica e combate a incêndios florestais.

- **Instituto Ambiental Vale do Rio Doce**

	<p>Companhia Vale do Rio Doce</p>
<p>Endereço: Av. Graça Aranha, 26 – 3º andar Rio de Janeiro-RJ 20005.900 (21) 3814 4391 fabio.mascarenhas@cverd.com.br www.cverd.com.br</p> <p>Área de atuação: conservação ambiental, desenvolvimento sustentável</p> <p>Âmbito de atuação: Nacional</p>	

Quadro 13: Informações Gerais do Instituto Ambiental Vale do Rio Doce.
 Fonte: Roteiro de entrevista elaborado pela pesquisadora

A Companhia Vale do Rio Doce foi criada no dia 1º de junho de 1942 para exploração das minas de minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero (MG). Hoje seu grupo de acionistas controladores é composto por investidores de varejo brasileiro, institucionais nacionais e estrangeiros, além de parte dos empregados da empresa.

A Vale é líder mundial no mercado de minério de ferro e pelotas, segunda maior produtora global de manganês e ferroligas, além de maior prestadora de serviços de Logística do Brasil. Presente em 13 estados brasileiros e em quatro continentes (Américas, Europa, África e Ásia), é um dos mais importantes e produtivos grupos empresariais brasileiros.

A Companhia Vale do Rio Doce considera o meio ambiente um componente fundamental da qualidade dos seus produtos e serviços, segundo relatos obtidos na entrevista. Neste sentido a

companhia criou o Instituto Ambiental Vale do Rio Doce que não tem fins lucrativos, e desenvolve os projetos ligados à área ambiental da Companhia.

Comprometida com o conceito de desenvolvimento sustentável, segundo informações coletadas, esta promove entre todos os seus setores de atuação o respeito ao meio ambiente, garantindo a utilização consciente e eficaz dos recursos naturais.

Os programas que se apresentam em desenvolvimento atualmente são o de manejo florestal das Unidades de Conservação da Reserva Florestal Nacional do Carajás que está voltado somente a conservação e preservação da área ambiental; e um projeto de manejo no município de Tubarão que ainda apresenta-se em uma fase inicial de visitação pública, mas pretende-se direcioná-lo brevemente para uma ação mais racionalizada, voltada à minimização dos impactos desta visitação.

Destaca-se entretanto o projeto Linhares: Reserva Natural do Vale do Rio Doce que apresenta aprofundamento neste estudo pela sua perfeita inserção ao tema desta pesquisa, e se destaca no Instituto como um grande sucesso conquistado ao longo dos anos (vide anexo 4).

- **Instituto Ecofuturo**



Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 10º andar São Paulo – SP 01452-919

ecofuturo@ecofuturo.org.br www.ecofuturo.org.br

Missão: Praticar e promover o desenvolvimento sustentável, visando à melhoria da qualidade de vida, a conservação e restauração dos ambientes naturais e antrópicos, e a valorização da cultural e educação ambiental, principalmente das comunidades que vivem dos recursos naturais do Brasil.

Região de atuação: Nordeste, Sudeste, Sul.

Objetivos:

Área de atuação: Assistência Social, Cultura e Artes, Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Quadro 14: Informações Gerais do Instituto Ecofuturo.

Fonte: Roteiro de entrevista elaborado pela pesquisadora

O instituto é uma organização não-governamental criada em 1999 pela Companhia Suzano Papel e Celulose, companhia brasileira líder no segmento em que opera, e que vem buscando atingir níveis de proteção ambiental em escala mundial.

Na entrevista, puderam relatar que o instituto trabalha em parceria com outras instituições, companhias, autoridades públicas e universidades em áreas relacionadas à educação e ambiente, com ênfase no desenvolvimento do ser humano e respeito pela natureza. Esta parceria fortalece o que foi discutido inicialmente nesta pesquisa, em relação ao trabalho integrado do Terceiro setor com os demais setores da sociedade.

A missão desta instituição, conforme relato, é a de potencializar soluções sócio-ambientais, fortalecendo o caminho do desenvolvimento sustentável no País. Ao compartilhar o conhecimento e implementar projetos pontuais, o Ecofuturo contribui, de forma concreta, para a emancipação dos indivíduos e das comunidades, visando o desenvolvimento de valores e habilidades para resolver problemas ambientais presentes e futuros, e a redução das desigualdades e da pobreza.

Na entrevista, foi pontuado o desconhecimento de projetos diretamente ligados ao Turismo alternativo, mas acredita-se que o Terceiro setor poderia auxiliar no processo de gestão da atividade turística (ecoturística) de alguma maneira.

- **Instituto PRÓ-NATURA- Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Ambientais**



Av. Presidente Wilson, 164, 13º andar, centro Rio de Janeiro-RJ 20030-020

21 2262 8214 / 21 2533 1777 info@pronatura.org.br www.pronatura.org.br

Missão: é a conservação da biodiversidade através da implantação de projetos integrados de desenvolvimento sustentável, que venham a se constituir em modelos regionais, em parceria com entidades públicas, a iniciativa privada e com a sociedade civil organizada.

Quadro 15: Informações Gerais do Instituto Pró-Natura.

Fonte: Roteiro de entrevista elaborado pela pesquisadora

O Instituto Pró-Natura, entidade brasileira sem fins lucrativos, de Utilidade Pública Federal desde 1986 atua em projetos que promovam o desenvolvimento sustentável, com enfoque na Amazônia e na Mata Atlântica em colaboração com o setor público e com a iniciativa privada nos três continentes em desenvolvimento.

O Pró-Natura concebe desenvolvimento sustentável dentro de um modelo no qual as variáveis sócio-econômicas estão vinculadas aos objetivos de conservação da natureza, buscando alternativas para a melhoria da qualidade de vida do homem sem degradar o meio ambiente.

Neste sentido, o Pró-Natura promove ações integradas e participativas voltadas à proteção de remanescentes florestais e à recuperação de terras degradadas, demonstrando tecnologias apropriadas e fortalecendo a capacidade de gestão local na promoção de atividades econômicas sustentáveis.

Em 1992, após a Conferência do Rio, Pró-Natura se tornou uma das primeiras ONG's do hemisfério sul a internacionalizar-se. Atualmente é considerada uma organização global com duas sedes: Instituto Pró-Natura no Rio de Janeiro, responsável pelas Américas e *Pró-Natura International*, em Paris, responsável por Europa, África e Ásia

O instituto vem apresentando nos últimos anos, inovações rumo ao desenvolvimento sustentável, direcionando seus esforços em pequenos segmentos, a fim de conquistar com o sucesso destes pequenos trabalhos, a sustentabilidade do meio como um “sistema” que sob um ângulo maior, integre todos estes esforços individuais e específicos: saúde, turismo ecológico, micro-crédito, desenvolvimento de cooperativas, desenvolvimento sustentável e auto-suficiência, educação e treinamento, capital social, iniciativas femininas, energia.

Esta Organização apresenta uma característica peculiar de assessorar e acompanhar a execução dos projetos somente até o ponto considerado de estabilização, com a certeza de que a partir deste período, o projeto já atingiu autonomia, e consegue se sustentar sem intervenção do Instituto, redirecionando seus esforços para outros projetos e outras causas.

Dentro da análise de projetos ligados ao turismo, foi dado enfoque ao monitoramento de projetos desenvolvidos na Promoção da Conservação e Uso Sustentável de Biodiversidade nas Florestas da Fronteira no Noroeste de Mato Grosso (Vidamazônia – vide Anexo 5) e Um Corredor de Biodiversidade para o Norte Fluminense / Rio de Janeiro (Cordão de Mata –vide Anexo 6).

Outro projeto de grande representatividade em caráter nacional, foi desenvolvido em parceria com a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), no âmbito do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) que se trata de um projeto piloto de assentamento voltado para exploração do turismo rural, e ecoturismo.

Os municípios pilotos para o assentamento de aproximadamente 300 famílias são em Bonito-PE, Atalaia-AL, Alto Paraíso, na Chapada dos Veadeiros – GO. O objetivo é propiciar novo padrão de desenvolvimento rural sustentável, criar novas alternativas de melhoria de renda e geração de emprego com o turismo, promovendo maior entrosamento entre as famílias, o que evita a migração de trabalhadores rurais para as periferias.

4.2 Resultados da pesquisa - aplicação de questionários

A primeira etapa desta fase da pesquisa, foi a elaboração do instrumento, *o questionário*, que objetivou extrair de forma clara e concisa, os dados necessários para poder ser estabelecido

um panorama geral de atuação do terceiro setor no contexto do turismo alternativo no país.

Como base para a elaboração e formatação em conjunto das pesquisas, foi utilizado o Modelo de Análise da Atuação das ONG's: turismo alternativo – diretrizes para o turismo sustentável, desenvolvido para presente pesquisa como ponto centralizador das discussões estabelecidas com as organizações não-governamentais.

Após recebimento destes questionários, verificou-se se todos possuíam condições básicas para tabulação (na primeira pergunta – chamada de pergunta filtro, excluía-se as instituições que não trabalhavam com o turismo) iniciando assim, o processo, que será apresentado a seguir.

4.2.1 Identificação das fases dos projetos ligados ao turismo alternativo

A segunda pergunta do questionário buscava identificar os projetos desenvolvidos pela organização que estavam direta ou indiretamente relacionados à atividade turística. Num somatório de todos os projetos de cada uma das 25 instituições, obteve-se o conhecimento de 62 projetos, que envolviam a atividade turística de forma direta e indireta, nas seguintes áreas:

- **Integração da comunidade local e turistas:**
 - Educação ambiental e para o turismo;
 - Campanhas de sensibilização e conscientização para o ecoturismo;
 - Treinamento e capacitação para o ecoturismo, turismo rural e agroturismo;
 - Formação de monitores e guias locais;
 - Pesquisa de demanda turística.

- **Conservação e preservação do ambiente natural:**
 - Análise de impactos sócio-ambientais nas trilhas;
 - Desenvolvimento do turismo de observação de espécies raras da fauna e flora locais;
 - Reflorestamento de locais turísticos;
 - Conservação de espécies em extinção;
 - Zoneamento ambiental para o ecoturismo;
 - Revisão de Planos de Manejo de parques;
 - Mapeamentos e desenvolvimento de trilhas.

- **Promoção e valorização do patrimônio cultural:**
 - Planejamento, identificação e avaliação de potenciais culturais e naturais para desenvolvimento do ecoturismo;
 - Promoção de eventos culturais;
 - Planejamento de roteiros turísticos no meio rural;
 - Planejamento de Centros de Informações e cultura;
- **Comprometimento político e exercício da cidadania de forma integrada:**
 - Informatização das estruturas turísticas de forma integrada à comunidade;
 - Articulação institucional para a implantação de Pólos de Ecoturismo;
 - Desenvolvimento de Conselho Municipal de Turismo.
- **Desenvolvimento econômico e social equitativo:**
 - Estruturação de parques ecoturísticos, estações científicas para visitação;
 - Incentivo ao desenvolvimento do ecoturismo regional integrado;
 - Planejamento e articulação da cadeia produtiva e do *trade* de negócios.

As fases de cada um dos projetos, estão apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 01: Fases de andamento dos projetos turísticos, desenvolvidos pelas instituições analisadas.

FASES DOS PROJETOS	PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROJETOS
fase de planejamento - A	27,50 %
fase de execução - B	33,88%
fase de análise e avaliação das ações - C	11,30%
projeto concluído - D	27,50 %

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora, Abril 2005.

A fase na qual a maioria dos projetos se encontra não variou bruscamente, porque os números em relação às estas se assemelham, entre o planejamento, a execução e a conclusão. É possível que muitos dos projetos, dada sua natureza, estejam sendo considerados como “itinerantes”, dinâmicos e de constante atuação, dada a natureza da atividade. Também é possível imaginar que dentro de uma cultura administrativa de certa forma limitante no país, a visão de projetos e de planejamento muitas vezes exclui a etapa de “avaliação das ações”, por desconhecimento da necessidade desta fase como fator de viabilização de outros projetos,

viabilizando inclusive, uma continuidade de ações que se complementem entre si, evitando desperdícios de recursos para aplicação das mesmas ações anteriormente executadas.

4.2.2 Identificação das ênfases dadas aos projetos

Ao questionar a ênfase da proposta dos projetos expostos anteriormente por cada organismo não-governamental que respondeu o questionário com base na sua experiência prática, direcionou-se a reflexão da atuação destas ONG's para os critérios centrais de estudo e análise nesta pesquisa.

Ao considerar o Turismo alternativo como a prática que mais se aproxima de um “turismo sustentável”, indispensável é a projeção destes critérios (ou ênfases) como base para atuação de maneira equilibrada. Pode-se perceber que na maioria dos projetos, quase todos os critérios foram considerados de importância máxima, dada a relação já concebida como integrada, de todas as áreas e a importância de um contexto “interdisciplinar” em qualquer projeto que se pretenda empreender no turismo.

Ressalta-se ainda, pelos dados apontados, que a preocupação com o desenvolvimento do ambiente natural e sua conservação é algo considerado de importância máxima em quase todos os projetos, dada a natureza da atividade da organização, obviamente. No entanto é importante destacar a preocupação econômica que também se evidencia como de máxima importância, como fator chave de benefício mensurável para a comunidade. Assim, pode-se perceber também, que o comprometimento político da sociedade diante de tais circunstâncias vem fortalecer o principal eixo norteador dos trabalhos desenvolvidos no Terceiro setor, que advém de uma participação voluntária e envolvida com responsabilidade pelo social coletivo (vide tabela 02). É importante que se promova a capacitação constante dos recursos humanos que atuam na gestão pública da atividade, e isso pode ser obtido por meio das próprias instituições do terceiro setor que geram em seus trabalhos, modelos e propostas muito interessantes e viáveis as comunidades.

Tabela 02: A ênfase da proposta destes projetos e seu grau de importância

Ênfases das propostas dos projetos	1 máxima importância	2 considerável importância	3 mínima importância
Promover a integração entre comunidade local e turistas	48%	32%	20%
Promover o desenvolvimento do ambiente natural e sua conservação	76%	12%	12%
Promover o desenvolvimento econômico e social da comunidade	64%	32%	4%
Promover a cultura e manifestações artísticas da região	40%	48%	12%
Promover o comprometimento político da sociedade de maneira integrada	68%	32%	0%

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora, Abril 2005

As ênfases foram selecionadas buscando, conhecer e sistematizar os dados de forma que se possa registrar como vêm se desenvolvendo os projetos executados pelo terceiro setor, apresentando benefícios referentes à relação: comunidades locais, turistas e meio ambientes, sem que cause danos e/ou perdas no presente e no futuro.

4.2.3 As dificuldades encontradas no processo de articulação do terceiro setor com o governo, as empresas e a comunidade

Um dos principais temas investigados no questionário, trata da inter-relação do terceiro setor com os demais atores sociais da sociedade: o governo, as empresas e a comunidade que vivencia a atividade turística em sua localidade.

Ao questionar esta relação às 25 organizações que estão sendo analisadas, especificamente em relação ao primeiro setor (governo), apenas uma posicionou uma visão otimista frente às ações governamentais, pontuando que “o governo manifestou interesse em incluir estas ações na política estadual e federal” o que de fato, denota uma mudança de postura diante de uma situação (pelo menos pontuada nos resultados desta pesquisa) um tanto quanto descomprometida dos governos atuais frente às causas ambientais e turísticas.

Uma destas organizações pontuou também uma questão chave para a interpretação de todo o processo cultural que envolve a relação da sociedade com os governos. Neste sentido, foi

relatado que “a comunidade espera um movimento paternalista”, o que denota (inclusive por algumas organizações também, por que estas são comunidade), uma visão de que o governo tem que ser o grande “provedor” de todos os recursos necessários. No entanto, hoje já se consegue, no Brasil, visualizar políticas que transformam e colocam em transição o “Estado paternalista” para o “Estado parceiro”.

Torna-se claro, então, que não se deve desconsiderar o papel do Estado frente à garantia das necessidades básicas para o desenvolvimento sustentável da sociedade na qual atua, porém, o comodismo muitas vezes gerado nas comunidades em virtude desta constante “espera” impede que muitas ações possam ser desenvolvidas num conjunto, numa sinergia, o que contraria, inclusive, a autenticidade e os fundamentos que movem e fizeram nascer o Terceiro setor.

Porém, a principal responsabilidade governamental gira em torno da definição de políticas públicas para a gestão desta área em nível local, regional e nacional, o que na maioria dos casos foi pontuado como inexistente. Assim, outros reflexos de descuido em relação à gestão pública desta área são evidenciados, como a “fragmentação e a morosidade das ações governamentais”; “ausência de recursos humanos capacitados” e “não comprometimento e integração dos diferentes setores da gestão pública”. Uma organização pontuou também, que a atuação governamental não deve ser só legislativa, afirmando que “procuramos fazer com que o governo reconheça que não basta assinar decretos e leis (prática usual) para a preservação ambiental”.

Os problemas e as dificuldades encontradas pelas organizações não-governamentais em relação à atuação governamental ficaram em sua grande maioria na dimensão de disponibilização de recursos financeiros ao desenvolvimento dos projetos. Neste sentido, foi pontuado que muitas vezes esta dificuldade é resultado de um desconhecimento das reais potencialidades para o desenvolvimento de atividades do turismo alternativo e exploração sustentável dos recursos, além de excesso de procedimentos burocráticos e descontinuidade das ações (que muitas vezes são imediatas e não em longo prazo), cujos interesses muitas vezes se mantêm nas questões político-partidárias.

Analisando, todavia, a relação que estas instituições mantêm com as empresas (o segundo setor), conseguiu-se detectar que a participação da iniciativa privada ainda é tímida e os

investimentos ainda estão bem isolados. Algumas instituições pontuam que ainda não desenvolvem nenhuma ação integrada e não recebem nenhum apoio, devido à falta de interesse dos empresários, às vezes por desconhecimento do potencial que é, como negócio também, o turismo alternativo. Num dos questionários, a organização não-governamental coloca que “as empresas tem pouca disponibilidade para ouvir os benefícios dos projetos e participarem de fato”.

Como discutido na fundamentação teórica, nos episódios de articulação e crescimento do movimento ambientalista, muitas das instituições desta natureza sofriam discriminação e condenação da sociedade, o que, surpreendentemente, nos dias de hoje, pode-se perceber, conforme relatos apontados de que “muitas empresas possuem preconceito com quem atua nesta área de meio ambiente, turismo alternativo e desenvolvimento sustentável” ou “poucos querem associar sua marca aos ambientalistas”. Ainda, foi pontuado que “é preciso vencer nos empresários a barreira da mídia. As grandes empresas somente entram em projetos que dêem retorno de mídia. Para a grande maioria o foco não é o trabalho social ou ambiental, mas o retorno de mídia que possa vir bem como as facilidades e vantagens sobre o imposto de renda”.

De uma maneira geral, os empresários que atuam no setor turístico, conforme alguns questionários apontaram, ainda possuem uma visão mercantilista desprovida de uma consciência ambiental. Quando operam diretamente com a atividade, ainda não possuem capacitação adequada para o receptivo e a administração do negócio, porque possuem muita dificuldade de associar-se, mantendo uma cultura individualista de concorrência e não de parceria. Assim, alguns afirmaram na pesquisa que “a maior dificuldade com este setor é a “união de forças” já que as empresas ainda encaram outras simplesmente como concorrentes e não como engrenagens da mesma máquina”.

Apenas um questionário revelou uma parceria no projeto, com patrocínio na elaboração e rodagem de materiais e recebimento de mensalidades (contribuições financeiras).

Quanto às dificuldades encontradas em relação às comunidades, os questionários revelaram na maioria dos casos (cerca de 80%) uma dificuldade em desenvolver um trabalho em parceria, dado a falta de entendimento, em muitos casos, de que “o turismo além de renda e emprego também pode ser uma ferramenta para ações ambientais”. Muitas organizações

relataram também, a dificuldade em relacionar-se com a comunidade, por que “esta só confia após verificar o sucesso de um primeiro trabalho” ou porque “quer resultados rápidos (imediatistas) e permanentes (conservadores)”.

O que muitas vezes ocorre, conforme analisado nos resultados da pesquisa, é que a comunidade, por não possuir uma formação adequada para trabalhar com o turismo e as áreas afins, não valoriza o trabalho destas instituições por não enxergar a necessidade de tais ações. Ainda, o fator fundamental percebido também por grande parte das ONG's que responderam o questionário, é a ausência de uma consciência para o associativismo.

Neste sentido, alguns relatos reafirmam a idéia: “a comunidade muitas vezes tem vontade e iniciativa, porém é desarticulada e não se comunica”, “a comunidade é descomprometida, desestruturada e incapaz”, “não tem a mentalidade e nem a capacitação para se integrar totalmente ao profissionalismo hoje exigido para a atividade”. Ainda, uma crítica muito séria ao processo de articulação com a comunidade, denuncia que “a cultura predatória da comunidade desfavorece o desenvolvimento, sobretudo o sustentável; vários focos de pobreza e analfabetismo (sobretudo o funcional) e; a presença de más lideranças e maus formadores de opinião nas comunidades que são pequenas e relativamente isoladas, por estarem próximas a grandes centros são os principais problemas enfrentados para o desenvolvimento de projetos e ações integradas”.

Na visão de algumas instituições, “demanda tempo para que as comunidades participem efetivamente do processo, por que hoje há uma dificuldade de inseri-las no processo de tomada de decisões sobre os negócios de turismo”, assim como “dificuldade de viabilizar na prática, empreendimentos turísticos com retorno para as famílias e com a conduta correta ambiental”.

As demais 20% das organizações, ao pontuar uma visão contrária, afirma ter com as comunidades uma relação próxima, “sem nenhuma dificuldade”, e que em muitos casos “a comunidade mostrou total interesse” e “a comunidade apóia moralmente e incentiva seus filhos”. Neste sentido, uma organização registrou que a “participação dos estudantes é muito mais intensa que a dos pais”.

É importante destacar que apesar das dificuldades encontradas nesta relação, ela é premissa para assegurar a legitimidade, a representatividade e o sucesso nas ações do projeto; por sua vez, o estabelecimento de parcerias é um instrumento capaz de viabilizar ações.

Para que a comunidade adquira consciência de sua trajetória histórica e de sua potencialidade, que saiba realizar escolhas com autonomia e que desenvolva ações para concretizar essas escolhas deve apresentar suficiente identidade de grupo.

O turismo deve respeitar e valorizar o conhecimento e as experiências locais, buscando maximizar os benefícios para as comunidades e promover o recrutamento, treinamento e emprego de pessoas do lugar. As comunidades autóctones têm o direito de manter e controlar a sua herança cultural e assegurar que o turismo não tenha efeito negativo sobre esta. O conhecimento e a experiência das comunidades locais em manejo sustentável dos recursos podem trazer uma grande contribuição para o turismo responsável.

A base para a realização do turismo responsável é composta pela educação, conscientização e capacitação da comunidade local, e baseados na informação educacional todos os integrantes do setor devem ser alertados sobre seus impactos positivos e negativos, e encorajados a serem responsáveis no apoio e conservação do ambiente.

4.2.4 Participação da comunidade nos projetos

A comunidade insere-se neste estudo como base de sustentação para os outros atores sociais (governo e empresários), apresentando maior responsabilidade na interferência direta na natureza e na formação do espaço, assim como o conhecimento da importância da preservação do meio para as gerações futuras.

Esta participação atuante reflete diretamente no sucesso ou insucesso adquirido pelos projetos desenvolvidos pelas Organizações do terceiro setor, principalmente por esta intrínseca relação com a natureza nas suas mais diversas manifestações e a comunidade que a circunda.

O grau de participação de diferentes grupos locais na tomada de decisão e implementação do projeto é um fator-chave no processo de “busca de poder” dos grupos locais para defenderem seus interesses próprios, desenvolverem e adaptarem as instituições requeridas para sustentar

as estratégias de manejo de recursos naturais em longo prazo.

Assim, considera-se como ideal uma comunidade bastante ativa em todo o processo evolutivo dos projetos, iniciando-se pela fase de concepção e planejamento até na participação dos benefícios proporcionados.

As dificuldades relatadas para esta aproximação foram expostas em sua grande maioria, como grandes barreiras enfrentadas por estas organizações, no entanto, o processo participativo da comunidade, foi avaliado de maneira mais intensa e direcionado aos projetos na questão 5, que direcionava a resposta em três partes: participação ativa, pouca ou inexpressiva e inexistente. Assim, obteve-se os seguintes dados (vide tabela abaixo):

Tabela 03: Análise do processo participativo da comunidade

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE	Porcentagem
Participação ativa	50%
Tiveram conhecimento porém apresentaram pouca ou inexpressiva participação	46,7%
Não tomaram conhecimento da realização deste(s) projeto(s)	3,3%

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora, Abril 2005

Os objetivos propostos com o questionamento acima, sobre a participação das comunidades, se baseiam na análise do processo pelo qual as Organizações do Terceiro setor vem desenvolvendo e executando seus projetos. Desta forma percebe-se a real projeção apresentada pelos projetos realizados, e o grau de mudanças acarretadas na comunidade; em contrapartida percebem-se as formas pelas quais as comunidades contempladas recebem estas ações, seja de maneira participativa, ou passiva.

4.2.5 Grau de aceitação da comunidade local em relação ao turista

A natureza do turismo é aquela de liberdade de movimento das pessoas, portanto, liberdade das comunicações e das trocas nos seus mais variados aspectos. Do ponto de vista social, o turismo objetiva proporcionar o encontro entre pessoas e que, desse contato, possam surgir laços de amizade, de entendimento e enriquecimento cultural.

Assim, a última questão abordou a percepção que as organizações tem em relação à aceitação da atividade turística pela comunidade local, e assim, evidenciou-se que (vide tabela 04):

Tabela 04: Percepção das ONG's em relação à aceitação da atividade turística pela comunidade local

ACEITAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA PELA COMUNIDADE	Porcentagem
Repúdio	0%
Indiferença	3,4%
Aceitação apenas economicamente	51,7%
Grande aceitação	44,9%

Fonte: Pesquisa desenvolvida pela autora, Abril 2005

Pode-se identificar na tabela 04 a relação estabelecida entre comunidade local e os turistas, mediante a premissa de que este é um dos impactos da atividade turística que se aplica em muitas das destinações, atrelados à mudança comportamental da comunidade, principalmente no que concerne a mudanças de hábitos e costumes para atender e receber o turismo.

Percebeu-se que uma parcela expressiva das comunidades autóctones (conforme relato de 51,7% das ONG's que responderam o questionário) apresenta uma postura de aceitação apenas ligada aos benefícios econômicos produzidos por esta inclusão de pessoas, geralmente com condições financeiras favoráveis ao ambiente visitado. Embora não se possa afirmar com exatidão, muito provavelmente esta consciência de que o turismo é somente uma atividade econômica se forma na comunidade por meio de agentes de interesse, que “sensibilizam” esta, deste fato, iludindo-os sobre grandes e positivas alterações na economia, o que nem sempre procede.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, desde que a discussão sobre o desenvolvimento sustentável vem sendo feita, em boa parte pela pressão dos organismos do Terceiro setor, foi preciso refletir - e esta pesquisa tentou justamente enriquecer o panorama destas reflexões -, de que, muitos dos grandes projetos de sustentabilidade (tanto em nível governamental quanto no privado) estão no Brasil, apesar dos seus grandes “paradoxos políticos”, conforme algumas experiências relatadas em entrevistas com as ONG’s.

A questão da sustentabilidade e, assim, o desenvolvimento de toda a sociedade não se dissociam de problemas comuns e intrínsecos como os sociais, os econômicos e os ecológicos. É preciso pensar a sociedade brasileira como um sistema global, e que a resolução dos problemas econômicos refletem diretamente às soluções dos problemas ecológicos e sociais. Reflete-se que entre os maiores “depredadores” destes ambientes estão os pobres, excluídos e sem educação (que depredam porque desconhecem o impacto e porque necessitam da matéria prima como fonte de sobrevivência) e os grandes negócios, cujo poder de dominação econômica amplia as ações e o interesse meramente material sem observar conseqüências do futuro.

Se o desenvolvimento sustentável pode ser conquistado a partir de um novo pensar sobre a ética desta sociedade com os princípios da atividade turística sustentável, acredita-se que o processo tenha se iniciado em algumas parcelas da sociedade brasileira. Estas, numa consciência maior tentam assegurar que o desenvolvimento do turismo seja compatível com a manutenção do processo ecológico essencial, com a diversidade e os recursos biológicos; que o turismo aumente o controle das pessoas sobre as suas vidas, e que seja compatível com a cultura e os valores morais do povo mantendo e fortalecendo a identidade da comunidade; e, que o desenvolvimento da atividade turística seja economicamente eficaz e que os recursos sejam geridos de modo que possam atender as gerações futuras.

Neste sentido, a atuação do Terceiro setor, como evidenciada na pesquisa, tenta (ainda que contornando problemas de aceitação e inclusão nas comunidades) sensibilizar a sociedade

para um novo pensar sobre o meio ambiente natural e sua sustentabilidade através da atividade turística alternativa.

Ao refletir a sociedade atual de maneira sistêmica, pode-se perceber, como evidenciou a pesquisa, um aumento significativo da atuação dos atores sociais em causas de grande impacto nas comunidades receptoras de demanda turística com ações no meio ambiente ecológico. Estes atores são em grande parte, compostos pelos “voluntários” do terceiro setor, como historicamente pode-se relacionar na pesquisa bibliográfica.

Apesar de a sociedade ainda manter padrões culturais extremamente conservadores, “patriarcais” e imediatistas, o voluntariado pelo benefício de alguma comunidade que precise de apoio, cresce a cada dia, conforme mostra a pesquisa que reflete justamente a atuação do terceiro setor. Este crescimento é visível dada à quantidade de projetos que estão sendo desenvolvidos, e, neste sentido, pode-se estabelecer uma aproximação daqueles que envolvem de forma direta o meio ambiente, e mais particularmente com o turismo alternativo pelo viés do ecoturismo.

As dificuldades relatadas por muitas destas instituições apresentam estas características (padrões culturais) acima mencionadas. A dinâmica dos projetos, por exemplo, muitas vezes não consegue assegurar o seu “caminhar” de forma regular, pelo descrédito, desconfiança ou mesmo rejeição da mudança por muitos membros das comunidades ou mesmo empresários do ramo público e privado.

A figura do “Estado mantenedor” também é presente porque o pensamento de “atuação pela causa”, sem a espera das ações governamentais, ou mesmo a discussão de “culpas” pelos fracassos atuais, é algo novo, relacionado ao comportamento empreendedor ainda pouco presente no Brasil, principalmente nas comunidades pequenas de grande potencial turístico, como é o caso relatado por muitas das instituições investigadas.

De maneira abrangente pode-se concluir que o desempenho das ONG’s ambientalistas no Brasil serviu como impulsionador de uma atividade turística mais consciente em muitos locais de forte atratividade natural.

Na esfera das políticas públicas para o turismo, hoje, no Brasil, é crescente a demanda de

ações que envolvam todos os atores sociais atuantes no turismo, e, assim, coube as ONG's um papel de "consolidadora" desta atividade na gerência dos projetos de forma a unir os interesses materiais da iniciativa privada com as preocupações ambientais e culturais, sérias para um desenvolvimento sustentável da sociedade e do turismo.

Torna-se muito importante o enquadramento destes trabalhos desenvolvidos pelo terceiro setor no processo de gestão do turismo, como forma de incentivo e reposicionamento de algumas comunidades receptoras neste espaço político e ambiental da sociedade pós-moderna, contribuindo para o processo de planejamento e gestão sustentável da atividade turística.

Assim, investigar o desenvolvimento do terceiro setor no contexto da sociedade brasileira com o enfoque no turismo alternativo foi de fato uma tarefa árdua diante das dificuldades em obtenção de dados destas instituições investigadas, em parte devido à indisponibilidade de tempo, a pré-disposição dos entrevistados e a confiança no processo de pesquisa como um todo no país.

Os instrumentos metodológicos e o marco teórico de orientação da pesquisa foram fundamentais para contornar as dificuldades encontradas e integrar as partes constituintes desta pesquisa, unindo assim, a teoria com a análise das práticas desenvolvidas pelo objeto de estudo – ONG's ambientalistas que atuam com o turismo alternativo.

O referencial teórico foi suficiente para estipular parâmetros de análise dos dados obtidos, e o "Modelo de Análise da Atuação das ONG's no turismo alternativo" apresentado resultam de um esforço reflexivo com base em juízo de valor pessoal em relação aos conceitos trabalhados universalmente por instituições renomadas, porém, passível de interpretações, estando perfeitamente sujeito à questionamentos externos e auto-avaliação desta e de outros pesquisadores que derem continuidade ao estudo deste tema. Não se trata de uma abordagem central da pesquisa, mas foi criado como ferramenta de análise ao se trabalhar com todas as informações levantadas no processo de pesquisa de campo. Sugere-se, no entanto, que futuras pesquisas possam dissertar e utilizar deste modelo, aplicando-o em outros estudos podendo assim, sofrer as alterações necessárias e contribuir para a reflexão no tema.

A dimensão do trabalho pode de fato ser pontuada, mediante o fato de que as principais instituições que possuem projetos no país, participaram desta análise. A contextualização do

processo de formação e desenvolvimento do terceiro setor no Brasil e inter-relação dos setores (incluindo o público e o privado) puderam ser feitas com os dados obtidos por meio da pesquisa, atingindo assim o objetivo de análise deste estudo.

Cabe destacar que o número de instituições analisadas ainda é tímido diante da variedade de representações do terceiro setor nesta área, porém, considera-se que a principal meta desta pesquisa qualitativa foi atingida, ficando em segundo plano a variável quantitativa. Sugere-se assim, uma alimentação constante de informações sobre estas instituições, no banco de dados montado neste trabalho.

Ainda, recomenda-se que se faça uma ampliação destas reflexões e o aprofundamento destes temas em outros estudos, dado a complexidade dos assuntos aqui refletidos: o terceiro setor e sua relação com o turismo alternativo na atuação com as ONG's.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas:

ANJOS, F. A. **Planejamento do Turismo:** uma reflexão sobre modelos, métodos e enfoques. Texto para debate na disciplina de Planejamento e Gestão Sustentável dos Espaços para o Turismo no Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Turismo e Hotelaria. Balneário Camboriú: UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí, 2003.

BENI, M.C. **Análise estrutural do Turismo.** São Paulo: SENAC, 2002.

BERTALANFY, L.V. **Teoria geral dos sistemas.** Rio de Janeiro: Vozes, 1968.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo.** Coord. BARROS II, S.M. e LA PENHA, D.H.M. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BOFF, L. **Ética e eco-espiritualidade.** Campinas, SP: Verus, 2003.

BORGES, M.M. *Tourism on the Rio Araguaia, Brazil: tourist's perceptions and motor boat erosion.* (Dissertação de Mestrado). *Department of Geography and Recreation.* WY, USA: *University of Wyoming, 1995.*

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico.** Tradução Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BUCKLEY, R. *A framework for ecotourism.* In: *Annals of tourism research.* Ano 21, nº 3. Aberdeen: Elsevier Science, 1994.

BUTLER, R.W. Tourism's troubled times: responsible tourism is not the answer. **Tourism Management**, v.12, n.2, 1991, p.91-96.

CAMARGO, M. F. [et al.]. **Gestão do Terceiro setor no Brasil.** São Paulo: Futura, 2001.

CAPRA, F. **A teia da vida:** uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2001.

__ **As conexões ocultas:** ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix – Amana-Key, 2002.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** v.1, 4.ed. Trad. Robeide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. *Estudio de prefactibilidad socioeconómica del turismo ecológico y antproyecto arquitectónico y urbanístico del Centro de Turismo Ecológico de la Resreva de la Biosfera Sian Ka.* México: Sedue, 1987.

COELHO, S. C. T. **Terceiro setor:** um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. 2.ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

COSTA, L.[et al]. **Redes**: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília, DF: WWF-Brasil, 2003.

CHURCHMANN, C.W. **Introdução à teoria dos sistemas**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

CROSBY, A.; MONEDA, A. **Desarrollo y gestión del turismo en áreas rurales y naturales**. Madri: Cefat/Natour, 1996.

DEMCKER, A.F.M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

FERNANDES, R. C. **Privado, porém público**: o Terceiro setor na América Latina. 3.ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, L.C. Confronto e legitimação. *In*: SVIRSKY, E., CAPOBIANCO, J.P.R.(org.). **Ambientalismo no Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Instituto Socioambiental, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p.38-49.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

GOHN, M.G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos.3.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. Boston: Beacon Press, 1989.

HALL C., M. **Planejamento Turístico**: política, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HOLLOWAY, J. C. **The business of tourism**. 5. ED. New York - United States of America: Wesley Longman Publishing.

IUCN. União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais Renováveis. **Estratégia mundial para a conservação**: a conservação dos recursos vivos para um desenvolvimento sustentado. São Paulo: CESP, 1984.

JÄRVILUOMA, J. *Alternative tourism and the evolution of tourist areas*. *In*: **Tourism Management**, v.13, n.1. Trowbridge: Frances Brown, 1992.

Mc CORMICK, J. **Rumo ao Paraíso**: a história do movimento ambientalista. Tradução de AGUIAR, R.; ESTEVES, M.A. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

JONES, A. *Is there a real 'alternative' tourism?* *In* **Tourism Management**, v.13, n.1. Trowbridge: Frances Brown, 1992.

KADT, E. **Making the alternative sustainable**: lessons from development for tourism. In: *Tourism Alternatives - Potentials and problems in the development of tourism*. Chichester, England: John Wiley & Sons Ltd. 1992.

KELLY, K. **Out of control: the rise of neo-biological civilization**. Menlo Park, CA: Addison-wesley, 1995.

KOTHARI,A.; SURI,S.;SINGH,N.. People and protected areas: rethinking conservation in India. In: *The Ecologist*. Vol.25, n.25. 1995.

KRIPPENDORF, J. **The holiday makers: understanding the impact of leisure and travel**. London: Heinemann, 1987.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

LANDIN,L. **Múltiplas identidades das ONG's**. In: HADDAD,S. (org.) *ONG's e universidades – desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo, Abong: Peirópolis, 2002. p.17-50.

____ **Para além do mercado e do estado? Filantropia e cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1999.

LEAL, E.J.M. **A dimensão empírica da pesquisa**. In: FERRI, C. *Pesquisa na universidade: elaboração de projetos e relatórios*. Itajaí: UNIVALI Ed., 2004. p.29-44.

MILBRATH, L. Environmental Beliefs and values in **Political Psychology**. HERMANN, M. San Francisco: Jossey-Bass, 1986.

MITRAUD, S. (Org). **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MOLINA, S. **Turismo y ecologia**. 6.ed. México: Trilhas, 1998.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social** – crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURÃO, R. Turismo participativo: Eco Brasil. In: **Associação Brasileira de Ecoturismo**. Rio de Janeiro: Ecobrasil, 1996.

MOWFORTH, M. **Ecotourism: terminology and definitions**. Série de relatos de pesquisa, nº1. Plymouth: University of Plymouth. Inglaterra: Departamento de Ciências Geográficas, 1993.

OLIVEIRA, M.D. ONG's, sociedade civil e Terceiro setor em seu relacionamento com o Estado no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, 1995.

OPHULS, W. **Ecology and the politics of scarcity**. San Francisco: W.F.Freeman, 1977.

OTTMANN, G. **Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil**. Novos Estudos CEBRAP, n.41. São Paulo: Brasileira/CEBRAP, 1995.

PÁDUA, J.A. **Natureza e Projeto Nacional**: nascimento do ambientalismo brasileiro. *In*: SVIRSKY, E., CAPOBIANCO, J.P.R.(org.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p.13-18.

PETULA, J.P. **American Environmentalism**: values, tactics, priorities. Collage Station: Texas A & M University Press, 1980.

PIGRAM, J. J. **Alternative tourism**: tourism and sustainable resource management. *In*: **Tourism Alternatives - Potentials and problems in the development of tourism**. Chichester, England: John Wiley & Sons Ltd. 1992.

PIRAGES, D.C. **The sustainable society**. Nova York: Praeger, 1977.

PIRES, P.S. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

PLOG, S.C. *Understanding psychographics in tourism research*. *In*: GOELDNER, C.R. *et al. Travel tourism and hospitality research: a handbook for managers and researchers*. New York: John Wiley, 1987. p. 203-213.

QUINTÃO, A.S.F. Ecoturismo: uma alternativa do novo modelo de desenvolvimento. *In*: **Brasil Florestal**, n.69, 1º semestre. Minas Gerais, 1990.

RUSCHEINSKY, A. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. *In*: RUSCHEINSKY, A. (org) **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. STROH, P.Y (org). Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALVATI, S.S. Turismo responsável como instrumento de desenvolvimento e conservação da natureza. *In*: BORN, R. **Diálogos entre a esfera global e local**: contribuições de organizações não governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária. São Paulo: Peirópolis, 2002.

SMITH,V.L.; EADINGTON,W.R. **Preface**. *In*: **Tourism Alternatives - Potentials and problems in the development of tourism**. Chichester, England: John Wiley & Sons Ltd. 1992.

___ **Turismo no Brasil**: análise e tendências. Barueri, SP: Manole, 2002.

SOROS, George. **Globalização**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TACHIZAWA, T. **Organizações não governamentais e o Terceiro setor**: criação de ONG's e estratégias de atuação. São Paulo: Atlas, 2002.

TAVOLARO, S.B.F. **Movimento ambientalista e modernidade**: sociabilidade, risco e moral. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

TENÓRIO, F.G. **Um espectro ronda o Terceiro setor**: o espectro do mercado. *In*: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.32, n.5, set/out, 1997. p.07-23.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.

TULIK, O. Recursos naturais e turismo: tendências contemporâneas. *In*: **Turismo em Análise**. Vol.4, nº2. São Paulo: ECA/USP, 1993. p.25-36.

UNEP. Conteúdo disponível em <http://www.uneptie.org>. Acesso em maio de 2005.

VIOLA, E.; LEIS, H. **O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da RIO-92**: o desafio de uma estratégia globalista viável. *In*: VIOLA, E. *et al.* Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafio para as ciências sociais. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Editora da UFSC, p.134-60, 1995.

WESTERN, D. **Definindo Ecoturismo**. : *In* LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (editors). Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. 2 ed. São Paulo: Senac, 1999.

WHELAN, T. **Nature tourism**. Washington: Island Press, 1991.

WWF – BRASIL. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. MITRAUD, S. (org). Brasil, 2003.

Eletrônicas:

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURAL RESOURCES. Disponível em: <<http://www.iucn.org>>. Acesso em: 13 mai. 2005.

CONSERVATION INTERNATIONAL. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br>>. Acesso em: 13 mai. 2005.

NATURE CONSERVANCY. Disponível em: <<http://nature.org>>. Acesso em: 13 mai. 2005.

THE CONSERVATION FOUNDATION. Disponível em: <<http://www.theconservationfoundation.org>>. Acesso em: 13 mai. 2005.

Disponível em: <http://www.ecoviagem.com.br/meioambiente/instituicoes_ambientalistas.asp>. Acesso em: 16 mai. 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE – A
CADASTRO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS –
AMBIENTALISTAS

APÊNDICE – B
ROTEIRO DE ENTREVISTA



Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
Centro de Educação Superior de Balneário Camboriú – SC
Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo e Hotelaria
Programa Integrado Pós-Graduação e Graduação – PIPG
Pesquisa sobre as Organizações Não-Governamentais e sua atuação no Turismo alternativo

Roteiro de entrevista

COMO VOCÊ ENTENDE A PARTICIPAÇÃO DO TERCEIRO SETOR (AS ONG'S entre outras instituições) no desenvolvimento de projetos de proteção ao meio ambiente?

Você tem conhecimento de algum projeto que atue com o turismo alternativo?

Quais as principais dificuldades atualmente encontradas na atuação do Terceiro setor no Brasil?

Na sua opinião o Terceiro setor poderia auxiliar no processo de gestão da atividade turística (ecoturística) de alguma maneira?

OBS - As questões consideradas não pertinentes podem ficar sem resposta; o conjunto das questões formuladas representam o atual estágio alcançado pelos acadêmicos na sua abordagem sobre o tema podendo, como isso, não estar cobrindo de forma plena toda a dimensão da temática em análise.

APÊNDICE – C
QUESTIONARIO



Questionário

1. Esta Organização Não-governamental atua com o turismo em algum de seus projetos?
() SIM, continue respondendo () NÃO, obrigada pela contribuição
2. Quais os projetos desenvolvidos por esta instituição que envolvem a atividade turística? Como eles estão sendo desenvolvidos e em que estágio estão? Cite e projeto e assinale a fase em que este se encontra.

Projeto 1:	FASE
Projeto 2:	
Projeto 3:	
Projeto 4:	
Projeto 5:	

- (A) fase de planejamento
(B) fase de execução
(C) fase de análise e avaliação das ações
(D) projeto concluído

3. Qual a ênfase da proposta destes projetos? Assinale a(s) alternativa(s) que está(ao) neste(s) projeto(s) e classifique-as quanto ao grau de importância, numa escala:

1 máxima importância / 2 considerável importância / 3 mínima importância

- (1) (2) (3) () promover a integração entre comunidade local e turistas
(1) (2) (3) () promover o desenvolvimento do ambiente natural e sua conservação
(1) (2) (3) () promover o desenvolvimento econômico e social da comunidade
(1) (2) (3) () promover a cultura e manifestações artísticas da região
(1) (2) (3) () promover o comprometimento político da sociedade de maneira integrada

4. Exponha de forma sintética quais as dificuldades encontradas na relação estabelecida entre esta organização e a sociedade, nos aspectos: 1. Governo 2. Empresas 3. Comunidade

1.
2.
3.

5. Como se pode analisar o processo participativo da comunidade que se beneficiou com este(s) projeto(s)?

- () participação ativa
() tiveram conhecimento porém apresentaram pouca ou inexpressiva participação
() não tomaram conhecimento da realização deste(s) projeto(s)

6. Identifique como esta instituição percebe a relação de aceitação da atividade turística pela comunidade local?

- () grande aceitação () aceitação apenas econômica () indiferença ()

repúdio

Observações que queiram fazer

OBS - As questões consideradas não pertinentes podem ficar sem resposta; o conjunto das questões formuladas representam o atual estágio alcançado pelos acadêmicos na sua abordagem sobre o tema podendo, como isso, não estar cobrindo de forma plena toda a dimensão da temática em análise.

ANEXOS

ANEXO – A
RESUMO DOS PRINCIPAIS PROJETOS DA WWF-BRASIL

ANEXO – B
DECLARAÇÃO DE ECOTURISMO DE QUEBEC

ANEXO – C
PROJETO OIKÓS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ANEXO – D
PROJETO LINEARES

ANEXO – E
PROJETO VIDAMAZÔNICA

ANEXO – F
PROJETO CORDÃO DA MATA